

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

**Realidade vs retórica:
perspectivas de transição verde e justa em uma América Latina periférica**

Amanda Monteiro Stelitano Medeiros

Rio de Janeiro
2024

Amanda Monteiro Stelitano Medeiros

REALIDADE VS. RETÓRICA:

perspectivas de transição verde e justa em uma América Latina periférica

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional, modalidade acadêmica.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins

Rio de Janeiro
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

M488r Medeiros, Amanda Monteiro Stelitano
Realidade vs retórica: perspectivas de transição verde e justa em uma América Latina periférica / Amanda Monteiro Stelitano Medeiros. – 2024.
100 f.

Orientador: Carlos Eduardo da Rosa Martins.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.
Bibliografia: f. 91 - 100.

1. Economia ambiental. 2. Imperialismo. 3. América Latina. I. Martins, Carlos Eduardo da Rosa, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 333.72

REALIDADE VS. RETÓRICA:

perspectivas de transição verde e justa em uma América Latina periférica

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional, modalidade acadêmica.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins

Professor Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Professor Dr. Alexis Saludjian
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Professora Dra. Joana Aparecida Coutinho
(Universidade Federal do Maranhão)

Aos meus queridos avós, Nino e Emy (in memoriam), que não tiveram tempo de ver este trabalho finalizado em plano terrestre, mas se fazem presentes na conquista de mais uma etapa. Não existem páginas ou palavras suficientes para agradecer todo o apoio ao longo dessa caminhada. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Entre mudanças de casa; uma pandemia e a solidão do isolamento; novos desafios profissionais; o vazio do luto; um noivado e um mestrado, a jornada de desenvolvimento e escrita desta dissertação foi, talvez, o maior desafio que eu já enfrentei até o momento. Contudo, em meio às incertezas e ansiedades, em momento algum me faltou apoio, acolhimento, incentivo e compreensão por parte da rede de apoio fantástica da qual eu me cerco todos os dias. Essa conquista é uma conquista compartilhada e, em cada parte deste trabalho, há um pedaço de vocês. Por isto, a todas e todos mencionados, meu carinho e gratidão.

Para que eu celebre mais uma etapa da minha vida acadêmica, é preciso olhar para trás e agradecer àqueles que por muitos anos se dedicaram e se sacrificaram para que eu pudesse ter uma base de excelência. Aos meus pais, Cleber e Ana Paula; aos meus avós paternos, Rosina e Severino (*in memoriam*); aos meus avós maternos, José Monteiro e Emy (*in memoriam*); e ao meu padrinho, Wagner: eu reconheço o esforço de cada um de vocês para que eu pudesse conquistar esse sonho hoje. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui, muito obrigada.

Em especial, à minha irmã e melhor amiga, Angela, que nunca falhou em me colocar para cima e me fazer enxergar sempre o lado mais bonito da vida. Obrigada por me oferecer colo nos momentos certos e por saber me ouvir quando eu sequer sabia o que falar. Você é o meu maior orgulho.

Ao meu maior incentivador, apoiador e parceiro de vida, Bruno, que abraçou os meus sonhos e fez deles *nostros*, superando o possível e o impossível para que eu conseguisse chegar até aqui. Obrigada por ser tão compreensivo e paciente em todos os momentos em que precisei me fazer ausente e colocar a dissertação como minha prioridade, por tomar a frente para que eu não me distraísse do objetivo final e, claro, por nunca me deixar esquecer ou duvidar do meu potencial. Essa é, com toda certeza, só mais uma das infinitas conquistas que celebraremos juntos.

Agradeço também aos meus amigos que me ouviram falar incansavelmente sobre a dissertação nos últimos anos e, não só me motivaram a continuar, como também celebraram todas as conquistas ao meu lado. Às amigas que eu coleciono há mais de 15 anos e aos amigos que a Ciência Política me deu: gratidão por tudo, vocês são minha segunda família. E, claro, um agradecimento especial aos meus companheiros do PEPI que, embora tenhamos tido breves e raros momentos de troca presencial, se fizeram tão presentes por meio de mensagens e chamadas de vídeo, tornando a experiência de realizar um mestrado pandêmico bem menos solitária.

Gostaria ainda de expressar minha enorme gratidão ao meu time do Instituto Propague que transformou a minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal de forma imensurável e inesquecível. Carrego comigo toda a parceria, os ensinamentos e a motivação para continuar superando meus próprios desafios.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Prof. Carlos Eduardo Martins, pela compreensão e paciência com todas as minhas limitações ao longo da jornada, sempre disposto a ouvir, aconselhar e me instigar a alcançar novos campos e espaços. Juntamente, agradeço ao corpo docente e aos funcionários da UFRJ e do PEPI por oferecerem um espaço de suporte, crescimento e aprendizado, mesmo à distância.

“a chuva que irriga os centros de poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema.”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Em meio às transformações do sistema-mundo nas últimas décadas, a questão ambiental vem expondo a fragilidade do capitalismo e a sua lógica de acumulação. Uma vez que a natureza é colocada como uma ameaça ao modelo de consumo e produção reproduzido pela hegemonia estadunidense, uma nova relação entre o mercado, o homem e a natureza se inicia: a retórica do desenvolvimento sustentável, mascarada pelo avanço do neoliberalismo e da financeirização da natureza. Por meio de uma metodologia dedutiva, este trabalho procura expor como a sustentabilidade se tornou um mecanismo do poder imperialista para propagar a assimetria entre centro-periferia e utilizar da herança colonial da periferia para impor um novo ciclo de acumulação: a acumulação por espoliação. A América Latina, em meio à dependência estrutural, se vê condenada a lidar com barreiras herdadas do colonialismo, imperialismo e neoliberalismo que dificultam a evolução de cenários propícios para uma transição ecológica de forma justa para a realidade latino-americana. Através de uma revisão da literatura, este trabalho tem como proposta apresentar a hipótese de que o limite da insustentabilidade do modelo capitalista se dará pela questão ambiental, tendo a América Latina como campo para o desenvolvimento da concepção. Por fim, o último capítulo se dedicará a introduzir como o pensamento latino-americano pode contribuir em alternativas ao desenvolvimento sustentável para garantir uma perspectiva positiva de transição ao superar o padrão de desenvolvimento do capitalismo.

Palavras-chave: Questão ambiental; Dependência; América Latina; Extrativismo; Neoliberalismo; Alternativas de Desenvolvimento

ABSTRACT

Amidst the transformations of the world-system in recent decades, the environmental issue has laid bare the fragility of capitalism and its logic of accumulation. As nature is positioned as a threat to the consumption and production model perpetuated by U.S. hegemony, a new relationship between the market, humanity, and nature emerges: the rhetoric of sustainable development, masked by the advance of neoliberalism and the financialization of nature. Through a deductive methodology, this paper seeks to elucidate how sustainability has become a mechanism of imperialist power to propagate asymmetry between center-periphery and leverage the colonial legacy of the periphery to impose a new accumulation cycle: accumulation by dispossession. Latin America, amidst structural dependence, finds itself condemned to deal with barriers inherited from colonialism, imperialism, and neoliberalism that hinder the development of favorable scenarios for an ecological transition in a fair manner for the Latin American reality. Through a literature review, this work aims to present the hypothesis that the limit of the unsustainability of the capitalist model will be reached through the environmental issue, with Latin America serving as the field for conceptual development. Finally, the last chapter will delve into introducing how Latin American thought can contribute to alternatives to sustainable development, ensuring a positive perspective on transition beyond the capitalist development pattern.

Keywords: Environmental issue; Dependency; Latin America; Extractivism; Neoliberalism; Development Alternatives

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Os 20 Maiores Contribuintes para as Emissões Cumulativas de CO2 em bilhões de toneladas (1850-2021)	60
Figura 2 - Emissões de CO2 derivadas de combustíveis fósseis na América do Sul (1990-2020)	61
Figura 3 - Emissões de CO2 derivadas de atividades de uso da terra (1990-2020)	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura das Exportações Latino-Americanas (1859 - 1929)	46
Tabela 2 - Os 10 principais produtos exportados da LAC para a União Europeia	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índices de preços de commodities primárias	67
Gráfico 2 - Índices de preços de commodities primárias não combustíveis	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. NEOLIBERALISMO, IMPERIALISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL	19
1.1. Da crítica ambiental ao desenvolvimento sustentável: a construção do discurso de sustentabilidade em meio à construção da superpotência estadunidense.....	19
1.2. Mercantilização do meio ambiente, <i>soft power</i> e a economia verde.....	25
1.2.1. O mercado de carbono e os novos instrumentos do capitalismo verde	29
1.3. Imperialismo verde: acumulação por espoliação, superexploração e dependência	35
1.3.1. Superexploração do trabalho como condição para a superexploração da natureza 37	
2. AMÉRICA LATINA DEPENDENTE SOB A QUESTÃO AMBIENTAL	40
2.1. América Latina primário-exportadora e o extrativismo capitalista.....	43
2.1.1. O fracasso da substituição de importações e o aprofundamento da dependência ..	50
2.2. A dependência latino-americana e a dívida ecológica	54
2.3. Neoextrativismo: o produto da ofensiva do progressismo neoliberal na América Latina	63
3. PERSPECTIVAS PARA UMA TRANSIÇÃO VERDE E JUSTA EM UMA AMÉRICA LATINA DEPENDENTE: LIMITAÇÕES E ALTERNATIVAS	71
3.1. O Green Deal na realidade da América Latina: gargalos na falácia da sustentabilidade econômica.....	75
3.2. Alternativas ao “modelo-padrão” do desenvolvimento sustentável: a resistência latino-americana e propostas de superação do fardo ecológico.....	81
3.2.1. Buen Vivir e a Pachamama: a resistência originária	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

A natureza, antes de se tornar, de fato, uma questão para a economia mundial, acompanhava os ciclos hegemônicos e a expansão da industrialização ora como riqueza potencial que assumia a forma de matéria-prima para garantir a produção em escala, ora como fonte de acumulação e expansão geográfica para a manutenção de poder em territórios. A transformação em uma questão ambiental, com conotação de alerta e preocupação, tem raízes firmadas no início da década de 1970 quando, em uma reunião da Cúpula de Roma, a natureza e o meio ambiente foram colocados como gargalos para o crescimento da economia.¹ Uma vez que o meio ambiente - traduzido no espelho de recursos naturais e matérias primas - é imposto como um empecilho para o desenvolvimento e expansão do modelo econômico capitalista, uma nova relação entre mercado e natureza se inicia.

Surge, então, o conceito de desenvolvimento sustentável que se populariza ao propor a junção da esfera ambiental, social e econômica em uma única ideologia, passando a ser apropriada pelo modelo econômico neoliberal.

Buscaremos apontar a inconsistência do ideal de desenvolvimento sustentável pautado na aproximação do neoliberalismo e da financeirização para com a natureza. Inseridos em um modelo de sistema-mundo desigual ordenado pelo capitalismo, o desenvolvimento sustentável se impõe como um discurso que mais se aproxima de uma agenda ideológica, política e econômica dos países industrializados para se manter o controle de produção e acumulação por meio dos recursos naturais, do que de fato oferecer soluções para o paradigma ambiental.

David Harvey (2005) nos ajuda a construir a hipótese de que a urgência da crise climática e a questão ambiental podem ser usadas como políticas de controle e instrumentos de manutenção do poder no mundo globalizado. Surge, então, a economia verde: um conceito chave da máquina neoliberal que usa da mercantilização da natureza como única solução para enfrentar os desafios da crise climática sem, de fato, propor um revisionismo do modelo de acumulação que levou à extremidade da situação atual. Com o propósito de gerar valor por

¹ MEADOWS, Donella H. et al. **The limits to growth**. In: Green planet blues. Routledge, 2018. p. 25-29.

meio da natureza - e manter o lucro como reserva exclusiva de uma classe - essa fase pode ser lida como uma forma de "neocolonialismo" ou até mesmo um "novo imperialismo".²

Considerando o presente conceito, este trabalho tem como objetivo expor de que maneira a questão ambiental tem sido utilizada na forma de instrumento de manutenção de poder pelos países centrais em relação aos países periféricos. Especificamente, busca-se investigar para além da construção histórica da retórica sustentável, mas sim, como os projetos e estratégias de transição para uma economia verde têm negligenciado diferentes realidades de modelos de desenvolvimento e de infraestrutura produtiva características de regiões emergentes e marginalizadas. Para isso, faz-se necessário um recorte geográfico desta pesquisa: a América Latina.

Os efeitos das formações dos blocos hegemônicos e a imposição do poder imperialista na dinâmica global justificam a construção do primeiro capítulo deste trabalho. Sabe-se que, por definição, a exportação do comportamento expansionista e competitivo de característica braudeliana é naturalmente desigual e assimétrico, necessitando, inclusive, da distância na escala hierárquica para manter o sistema global financeiro em funcionamento. É a partir da fase atual do capitalismo global que David Harvey (2006) aponta o "novo imperialismo" em que a liberalização dos mercados e as relações interestatais se vendem através da harmonia, paz e igualdade, mas, na verdade, apenas reforçam a marginalização e desigualdade crescente (Harvey, 2006, p. 108).

É também por meio desse sistema desigual que é possível fazer a relação entre o avanço predatório do capitalismo imperialista e a crise ecológica mundial. O modelo de acumulação proposto e a exploração histórica dos recursos naturais mediante a designação de uma divisão de trabalho condenam as economias periféricas como primárias-exportadoras a fim de atender o centro global. Esse padrão insustentável construído ao longo dos séculos com base no modelo de produção capitalista acaba por expor a falácia da sustentabilidade proposta com raízes firmadas em um dito capitalismo verde.

O desenvolvimento sustentável se coloca como uma ferramenta de *soft power*³ para promover a agenda neoliberal em escala internacional, reforçando uma dinâmica hierárquica entre

² OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental**. ColÓQUio internaCional MarX Engels, CeMarX, v. 5, n. 1, p. 6. 2007.

³ NYE, Joseph S. **Soft power**. Foreign policy, n. 80, p. 153-171, 1990.

detentores do poder mundial e representantes de Estado do eixo dependente. Cria-se, então, o nexos da retórica versus realidade na questão ambiental. Uma vez que a ideologia sustentável não carrega consigo uma proposta real para superar as barreiras de desenvolvimento e dependência das regiões mais afetadas pelo desequilíbrio ambiental e climático, as chances de sucesso para uma transição realmente verde e justa nessas regiões se aproximam de zero.

A visão idealista de uma “transição verde e justa” sugere que o processo de migração para uma economia de carbono zero proposta pelos acordos internacionais possa ser alcançado de maneira igualitária, com esforços compatíveis de todas as economias participantes envolvidas. Contudo, o projeto não considera a dependência econômica e as heranças pós-coloniais presentes em regiões periféricas - como a América Latina – e, por essa condição, está fadado ao fracasso no modelo que é proposto.

Dado o exposto, o segundo capítulo deste trabalho avança para além das teorias do arranjo internacional e das posições do jogo de poder contemporâneo, elucidando o processo de integração da América Latina no sistema-mundo e a construção da questão ambiental no contexto regional. Especificamente, o extrativismo se coloca como um conceito central para entender as dinâmicas de produção capitalista e a apropriação de recursos na América Latina⁴, arquitetando uma economia inteiramente dependente da exploração da natureza e com pouca capacidade de superar a condição primário-exportadora em meio às dinâmicas contemporâneas de transição.

As tentativas falhas de industrialização, a reprimarização da economia no início do século XXI influenciada pelo ciclo de super demanda das commodities e a evolução do neoextrativismo nos permitem explorar duas vias: a primeira é a de que o projeto da agenda neoliberal se consolidou de forma bem-sucedida na América Latina, uma vez que o capital estrangeiro foi o grande protagonista dos ciclos de desenvolvimentismo regional. A segunda é a de que a questão ambiental pode vir a ser o ponto de inflexão do capitalismo moderno e seu reducionismo do conceito de desenvolvimento tradicional ao crescimento econômico, baseado na experiência malsucedida da periferia em cumprir as metas de redução de emissões, na transição energética, resiliência climática, entre outros.

⁴ GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB/CLAES. 2015.

Partindo da premissa de insustentabilidade do modelo de transição verde por meio da realidade latino-americana, o terceiro capítulo deste trabalho se propõe a introduzir as correntes que exploram alternativas para o “padrão” de desenvolvimento sustentável, remodelando uma nova relação entre o homem e a natureza para além do resultado econômico. Tendo em suas estruturas o objetivo de superar os paradigmas da dependência estrutural, justiça climática⁵ e o “mito do crescimento ilimitado”⁶, as alternativas de desenvolvimento a serem introduzidas aqui quebram o idealismo da retórica de que só se consegue atingir o desenvolvimento por meio do valor econômico, abrangendo tanto o bem-estar das pessoas para além de indicadores econômicos quanto o equilíbrio com a Natureza. Este capítulo nos permite, ainda que por meio de uma visão macro, responder às questões levantadas ao longo deste trabalho e permite, ainda, construir um gancho valioso para que esta pesquisa se expanda num campo de oportunidades e alcance novos resultados no desenvolvimento de uma tese futura.

⁵ “A percepção sobre a desigualdade de impactos no que se refere aos impactos das mudanças climáticas, que se fortalece em amplos estudos sobre alterações no clima (ver IPCC, 2001, 2007a) é catalisadora do movimento internacional por justiça climática que emerge a partir da criação da rede denominada Stop Climate Chaos Coalition, que tem forte atuação e militância na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.” MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. **Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil.** 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf. Acesso em 10 jan. 2023.

⁶ GUDYNAS, Eduardo. **Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento.** América Latina em Movimento-ALAI, v.462, n.1-20, p.1-18, 2011. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/bem-viver_germinando-alternativas-ao-desenvolvimento.pdf. Acesso em 10 jan. 2024.

1. NEOLIBERALISMO, IMPERIALISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Ao destrinchar o processo de formação do sistema interestatal moderno ordenado pela estrutura capitalista na divisão entre centrais e periféricos, é possível identificar uma associação com as causas diretas que compõem a crise ambiental e os desafios sociais da contemporaneidade. Periféricos estes que, de acordo com Immanuel Wallerstein (1987) ilustram o bloco de países subordinados ao controle do centro global, marcados pela assimetria e marginalização de um sistema estruturado por meio da ideologia capitalista dominante. A natureza, por sua vez, é inserida como ferramenta de perpetuação de um sistema desigual, uma vez que, para o centro global, serve como motor e insumo para sustentar a industrialização e expansão de poder, enquanto, paralelamente, é imposta como limitação para o progresso do Sul.

Nessa lógica, a imposição da ideologia dominante do capitalismo fez com que a questão ambiental fosse minimizada frente à demanda por industrialização e crescimento econômico. Por meio de uma ordem econômica neoliberal e da lógica de acumulação ilimitada, a crise climática e da natureza são resultados diretos de um modelo de produção baseado na mercantilização de tudo, cunhada sobre a falácia da financeirização da natureza como solução para os problemas da modernidade e ignorando as limitações do meio-ambiente como fonte de recursos finita. Sendo assim, a relação incompatível entre a natureza e o funcionamento do sistema capitalista se coloca como motivação inicial para o presente capítulo.

Para se aprofundar na crítica supracitada, cabe a esta seção traçar um paralelo entre as investidas da hegemonia capitalista sobre os ciclos de desenvolvimento dos Estados e a instrumentalização da questão ambiental como aliada ao avanço da agenda neoliberal. Para tal, será necessário traçar uma linha temporal, elucidando o ponto de fusão entre a esfera econômica com a esfera ambiental: o ideal de desenvolvimento sustentável.

1.1. Da crítica ambiental ao desenvolvimento sustentável: a construção do discurso de sustentabilidade em meio à construção da superpotência estadunidense

Quando, no início da década de 1970, os Estados Unidos estabeleceram o dólar flexível como padrão internacional e enxergaram com o fim do sistema de Bretton Woods⁷ uma ameaça à estabilidade da sua hegemonia, a estratégia de expansão do poder capital estadunidense ganhou uma nova ofensiva. O financiamento para reconstrução das potências europeias no pós Segunda Guerra Mundial e o investimento massivo no desenvolvimento das economias periféricas criaram uma dependência - em escalas e impactos diferentes - entre grande parte dos países à moeda estadunidense. Após a crise do padrão-ouro e a instabilidade gerada pela crise do petróleo, os EUA - com o apoio de seus aliados - substituiu o sistema monetário para o dólar-flexível, estabelecendo a sua moeda nacional como a moeda oficial da estrutura financeira e comercial internacional.

Para Susan Strange (2015), a implementação do padrão dólar-flexível após a queda de Bretton Woods e a consagração do dólar como moeda oficial internacional foi o ponto fundamental para a reafirmação dos Estados Unidos como *hegemon* e superpotência.

Com base nos escritos de Giovanni Arrighi (2013), a hegemonia se estabelece pela imposição da supremacia de um ator único ou um grupo sob os mais fracos de poder, seja esse poder expresso por meio do poder bruto e bélico, como também por vias ideológicas, morais e intelectuais.⁸ Dessa forma, o exercício da hegemonia dos Estados Unidos se dava através do domínio dos meios de produção e reprodução do capital, do fluxo de moedas em diferentes rotas monetárias internacionais e, não obstante, por meio da mercantilização de tudo.

Bresser-Pereira (2010) aponta que a década de 1970 foi fortemente marcada pelo capitalismo financeiro. Segundo o autor, “[...] o quadro alterou-se com a transição dos 30 anos dourados do capitalismo (1948-1977) para o capitalismo financeirizado, ou, capitalismo encabeçado pelo setor financeiro — um modo de capitalismo intrinsecamente instável.” (Bresser-Pereira,

⁷ O fim da Segunda Grande Guerra foi marcado pela transição do padrão-ouro que sustentava o império britânico para o padrão dólar-fixado instaurado no Acordo de Bretton Woods (1944). Com o dólar sendo a moeda central e dominante internacionalmente, o novo sistema desintegrou os sistemas financeiros nacionais, limitou a atuação internacional dos bancos privados americanos e promoveu a submissão de outros países, incluindo o Império Inglês, ao uso do dólar em transações externas. Essas mudanças refletiram a visão estratégica dos EUA para consolidar seu poder econômico e afastar obstáculos políticos ao regime de taxas de câmbio fixo. Ver mais em: TORRES, Ernani Teixeira. Poder Monetário Estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível. Economia e Sociedade, v. 28, p. 621-639, 2019.

⁸ ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

2010, p. 54). Assim, esse período ficou marcado pela retomada estadunidense por meio da ofensiva liberal.

Tendo este marco contextualizado, faz-se necessário destacar que a primeira metade da década de 1970 também foi marcada pelo fortalecimento da crítica ambiental, promovida por movimentos ambientalistas nascidos no Norte Global que denunciavam a insustentabilidade dos modelos de expansão industrial e produção capitalista.

Assim, é em 1972 que ocorre o primeiro encontro internacional de líderes globais para tratar de assuntos relacionados ao meio ambiente, juntamente à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Sediada em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano tinha como objetivo estabelecer uma agenda ambiental para tratar de temas-chave como o aumento da poluição do meio ambiente, a crescente pobreza e a precarização da condição humana. Com debates liderados por representantes dos países industrializados, as pautas foram ditadas pela repercussão do relatório “Limites do Crescimento” (Meadows, *et al.* 1972), encomendado pelo Clube de Roma⁹. O relatório direcionava a responsabilidade pelo cenário crítico do desequilíbrio ambiental aos modelos de industrialização praticados nas décadas anteriores.

O documento expôs, pela primeira vez a nível internacional, o alto custo - e risco - ambiental, climático e social que o modelo de desenvolvimento associado ao crescimento ilimitado oferecia para as gerações futuras. O estudo coordenado por Meadows (1972) desenhou uma projeção dos principais desafios a serem enfrentados como resultado da dinâmica promovida pela hegemonia capitalista: “industrialização acelerada; aumento descontrolado da população mundial; desnutrição em larga escala e fome; esgotamento de recursos não renováveis e degradação ambiental” (Meadows *et. al*, 1972, p. 37).

⁹ “O Clube de Roma, entidade formada por intelectuais e empresários, que não eram militantes ecologistas, foi uma iniciativa que surgiu das discussões a respeito da preservação dos recursos naturais do planeta Terra. Ele produziu os primeiros estudos científicos a respeito da preservação ambiental, que foram apresentados entre 1972 e 1974, e que relacionavam quatro grandes questões que deveriam ser solucionadas para que se alcançasse a sustentabilidade: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos, e o esgotamento dos recursos naturais.” GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração.** Revista espaço acadêmico, v. 5, n. 51, p. 1-7, 2005.

O “Limites do Crescimento” é um marco na transformação da natureza como uma “questão”. O principal argumento do Clube de Roma – endossado pelas lideranças do centro global – era de propor um discurso de estagnação do desenvolvimento que, por sua vez, é inconcebível para a realidade dos países periféricos. A ideia de “crescimento zero”¹⁰ surge em meio à tentativa dos países centrais de ditar o ritmo de industrialização e o grau de desenvolvimento da periferia global de acordo com as regras do jogo de poder da hegemonia global.

A ideia, naturalmente, não foi bem recebida pelo Sul Global. A América Latina, em especial, encabeçou uma corrente de resistência aos novos padrões de desenvolvimento impostos por meio do discurso ambiental, chamando atenção, especialmente, para a perpetuação do crescimento zero como fonte do subdesenvolvimento das economias latino-americanas. Em 1975 - poucos anos depois da conferência do meio ambiente e do lançamento do relatório - o “Catástrofe ou Nova Sociedade”, relatório de resposta ao Limites do Crescimento de Meadows pela perspectiva latino-americana, foi publicado.¹¹

Conhecido pela literatura como Modelo Latino-Americano, o modelo alternativo descrito no relatório apresentava uma crítica ao proposto pelo centro global, afirmando que o padrão de desenvolvimento dos países centrais não deveria - e nem poderia - ser replicado pela periferia global. Pela realidade da América Latina, o manifesto elucidou que regiões impostas ao subdesenvolvimento demandavam um plano de desenvolvimento e crescimento diferenciado, no qual a garantia da qualidade de vida para todos fosse prioritária e mais urgente do que uma única orientação para a acumulação de capital e o lucro¹².

¹⁰ O relatório de Meadows (1972) se construiu baseado no ideal de crescimento zero, isto é, o modelo de desenvolvimento deveria ser reformulado para se alinhar com um crescimento econômico limitado. O debate acerca dos “Limites do Crescimento” apresentado pelo Clube de Roma e o ideal limitador do crescimento se deram sobre uma linha de pensamento neomalthusiano no qual entendia que a limitação também devia se expandir para o crescimento populacional para que a sobrevivência humana não fosse posta em risco. Assim, Arlete Moysés Rodrigues (2007), traz a ótica do “*neomalthusianismo verde*” para explicar a implicação do pensamento de Malthus sobre a natureza no contexto de Estocolmo: “o problema não seria somente o estrangulamento da produção de alimentos, mas também os limites ambientais para o crescimento da sua produção, e também pela própria multiplicação das necessidades cotidianas que implicariam em maior esgotamento da natureza.” (RODRIGUES, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2012). Ver mais em: OLIVEIRA, Leandro Dias. **Os "Limites do Crescimento" 40 Anos Depois.**, [S.l.], n. 1, p. 72-96, jul. 2012. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/8> Acesso em: 01 fev. 2024.

¹¹ HERRERA, Amilcar Oscar et. al. **Catastrophe or New Society? A Latin American World Model.** Otawa, Canada: International Development Research Centre. 1976.

¹² GUDYNAS, Eduardo. **Ambiente, sustentabilidad y desarrollo: una revisión de los encuentros y desencuentros.** Contornos educativos de la sustentabilidad, 2011, p. 109-144. Disponível em: <https://ecopoliticavenezuela.org/wp-content/uploads/2021/02/book.pdf>. Acesso em 13 jan. 2024.

(...) os problemas mais importantes que o mundo moderno enfrenta não são físicos, mas sociopolíticos, e baseiam-se na distribuição desigual de poder, tanto a nível internacional como dentro dos países. Como solução, propõe-se ‘uma mudança para uma sociedade basicamente socialista, baseada na igualdade e na plena participação de todos os seres humanos nas decisões sociais’, onde o consumo material e o crescimento econômico seriam regulados para ‘alcançar uma sociedade intrinsecamente compatível com o ambiente’” (Herrera et al., 2004, p. 46 *apud* Gudynas, 2011, p. 118, tradução nossa.)

Em meio às repercussões de Estocolmo e a ameaça de instabilidade gerada pelo posicionamento da periferia, o centro global - guiado pela hegemonia da superpotência - decidiu se articular para impedir um possível boicote à Conferência do Meio Ambiente de 1972.¹³ Por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), há uma primeira tentativa em conciliar o padrão de crescimento com a questão ambiental, de forma a superar o paradigma da incompatibilidade entre desenvolvimento e meio ambiente, mas, especificamente, há uma tentativa de reprimir a organização da periferia como unidade de resistência.

Neste contexto, em 1983, foi criado um Comitê Internacional para assuntos do meio ambiente e desenvolvimento que, como o próprio nome sugere, estabelece a união das duas esferas como uma missão única, global e comum. Poucos anos depois, o Comitê publica o relatório *Our Common Future*, também conhecido como Relatório Brundtland (WCED, 1987), e apresenta pela primeira vez de forma oficial o conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com o relatório, a definição de desenvolvimento sustentável em um contexto de futuro comum é,

O conceito de desenvolvimento sustentável implica limites, não limites absolutos, mas limitações impostas aos recursos ambientais pelo estado atual da tecnologia e da organização social e pela capacidade da biosfera para absorver os efeitos das atividades humanas. Mas tanto a tecnologia como a organização social podem ser ordenadas e melhoradas de forma a abrir o caminho para uma nova era de crescimento econômico. (WCED, 1987, tradução nossa).

O desenvolvimento sustentável seria pautado pelos três pilares de (i) meio ambiente, (ii) social, e (iii) crescimento econômico. Em meio às tensões que circulavam esse debate, Todt, Berg e Fröhlich (2019) fazem a leitura de que “a ideia do desenvolvimento sustentável foi elaborada com o propósito fundamental de resolver o impasse entre países do Norte e países do Sul (...)”. (Todt, Berg e Fröhlich, 2019, p. 8).

¹³ TODT, Marcos; BERG, Oscar A.; FROHLICH, Matheus. **Agenda ecológica e o sul global: crescimento, justiça ambiental e dívida ecológica.** *Conversas e Controvérsias*, v. 6, n. 1. JAN.- JUN. 2019.

Gudynas (2011) entende que a estratégia de afastar a sustentabilidade das raízes da biologia e aproximar ao âmbito econômico garantiu o sucesso da implementação do desenvolvimento sustentável como agenda, propaganda e, conseqüentemente, pauta universal. O autor complementa: “Aquele ideia anterior, da oposição ‘economia versus ecologia’, apresenta-se agora como uma necessidade mutuamente condicionada: ‘ecologia para a economia’” (Gudynas, 2011, p. 122).

No início da década seguinte, é realizada a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Eco-92, sediada no Rio de Janeiro em 1992. A elaboração de um segundo encontro internacional para debater temáticas relacionadas ao meio ambiente e clima foi proposital para “celebrar” e estabelecer o comum acordo da natureza como aliada ao crescimento. Era necessário que a Eco-92 fosse dissociada de Estocolmo - que, no presente momento, já era considerada como um fracasso em suas propostas de estagnação - e mostrasse de forma festiva e fantasiosa como a ideologia do capitalismo ambiental subentendida pelo desenvolvimento sustentável era a solução para os problemas do sistema-mundo moderno.

E, de fato, a estratégia foi bem-sucedida. Começando pela escolha do Rio de Janeiro como cidade-sede - coração da periferia global e o cartão postal do país com a maior biodiversidade do mundo - a Eco-92 foi construída como uma grande estratégia de aproximação - e imposição - do desenvolvimento sustentável como uma agenda coletiva. Segundo Leandro Oliveira (2007) a escolha do Rio de Janeiro como palco da Eco-92 foi uma jogada inteiramente promovida para a aceitação de um pensamento dominante e uma melhor aceitação de ideias hegemônicas, lideradas, especialmente, pelos Estados Unidos.¹⁴

O Brasil seria, em junho de 1992, um local estratégico para a realização da ECO – 92. Nesta conferência, o objetivo foi criar a aparência de um debate amplo e democrático, entre todos os participantes de praticamente todas as nações do mundo, sobre as possíveis soluções para os grandes problemas ambientais. Mas, ao contrário desta aparência dialógica, a ECO – 92 foi verdadeiramente o palco escolhido para a aclamação do Desenvolvimento Sustentável enquanto mecanismo de transformação dos problemas ambientais em lucros crescentes. Os eventos paralelos, que reuniram ONGs, movimentos sociais e

¹⁴ OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental.** Colóquio internacional MarX E Engels, CeMarX, v. 5, n. 1, 2007.

ativistas políticos, foram tratados de maneira geral pela mídia como um prolongamento festivo do evento. A agenda internacional já estava planejada, e faltava a cooptação universal dos países periféricos e dos próprios movimentos de questionamento. (Oliveira, 2007. p. 4)

Outro ponto que corrobora a escolha tática do Rio de Janeiro como sede foi o interesse em celebrar o mais novo acordo de medidas liberais, o Consenso de Washington. Em 1989, a América Latina passou por uma série de processos de redemocratização articulados à ideologia da hegemonia estadunidense, ordenados pela política neoliberal dos Estados Unidos.¹⁵ O Consenso impunha condições às economias periféricas a fim de alcançar o desenvolvimento pretendido na lógica neoliberal, sendo estas: disciplina fiscal; priorização do gasto em saúde e educação; realização de uma reforma tributária; estabelecimento de taxas de juros positivas; apreciação e fixação do câmbio para torná-lo competitivo; desmonte das barreiras tarifárias para estabelecer políticas comerciais liberais; abertura à inversão estrangeira; privatização das empresas públicas; ampla desregulamentação da economia; e proteção à propriedade privada. (Williamson, 1990 *apud* Martins, 2015)

A importância de se traçar esse paralelo entre a conjuntura política e econômica da América Latina coordenada pelos Estados Unidos e a escolha do Rio de Janeiro como sede da Eco-92 é poder fazer a leitura da espetacularização da periferia para o restante do mundo, promovendo, no berço da periferia, o surgimento do ambientalismo liberal.

1.2. Mercantilização do meio ambiente, *soft power* e a economia verde

Redclift (2006) expõe que a legitimação do desenvolvimento sustentável coincide com o abandono do paradigma keynesiano e a ascensão da ideologia neoliberal. O desenvolvimento sustentável em sua lógica capitalista e mercantil, tornou-se um instrumento que, embora oferecesse uma resposta aparente às críticas ao modelo de desenvolvimento vigente, reforçava as estruturas econômicas que contribuía para a degradação ambiental.¹⁶

¹⁵ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo Editorial, 2015.

¹⁶ REDCLIFT, Michael R. **Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age**. Horizontes Antropológicos, v. 12, p. 65-84, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/74J9mczH7dYgCJHdZYfX8pQ/>. Acesso em 20 dez. 2023.

Bresser-Pereira (2010) caracteriza a nova fase do capitalismo por meio de um novo modelo de produção e um novo regime de eficiência econômica.¹⁷ A financeirização se classifica em três categorias,

[...] um enorme aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação no mundo como consequência da multiplicação dos instrumentos financeiros facilitada pela securitização e pelos derivativos; a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício dos rentistas capitalistas; e um grande aumento da taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo de sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de aumentar as rendas capitalistas (Bresser-Pereira, 2010, p. 55).

Essa classificação, principalmente no que diz respeito à criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício do lucro, permite entender que, mais do que nunca, o capitalismo neoliberal e o meio ambiente eram apresentados como partes indissociáveis.¹⁸ David Harvey (2006), ao analisar o neoliberalismo, aponta que esta nova fase do capitalismo era estruturada por meio da “financeirização de tudo e a realocização do poder de acumulação do capital dos proprietários para as instituições financeiras às expensas de outras frações do capital” (Harvey, 2006, p. 22).

Cabe ressaltar que, apesar dos avanços no debate ambiental e nas transformações de estruturas normativas e regulatórias incentivadas por meio da agenda sustentável, esse modelo não questionava a lógica da acumulação capitalista e as consequências da industrialização, logo, o ambientalismo liberal colocava o desenvolvimento sustentável apenas como um apaziguador da ebulição da crítica ambiental, permitindo que a adoção de um capitalismo verde imprimisse uma nova legitimidade à globalização neoliberal, apesar de sua dinâmica devastadora¹⁹

Entende-se, então, que o ambientalismo liberal foi uma estratégia muito bem articulada, implementada por atores estatais junto a instituições financeiras, organizações internacionais, transnacionais, indústrias, canais de comunicação e demais aparelhos de influência, de forma

¹⁷ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** Novos estudos CEBRAP, p. 51-72, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/P9NqzwcNS6SjHcfnrStskFt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 dez. 2023.

¹⁸ BAKKER, Karen. **The limits of ‘neoliberal natures’: Debating green neoliberalism.** Progress in human geography, v. 34, n. 6, p. 715-735, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132510376849>. Acesso em 20 dez. 2023.

¹⁹ LANDER, Edgardo. **The green economy: The wolf in sheep’s clothing.** Amsterdam: Transnational Institute, v. 6, p. 117-143, 2011.

a cumprir a agenda política e econômica do capitalismo. Misoczky e Bohm (2012) trazem uma leitura sobre essa maquiagem verde que a geopolítica sofreu, chamada de “gestão verde”, isto é, um processo de reprodução das ideias de sustentabilidade confeccionadas no circuito cultural do capitalismo.

Logo, quaisquer ameaças à imagem recém forjada de equilíbrio entre sustentabilidade e crescimento que viessem a aparecer por meio das fragilidades óbvias da dinâmica predatória do capitalismo seriam prontamente mascaradas e encobertas por uma agressiva máquina de alienação, mais comumente conhecida como *greenwashing*.²⁰ A análise gramsciana das dinâmicas de consentimento e controle fornece uma estrutura conceitual valiosa para compreender as complexidades da aceitação da ideologia do desenvolvimento sustentável. Ao examinar como o prestígio da classe dominante e o papel coercitivo do Estado influenciam a adoção dessas ideias, podemos desvendar as interconexões entre poder, consentimento e a construção da hegemonia cultural.

Gramsci (1976) implica que o Estado no Ocidente político - em prol de uma sociedade burguesa dominante - impõe e assegura uma ideologia dominante através de um mecanismo de consentimento às ideias da hegemonia central.²¹ No jogo da hegemonia ideológica, o autor destaca o papel crucial da sociedade civil, contando com entidades que desempenham um papel na reprodução do domínio ideológico da classe detentora do poder. A "hegemonia intelectual e moral" do grupo central se manifesta, assim, através do consentimento extraído por essas instituições, que atuam como agentes persuasivos na manutenção do *status quo*. (Gramsci, 1976)

Com esta premissa, pode-se fazer um paralelo ao papel decisivo que organizações internacionais como a ONU, PNUMA e até o próprio Clube de Roma tiveram na construção da nova relação do mercado com a natureza. Somado aos novos *players* do mercado financeiro, a ideologia consentida de que a solução para a crise ambiental seria o capitalismo

²⁰ Greenwashing é um termo que ficou muito conhecido, especialmente no mundo comercial e corporativo, como uma prática de “maquiagem verde”, isto é, uma tentativa de reforçar uma narrativa sustentável visando ganhar aceitação pública sem de fato visar um resultado ou compromisso de impacto. Em outras palavras, o termo destaca a desconexão entre a retórica verde apresentada e o compromisso efetivo com a sustentabilidade, evidenciando uma maquiagem superficial para atender a expectativas sociais e promover uma agenda.

²¹ GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison Notebooks**. (Ed.). Hoare, Q. London, England: Lawrence and Wishart. 1972.

verde permite que suas abordagens mascaradas de sustentabilidade sejam usadas para replicar os avanços de interesse do poder central.

A definição de hegemonia por Gramsci, conforme destacada por Gruppi (1972), é a capacidade de unificar um todo social através de uma ideologia permeada por profundas contradições de classe. (Gruppi, 1972 *apud* Maglaras, 2013, p. 4) Assim,

O consentimento “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação geral imposta à vida social pelo grupo fundamental dominante; este consentimento é “historicamente” causado pelo prestígio (e conseqüente confiança) de que goza o grupo dominante devido à sua posição e função no mundo da produção. O aparelho de poder coercitivo do Estado que impõe “legalmente” a disciplina aos grupos que não “consentem” nem ativa nem passivamente. (Gramsci, 1976, p. 12)

A teoria gramsciana mostra, assim, que a classe burguesa, ao se desenvolver, exerce o seu domínio direto através do Estado que se assenta parcialmente na hegemonia através do poder exercido na sociedade civil e da cultura²². E, pela análise proposta por este trabalho, a sociedade civil, cultura e, também, a natureza são mecanismos utilizados para a consolidação da hegemonia estadunidense. Essa visão torna-se mais clara ao aproximar-se da leitura de manutenção de poder exposta por Joseph Nye (1990; 2002), o *soft power*.

A partir deste acercamento teórico, o conceito de *soft power* - poder brando, em tradução livre - é visto como uma ferramenta de domínio e influência que transcende os estritos limites estatais, ou seja, não é de única reprodução por meio do Estado, mas que, em sua maioria dos casos, é usado para reforçar interesses de um Estado central. Dessa forma, este instrumento de poder opera pela atratividade e influência, buscando promover uma ideologia de forma indireta através do encanto e aliciamento em oposição às práticas de coerção comuns em técnicas de *hard power* associadas ao poder bélico e econômico em formato de sanções.²³

Entende-se que o desenvolvimento sustentável entra em um rol de conceitos universais e globalmente positivos como a paz, liberdade e democracia. Para ilustrar o exemplo já citado, retomamos a ideia da construção do conceito de desenvolvimento sustentável como uma

²² MAGLARAS, Vasilis. **Consent and submission: Aspects of Gramsci’s theory of the political and civil society.** Sage Open, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244012472347>. Acesso em 30 nov. 2023.

²³ NYE, Joseph S. **Soft power.** Foreign policy, n. 80, p. 153-171, 1990.

representação do uso do *soft power* sobre a periferia como forma de neutralizar a ameaça de resistência por parte do grupo marginalizado da hegemonia.

1.2.1. O mercado de carbono e os novos instrumentos do capitalismo verde

Com a garantia de uma imagem positiva globalmente disseminada, o mercado precisava estabelecer ferramentas e meios de precificar a natureza para elevar a mercantilização do campo teórico para a prática. Surge, então, o mercado de créditos de carbono como a instrumentalização do meio ambiente inserido na lógica neoliberal.

Em 1992, foi criado o United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), um tratado internacional dedicado exclusivamente às ações contra os efeitos das mudanças climáticas, com objetivo de estimular a cooperação internacional para mitigar as emissões de gases poluentes e remediar a crise do clima. Em paralelo, como instrumento de controle de métricas e acompanhamento das medidas propostas para controle climático, surgiu a Conferência das Partes - também conhecida como COP - no qual líderes do mundo inteiro se comprometem a participar e compartilhar seus avanços na agenda nacional climática.

É durante uma COP que, em 1997, propõe-se o Protocolo de Quioto que viria a ser um dos principais marcos legais do campo do desenvolvimento sustentável, servindo de base para a atuação regulatória a nível internacional e doméstico e a criação de novas infraestruturas de mercado. O Protocolo de Quioto, de acordo com o UNFCCC, é o primeiro normativo a se estruturar com base no ideal de “responsabilidade comum, porém diferenciada”, com o intuito de estabelecer diferentes metas de redução de emissões de gases efeito estufa (GEE) de acordo com o impacto poluidor de cada parte envolvida.²⁴ Logo, é em 1997 que, pela primeira vez, a ideia de responsabilização por emissões históricas é formalizada nos debates internacionais, impondo uma obrigação diferenciada aos países centrais considerados desenvolvidos e industrializados a fim de impor uma compensação justa.

²⁴ UNFCCC. **Fact sheet: The Kyoto Protocol.** 2011. Disponível em: https://unfccc.int/files/press/backgrounders/application/pdf/fact_sheet_the_kyoto_protocol.pdf. Acesso em 31 jan. 2024.

Segundo o Anexo I da United Nations Framework Convention on Climate Change, os países classificados como desenvolvidos²⁵ teriam uma obrigação legal de reduzir sua pegada ecológica²⁶ em, pelo menos, 5% até 2012 comparado ao nível de emissões registrado na década de 1990. Um dos objetivos centrais da metodologia da pegada ecológica aplicada em mecanismos de compensação é permitir comparações entre os Estados e seu potencial poluidor, analisando o consumo de recursos em relação à capacidade de suporte da natureza. Isso proporciona uma visão clara sobre a capacidade da natureza a longo prazo em relação aos impactos das atividades humanas no ambiente global.²⁷

De acordo com o documento oficial da UNFCCC e o normativo do Protocolo,

[...] países industrializados e a comunidade europeia comprometeram-se a reduzir as suas emissões numa média de 5% em relação aos níveis de 1990 durante o período de cinco anos (2008-2012). Para este grupo de países, estão previstas reduções de 11% para o primeiro período de compromisso de Quioto, de 2008 a 2012, desde que sejam implementadas políticas e medidas planeadas por estes países (UNFCCC, 2011, p1, tradução nossa).

Em meio a busca de alternativas para garantir a responsabilização dos países desenvolvidos frente ao seu compromisso de mitigação, porém, sem comprometer seu ritmo de desenvolvimento, é proposta uma compensação financeira para atingir o padrão de redução de emissões. Imerso em uma dinâmica de financeirização, o Protocolo de Quioto consolida a criação de instrumentos financeiros que seriam a base de negociação de um mercado de créditos de carbono global, permitindo a comercialização de certificados de emissões entre países em desenvolvimento - sem metas de redução definidas - e os países industrializados.

A ideia da formação de uma nova infraestrutura de mercado proposta pelo Protocolo instaurou, pela primeira vez, a ofensiva direta dos instrumentos financeiros no meio

²⁵ Os países considerados desenvolvidos e incumbidos da obrigação de compensação foram: Alemanha, Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Liechtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça, Bulgária, Eslováquia, Hungria, Polônia, República Checa e Romênia, Rússia, Ucrânia, Estônia, Letônia e Lituânia, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

²⁶ “A Pegada Ecológica é uma ferramenta de medição de desenvolvimento sustentável de fácil entendimento e consiste no cálculo da área necessária para garantir, indefinidamente, a sobrevivência de uma determinada população ou sistema econômico, fornecendo energia e recursos naturais, além de assegurar a capacidade de absorver os resíduos ou dejetos produzidos por tal sistema.” DOS SANTOS, Marcia França Ribeiro Fernandes; DE SOUZA XAVIER, Leydervan; PEIXOTO, José Antonio Assunção. **Estudo do indicador de sustentabilidade “Pegada Ecológica”: uma abordagem teórico-empírica**. Revista Ibero Americana de Estratégia, v. 7, n. 1, p. 29-37, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3312/331227111004.pdf>. Acesso em 01 fev. 2024.

²⁷ Ibid., p. 31.

ambiente, caracterizada por mecanismos flexíveis em prol do desenvolvimento sustentável e da mitigação da crise climática.²⁸ Os três mecanismos - Mecanismo de Implementação Conjunta, Comércio Internacional de Emissões, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - formaram o mercado de carbono internacional, descrito pela ONU como “uma ferramenta fundamental na redução das emissões em todo o mundo.” (UNFCCC, 2011).

Contudo, a crítica sobre o mercado de carbono ser apenas uma forma de adquirir um “direito de poluir” ao invés de uma compensação justa nos limites de produção de carbono na atmosfera se fortalece em meio ao aumento dos níveis de poluição nas décadas seguintes ao Protocolo. Enquanto, no final da década de 1980, o volume registrado de emissões era de aproximadamente 22 bilhões de toneladas de carbono e GEE, em 2019, a quantidade total chegava a quase 37 bilhões de toneladas de carbono lançadas no ar.²⁹

Esse fracasso do Protocolo de Quioto expressa a incoerência do capitalismo verde. Contudo, em mais uma tentativa de mudança de rota e alienação por meio da agenda neoliberal, a ONU e a UNFCCC remodelam o tratado de emissões e instauram um novo aparelho legal, com novas metas e obrigações, o Acordo de Paris. Assim, com novas promessas de redução e novas metas estipuladas entre os chamados Estados-Partes, as obrigações legais agora passam a ser inseridas nas agendas nacionais, sem distinção de histórico de emissões. Não sendo objetivo deste trabalho aprofundar nas mudanças técnicas e legais do atual instrumento regulatório do mercado de carbono global, toma-se o Acordo de Paris como o que representa para a impressão da questão ambiental: mais um capítulo na tentativa de imprimir a falácia da solução da crise ambiental e climática por meio da corrente econômica de mercado liberal.

Uma vez que esta seção tenha se afunilado à relação explícita do mercado capitalista com a natureza, toma-se este espaço para deixar claro a não intenção deste trabalho em mensurar ou validar o impacto positivo ou negativo do financiamento da transição verde por meio de instrumentos financeiros em um contexto fora da lógica produtivista e neoliberal. O ponto central da crítica aqui feita é entender como a valoração da natureza inserida em uma dinâmica de desenvolvimento em prol do crescimento econômico não permite que haja uma

²⁸ UNFCCC. **Fact sheet: The Kyoto Protocol.** 2011. Disponível em: https://unfccc.int/files/press/backgrounders/application/pdf/fact_sheet_the_kyoto_protocol.pdf. Acesso em 31 jan. 2024.

²⁹ GLOBAL CARBON PROJECT. **Supplemental data of Global Carbon Budget 2019.** Version 1.0. Data set. Global Carbon Project. Disponível em: <https://doi.org/10.18160/gcp-2019>. Acesso em 31 jan. 2024.

relação saudável e sustentável entre o meio ambiente e o escopo econômico, uma vez que a ideologia neoliberal orienta os mercados apenas para o lucro e acumulação ilimitada sem considerar variáveis adicionais.

Retomando ao Acordo de Paris, cabe destacar que, na ausência da diferenciação entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento em obrigações de redução e cargas de compensação, foram criadas NDCs³⁰ que ofereciam liberdade e flexibilidade aos Estados-Partes em determinar sua projeção de redução a partir da sua contribuição para as emissões de carbono, considerando também sua capacidade econômica, social e tecnológica de alcançar o patamar regressivo dentro do prazo comum estipulado - até 2050. Segundo a revisão documental de Tanaka (2022), o Acordo de Paris não tratava de uma listagem de regras e um normativo como guia para reguladores e mercados internacionais, este era entendido mais por uma proposta de cooperação voluntária e multilateral (Tanaka, 2022, p.13).

Michael Löwy (2007) dissecou a fragilidade da construção deste discurso, na falha tentativa de categorizar capitalistas marrons - isto é, capitalistas ruins que não se adequam ao objetivo global de preservação ambiental - e capitalistas verdes, bons e sustentáveis. O autor completa em sua análise sobre a incompatibilidade lógica de se existir um capitalismo bom para o meio ambiente, principalmente organizado por um mercado orientado para lucro sobre lucro: “[...] é o próprio sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido que é o destruidor dos equilíbrios naturais.” (Löwy, 2007, p.50)

O autor considera também que a evolução das tentativas de soluções moderadas - estas sendo apenas a reorganização de exploração e consumo e a compensação dos gastos através de mecanismos creditícios - continuarão sendo incapazes de conter a catástrofe que se aproxima (Löwy, 2013, p. 81). Sua visão aponta para tentativas condenadas ao fracasso, desde sua estrutura de criação até os mecanismos de implementação que desconsideram características particulares de cada economia,

Obviamente, as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, e são incapazes de enfrentar a crise ambiental – uma crise que se transforma, devido à mudança climática, numa crise de sobrevivência da espécie humana. [...] A atitude das classes dominantes, e em particular dos governos das

³⁰ Contribuições Nacionalmente Determinadas, em tradução livre.

principais potências responsáveis pela poluição e pela acumulação de CO₂, é muito parecida com a dos Reis da França: “depois de mim, o dilúvio!” (Löwy, 2013, p. 81)

Larissa Packer (2012), tal como Löwy e suas críticas ao absurdo [sic] de uma ideologia de capitalismo verde, aponta que a objetificação do meio ambiente como serviço e moeda de troca resume-se apenas na produção de eficiência econômico e nas oportunidades de inovação e tecnologia para, enfim, gerar mais lucro sobre a mercadoria acumulada.

“Ao vincular os pagamentos por ‘serviços ambientais’ ao mercado financeiro, com a autorização de emissão de títulos ou ativos que representam toneladas de carbono captadas, como é o caso do mercado de carbono (...) a proteção da biodiversidade e a regulação climática tornam-se um negócio e a possibilidade de conservação ambiental se resume ao custo de oportunidade (Packer, 2012. p. 121).

Assim como o conceito de desenvolvimento sustentável, o novo lema do ambientalismo liberal, a economia verde, foi apresentado por meio de um relatório - o *The Future We Want* (2012)³¹ – que, durante a Rio+20, tornou-se o atual documento magno da comunidade internacional do clima e meio ambiente. Ao aprofundar na leitura do relatório, é possível destacar o contínuo movimento do capitalismo neoliberal em desconectar e enfraquecer a relação do homem com a natureza, forçando a dissociação da natureza como parte da estrutura social para ser lida apenas como material de troca e de acumulação no mercado.

Essa abordagem mais agressiva do capital sobre a natureza é resultado de mais uma tentativa da hegemonia capitalista em manter o controle sobre a narrativa do capitalismo verde e das soluções para os desafios do século. O começo da década de 2010 foi turbulento por conta da recente crise financeira de 2008 nos Estados Unidos, que, segundo Bresser-Pereira (2010), foi a crise mais profunda desde a crise de 1929. A instabilidade gerada pela crise foi um resultado de um modelo econômico difundido globalmente por meio das correntes do capitalismo e do neoliberalismo, estruturado em cima da (i) precarização social e do trabalho; (ii) abolição da prioridade com o Estado de Bem-Estar social; (iii) incentivo à privatização e financeirização de tudo, mesmo com efeitos de especulação; e (iv) a injeção de ativos financeiros como forma de renda e acumulação de capital para lucro. Em meio à recuperação da crise, à crescente especulação sobre uma nova fragilidade da hegemonia estadunidense e questionamentos quanto à eficácia do modelo neoliberal, as máquinas da hegemonia cultural e ideológica direcionaram o foco dos holofotes para um assunto menos polêmico e mais

³¹ UNITED NATIONS. **The Future We Want**, 2011. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/futurewewant.html>. Acesso em 31 jan. 2024.

distante da esfera econômica: a sustentabilidade e o meio ambiente. É a partir desse contexto que é lançado o The Green Initiative (UNEP, 2009).

O pacote de recomendações - se assim pode ser chamado - divulgado pela UNEP entre 2008 e 2010 oferecia um refresco para o até então beco sem saída ocasionado pela crise de 2008, colocando a natureza como o fator chave para recuperação econômica, crescimento e dignidade social. Segundo a organização, os esforços do sistema-mundo deveriam ser focados em investimentos sustentáveis e no desenvolvimento de uma infraestrutura verde para solucionar o mal do século: crise climática, instabilidade econômica e desemprego.³² Os investimentos seriam o incentivo necessário para que os Estados promovessem regulações e políticas permitindo a inovação direcionada à economia verde, isto é, “uma economia que leve ao aumento da riqueza, ofereça emprego decente, enfrente desigualdades e a pobreza persistente com sucesso, e reduza a escassez ecológica e riscos climáticos.” (UNEP, 2010).

Novamente, resgata-se a leitura de Packer (2012),

Quanto maior a especulação sobre o ‘humor do clima’, quanto maior o risco sobre as florestas ou a quantidade de emissões, maior o valor dos títulos ambientais, e, por conseguinte, dos ‘serviços ambientais’. O lucro da dita ‘economia marrom’ é a possibilidade de lucros da chamada ‘economia verde’, é o chamado *win-win*. O cálculo é estritamente econômico e nada tem a ver com meio ambiente (Packer, 2012, p. 121-122).

Sobre essa ótica, a evolução do desenvolvimento sustentável para a economia verde foi promovida junto a um processo de manipulação das correntes de pensamento em prol da agenda da hegemonia global. O discurso moderno da sustentabilidade é expresso por meio do *soft power*, facilitando a associação dos bens comuns ao valor de mercado, assim como aconteceu com a relação entre valor e trabalho. Esse esvaziamento das pautas socioambientais e objetificação como mercadoria são lidas como estratégias mais eficazes para possibilitar a superexploração do trabalho e a apropriação de recursos naturais do que métodos como a violência direta e a lógica pura do mercado (O’Connor, 1993 *in* Leff 2001, p. 2526).

É, então, a partir dessas premissas e o entendimento do mecanismo de financeirização pela lente da expansão de poder que autores como David Harvey (2008) exploram a possibilidade

³² UNEP. **Annual Report 2008**. 2009. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/7742>. Acesso em 31 jan. 2024.

de um novo ciclo de acumulação adaptado para a geração de lucro via inovação tecnológica e exploração da natureza para rentabilidade. Por meio do exposto, apresentamos uma nova visão da relação entre o capitalismo, poder e o meio ambiente dada através do imperialismo verde.

1.3. Imperialismo verde: acumulação por espoliação, superexploração e dependência

No entendimento de que o capital é a principal forma de poder legítimo de uma hegemonia, entende-se o porquê da tamanha importância na monopolização do mesmo como expressão e consolidação do poder. Dito isso, na lógica da ordem capitalista fomentada e sustentada por políticas opressoras e dominadoras, o *hegemon* precisa firmar sua autoridade para além dos modelos já estabelecidos de produção e acumulação, tomando para si uma estratégia inerente de acumulação por excedente em escala ampliada.³³

David Harvey (2006) compreende a ação imperialista mediante o excesso de domínio das esferas estruturais concentradas nas mãos de um só ator. Tomando como base a exposição histórico-documental da construção e evolução do domínio dos Estados Unidos, a ascensão se deu para além *hegemon*, evoluindo ao patamar de uma superpotência imperial que, por meio do territorialismo, expansionismo, acumulação primitiva e consenso ideológico programado, enxergava na exploração da mão de obra e na matéria-primeira dos recursos naturais uma fonte preciosa de ampliar os lucros além das fronteiras (Harvey, 2006, p. 107-120).

Outrora, o imperialismo descrito por Lênin (2011) era compreendido como a nova fase evolutiva do capitalismo, marcada pela fusão do capital financeiro e capital industrial. Essa fusão do capital permitiu a formação de monopólios controlados por uma elite financeira que perpetua seus interesses através de práticas rentistas características de uma dinâmica de mercado cravada na mercantilização. Logo, o imperialismo se firmava como a fase monopolista do capitalismo.³⁴ Referindo-se à financeirização como o cerne do imperialismo,

³³ HARVEY, David. **O “novo imperialismo”:** ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. *Lutas sociais*, n. 13/14, p. 97, 2005.

³⁴ Lênin destaca cinco traços fundamentais para endossar sua teoria sobre a fase de desenvolvimento do capitalismo para o império, sendo elas: (i) a concentração extrema de produção e capital, (ii) a fusão entre capital bancário e industrial formando o "capital financeiro", (iii) a exportação significativa de capitais, (iv) a formação de associações internacionais monopolistas e, por fim, (v) o término da partilha territorial global. Ver mais em: LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo, Etapa Superior ao Capitalism**. In: *Por que Voltar a Lênin?*

é cabível resgatar a visão de Rosa Luxemburgo (1970) ao identificar a postura predatória e destrutiva do capital sob influência do imperialismo, utilizando do capital financeiro como sua principal arma para garantir a precarização de bens e serviços em prol da sobrevalorização material. A acumulação predatória seria, pela contribuição da autora, a cara do imperialismo, alimentando o poder por meio da exploração agressiva e especuladora (Luxemburgo, 1970)

O fenômeno do império é sustentado pela hierarquia e pela desigualdade, com a imposição do controle sobre as colônias e a acentuação da condição de dependência³⁵ entre o centro e a periferia do sistema-mundo moderno, isto implica que o império só se sustenta por meio da desigualdade das estruturas sociais e econômicas, fazendo uso de ferramentas como a financeirização, a superexploração do trabalho e a precarização dos bens comuns para replicar a assimetria de oportunidades entre os países.³⁶

Para entender, enfim, qual a relação do imperialismo com a natureza - e qual a lógica da semântica do imperialismo verde - cabe resgatar o “novo imperialismo” concebido por Harvey (2006). O autor se propõe a defender a ideia de que, por meio da financeirização agressiva de tudo e das práticas comerciais no topo das relações internacionais, um novo padrão de acumulação primitiva é instaurado, classificado como acumulação por espoliação.³⁷ As formas de acumulação foram sendo modificadas ao passo que os ciclos hegemônicos e as fases do capitalismo foram evoluindo como uma tentativa de superar as crises de sobreacumulação do capital e o surgimento de dinheiro "supérfluo".³⁸ Sendo assim, buscando fazer uma leitura mais profunda no conceito de acumulação primitiva desenvolvido por Marx em *O Capital*, Harvey descreve as estratégias de superação do ímpeto da crise e da ameaça à estabilidade de poder para além da mercantilização de tudo cravada na financeirização, desdobrando para a degradação de bens comuns na tentativa de redução do seu valor com o objetivo de garantir a superexploração da abordagem imperial.

Imperialismo, Barbárie e Revolução. Campinas, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em 9 jan. 2023.

³⁵ A dependência condicionada pelo imperialismo é, inclusive, gatilho para o surgimento e ampliação da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que será explorada mais a fundo ao decorrer do trabalho.

³⁶ MEDEIROS, Amanda Monteiro Stelitano; RIBEIRO, Gabriel Gonçalves. **Imperialismo verde: novas dominações em novos tempos.** *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 13, n. 2, p. 134-150, 2021.

³⁷ HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development.** Londres: Verso, 2006.

³⁸ *Ibid.*

[...] a expansão geográfica do capitalismo que está na base de boa parte da atividade imperialista é bastante útil para a estabilização do sistema precisamente por criar demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo alhures. Podem com efeito surgir desequilíbrios entre setores e regiões, bem como ser produzidos ciclos de negócios e recessões localizadas. Mas também é possível acumular diante de uma demanda efetiva em estagnação se os custos dos insumos (terra, matérias-primas, insumos intermediários, força de trabalho) sofrerem um declínio acentuado. Logo, o acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. (Harvey, 2006, p. 117)

A acumulação por espoliação seria, então, uma evolução da leitura de acumulação primitiva descrita por Marx³⁹. Essa acumulação nascida pelo capitalismo predatório transmite uma falsa ideia de estoque ilimitado, uma vez que a superação da superacumulação era capaz de transformar o estoque em lucro e fomentar a máquina produtora como forma de reafirmação do poder. À luz da interseção entre a financeirização ambiental e o novo padrão de acumulação, Harvey aponta uma “mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas”, ligadas à espoliação por meio da exploração, apropriação e desconexão com a cultura e relação do homem com a natureza⁴⁰.

1.3.1. Superexploração do trabalho como condição para a superexploração da natureza

Torna-se mais fácil entender a dinâmica de superexploração da natureza uma vez que se entende a transformação das relações trabalhistas moldadas pelo imperialismo na era neoliberal. O neoliberalismo, no que diz respeito à desumanização de tarefas trabalhistas, implicou em uma grande “questão social”, resultando em retrocessos como: desemprego estrutural; jornadas precárias e condições desgastantes com o mercado de trabalho; superexploração das atividades laborais; e, a sub humanização do trabalhador como ativo a ser comercializado.

Se a precarização das condições de qualidade humana e o enfraquecimento dos direitos trabalhistas e sociais eram aplicados às classes operárias dos países centrais, a exploração

³⁹ “Os processos que Marx, seguindo Adam Smith, chamou de acumulação “primitiva” ou “original” constituem, ao ver de Arendt, uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo. Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira.” HARVEY, David. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 119.

⁴⁰ Ibid., p. 121.

exportada para os países periféricos em meio à uma herança colonial alcançava uma dimensão muito maior. Novamente, Lênin endereçava o sucesso - em sua forma mais amarga da palavra - do capitalismo monopolista nos resultados devastadores da superexploração do trabalho derivados dos métodos predatórios da acumulação ilimitada e do capital financeiro.

“Nos países capitalistas desenvolvidos, a supremacia do capital financeiro vem acompanhada da deterioração das condições de vida da grande maioria da população. Nas regiões coloniais e semicoloniais, o imperialismo significa crescente exploração e opressão. ‘Los monopolios, la oligarquía, la tendencia a la dominación en vez de la tendencia a la libertad, la explotación de un número cada vez mayor de naciones pequeñas o débiles por un puñado de naciones.’” (Lênin, 2011, p. 711)

Ruy Mauro Marini (1973) dedica seus escritos a entender a superexploração do trabalho por meio da descentralização dos movimentos sindicalistas e precarização dos direitos trabalhistas a fim de desassociar a relação humana do trabalho. Sendo assim, a superexploração caracteriza-se, principalmente, pelo aumento da exploração da força física do trabalhador e imprime um consentimento naturalizado de que a força de trabalho remunerada a um preço inferior ao seu valor real é uma prática moderna e condizente ao mercado como um todo (Marini, 1973, p. 92-93).

A superexploração do trabalho não pode ser vista apenas como uma etapa maior da exploração e transformação em mercadoria, mas sim, uma forma de conseguir o mais-valor e o excedente mediante a redução do custo da força de trabalho sem a desvalorização dos bens de consumo necessários. Higginbottom (2022) complementa em concordância,

[...] uma força de trabalho barata que fornece trabalho vivo ao capital a um custo menor e, portanto, a base para um maior grau de exploração e uma maior taxa de mais-valor devido a uma redução no tempo de trabalho necessário para produzir o equivalente ao valor da força de trabalho. O menor custo é devido a uma exploração mais dura e opressiva de setores da classe trabalhadora (Higginbottom, 2022, p. 50).

A disseminação desigual do progresso técnico e da chamada industrialização tardia na periferia acentuou as disparidades já replicadas pela divisão internacional do trabalho e permitiu a intensificação das formas de superexploração do trabalho. E o mesmo se deu para a natureza. Também fortalecida pela herança colonial e pela DIT que alimentavam a dependência da periferia às demandas do centro, a normalização do caráter predatório do capital sobre a natureza se deu pela superexploração dos ecossistemas e dos bens comuns do Sul Global, protegida pelo discurso de desenvolvimento sustentável e da premissa de que o crescimento econômico seria a única saída para a superação da condição subordinada do eixo periférico. Eduardo Gudynas e Alberto Acosta (2011) utilizam desta relação com a natureza

sob a ótica do imperialismo para construir sua crítica ao “mau-desenvolvimento” dos países periféricos e complementam que o conceito de desenvolvimento tradicional importado do centro para a periferia é inteiramente econômico, logo, não se preocupa em incluir os riscos referentes ao esgotamento ecológico do planeta na sua imposição (Gudynas e Acosta, 2011).

Diante desse cenário, as sociedades periféricas do sistema capitalista encontram-se presas em um processo neocolonial, tendo suas capacidades de controlar os avanços nocivos do capital imperialista em suas agendas nacionais ameaçadas.⁴¹ O processo de formação da América Latina e os ciclos de tentativas de industrialização regional são marcados pela acumulação por espoliação, expressas pelo extrativismo; pela superexploração; e pela imposição de uma agenda ambiental projetada para atender países desenvolvidos que perpetua a desigualdade da América Latina frente às oportunidades de uma transição verde e justa.

⁴¹ MARINI, Ruy Mauro. **Memória**. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

2. AMÉRICA LATINA DEPENDENTE SOB A QUESTÃO AMBIENTAL

Estabelecida a estrutura que alimenta o sistema imperialista e a reprodução da questão ambiental como instrumento de manutenção do poder desigual do sistema internacional, é possível aprofundar a análise pela perspectiva da América Latina e esclarecer o seu papel fundamental na dicotomia do sistema-mundo moderno. Como exposto no capítulo anterior, a América Latina foi - e é - protagonista na construção dos debates acerca da questão ambiental e das variações de sustentabilidade inseridas no propósito desenvolvimentista.

O recorte geográfico é justificado para compor a hipótese de que o cerne da fragilidade do capitalismo verde se dará pela América Latina. Para fazer jus à hipótese apresentada e construir o esqueleto argumentativo deste capítulo, abordaremos inicialmente a designação da região por meio da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e suas implicações sobre as relações sociais, trabalhistas e ambientais na construção da economia latino-americana. É a partir desse entendimento que enxergamos o modelo primário-extrativista como o catalisador da vulnerabilidade externa da América Latina e moldamos a crítica sobre a condenação ambiental dos Estados nacionais e suas perspectivas de superação da condição dependente através da contribuição teórica da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

A América Latina é condicionada pelo imperialismo verde e a exploração dos bens comuns em prol do lucro e crescimento daqueles que estão ao Norte. Eduardo Galeano (2010) descreve a América Latina como “serviçal”, por lhe ser imposta uma divisão desigual, onde atua como provedora do mundo.

Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que a América Latina ao produzi-los (Galeano, 2010, p. 17).

O autor classifica a América Latina como a região das veias abertas, isto é, a região em que tudo se exporta e tudo se controla em prol de terceiros. Desde sua “descoberta” e entrada turbulenta no sistema-mundo até a adaptação de suas infraestruturas produtivas em benefício do comércio internacional, a América Latina foi pautada pela expansão condicionada para o

capital externo, seja europeu nos séculos anteriores, seja estadunidense para servir ao império atual.⁴² Posto isto, avança,

“Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu, ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (Galeano, 2010, p. 18).

As relações comerciais e a designação dos papéis no sistema-mundo se acentuaram em diferentes fases do capitalismo, assegurando a linha divisória que afasta o centro da periferia. A divisão internacional do trabalho (DIT) foi um aparelho desenvolvido para garantir a limitação do crescimento e industrialização de países classificados como periféricos, impondo a especialização em atividades econômicas e laborais que servissem como contribuição para a expansão das potências centrais, ao mesmo tempo que minavam a capacidade de competição na estrutura do comércio internacional. De forma mais clara, DIT significa que alguns países têm especialidade em ganhar, enquanto outros se especializam em perder para garantir a vitória alheia.⁴³

Segundo Immanuel Wallerstein, a partir de sua teoria da formação do sistema-mundo e da evolução do sistema capitalista, o mundo se divide em três níveis categóricos empilhados em uma hierarquia *top down*: centro, semi-periferia e periferia.⁴⁴ Sendo o centro referenciado por países com Estados fortes, de alto valor tecnológico agregado e com mão de obra qualificada, enquanto a periferia se caracterizava por Estados fragmentados e fragilizados, restritos à capacidade de produção primária orientada para exportação; o sistema-mundo se desenhava através de uma divisão funcional e ideológica, pautada pela exploração e superexploração do valor do trabalho que legitimava a capacidade de certos grupos dentro do sistema a receberem uma maior parte do excedente (Wallerstein, 1974, p. 339).

Fernand Braudel (1987) destaca a contribuição de Wallerstein:

[...] o capitalismo é uma criação da desigualdade do mundo; para desenvolver-se, necessita das conveniências da economia internacional. É filho da organização autoritária de um espaço evidentemente desmedido. Não teria progredido de um

⁴² GALEANO, Eduardo. 2010. **As veias abertas da América latina**. São Paulo: L&PM.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**, 1974.

modo tão pujante num espaço econômico limitado. Talvez não tivesse progredido nada sem o recurso ao trabalho servil de outrem (Braudel, 1987, p. 77).

Essas condicionalidades do sistema-mundo percebidas por Wallerstein são o que permitem a América Latina ser o campo experimental do imperialismo e dos diferentes ciclos da hegemonia do capitalismo. Referência do pensamento latino-americano, Raúl Prebisch (1949) aponta os efeitos negativos da doutrina das vantagens comparativas e da DIT no futuro da América Latina,

Nesse esquema correspondia à América Latina, como parte da periferia da economia mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. Não cabia, ali, a industrialização dos países novos. Não obstante, os fatos a estão impondo (Prebisch, 1949, p. 47).

Atílio Borón (2013), ao citar o investigador colombiano Renan Vega Cantor, expõe o impacto predatório que a globalização capitalista teve nos países do Sul Global, impulsionado pela violenta onda neoliberal que se instalou na América Latina a partir da década de 1980. Borón ainda cita: “El saqueo de la Madre Tierra fué legitimado por las políticas neoliberales de estabilización y ajuste estructural, con el argumento de que constituían un aporte decisivo para “insertar” a las economías latinoamericanas en los mercados mundiales” (Borón, 2013, p. 115).

Pelo viés ambientalista, especificamente, Borón classifica a América Latina como um “poderoso ímã que desperta o apetite insaciável do império capitalista”⁴⁵, garantindo seu espaço no cenário internacional como o grande berço de recursos naturais importantes para a reprodução dos comportamentos de acumulação primitiva e consumo exacerbado. Inserida em uma funcionalidade de provedora e exportadora, a região extremamente rica em recursos naturais como commodities, fontes não renováveis (petróleo, gás e minérios) e bens comuns (água, ar, luz solar), se tornou alvo de exploração desde a sua introdução no sistema-mundo através de uma relação colonizador-colônia que perdura em seus resquícios estruturais até os dias atuais.

Galeano caracteriza os efeitos da desigualdade promovida pela exploração e dependência da América Latina através do trecho: “a chuva que irriga os centros de poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas

⁴⁵ BORÓN, Atílio A. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Vol. 4. Hiru, 2013.

classes dominantes - dominantes para dentro, dominadas de fora - é a maldição de nossas multidões [...]” (Galeano, 2010, p. 19).

E, de fato, a América Latina está exposta à um nível de vulnerabilidade climático. O produto dessa superexploração e da acumulação por espoliação promovido pelo capitalismo em sua fase imperialista sobre a natureza é refletido no índice de vulnerabilidade e exposição que a América Latina e o Caribe enfrentam atualmente frente à crise climática e o desequilíbrio ambiental⁴⁶. O CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe) desenvolveu um índice a fim de medir o nível de vulnerabilidade dos países latino-americanos e caribenhos em eventos climáticos e ambientais, através de uma metodologia que se propõe a considerar não somente fatores geográficos - como a localização e a incidência de desastres naturais - na construção da escala medidora do índice, mas também a capacidade institucional, política e financeira de adaptação e resiliência dessas economias frente à eventos dessa natureza.⁴⁷

No estudo da construção da metodologia, o CAF faz menção aos fatores externos à geografia que são essenciais para classificar o grau de exposição e vulnerabilidade de um país, sendo (i) a fragilidade econômica e (ii) a dependência de recursos naturais e primários para sua produção e consumo como fatores chave. Por fim, mas não menos importante, (iii) a postura forte do Estado e (iv) as políticas de governança direcionada para garantir uma resiliência eficaz aos riscos climáticos também contam como categoria crítica para avaliação.

2.1. América Latina primário-exportadora e o extrativismo capitalista

Em um primeiro momento, para entender a relação entre a acentuação da dependência latino-americana pela lente da questão ambiental, é preciso entender como se dá o processo de formação econômica e inserção da América Latina no sistema internacional por meio da condição primário-exportadora e, conseqüentemente, entender o extrativismo como

⁴⁶ Segundo Reinaldo Gonçalves, o conceito de vulnerabilidade externa é expresso em uma relação desigual no qual as economias com alto índice de exposição ao contágio dos problemas provocados pelo centro global, enquanto as mudanças internas da periferia não têm efeito ou reconhecimento na esfera internacional. Assim, a tríade da “realidade nacional, realidade dos processos e estruturas do sistema internacional mostram a vulnerabilidade externa e o déficit de poder de um país.” Ver mais em: GONÇALVES, Renato. **Estratégicos**, n. 01, p. 107-126, 22 jul. 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEE/article/view/5455>. Acesso em 10 jan. 2024.

⁴⁷ CAF. **Vulnerability index to climate change in the Latin American and Caribbean Region**. Caracas: 2014. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/509>. Acesso em 10 jan. 2024.

ferramenta de acumulação na lógica capitalista. Para isso, será necessário ter reconhecimento da relação colonizador-colônia enraizada no processo de formação da identidade latino-americana.

Tal premissa apresentada, cabe trazer para o debate a leitura sobre a formação do sistema-mundo moderno pela ótica de Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein (1992), na qual se institui a introdução das Américas no sistema internacional como a nova fase do mundo moderno e a consolidação da economia capitalista. Dessa forma, nos é permitido acompanhar o desdobramento da análise da construção das Américas, identificando as diferenças entre América do Norte anglo-saxã e a América Latina. A América Latina foi planejada e moldada para compor a economia capitalista, subordinada ao objetivo de expansão territorial do sistema em questão e garantindo um dos principais avanços do poder expansivo através do controle e conquista de novos territórios. Pela leitura de Caio Prado Jr. (1986), a formação e evolução histórica do povo colonizado tinha um “sentido”, isto é, fazia parte de um projeto com propósito de longo tempo.⁴⁸ Nesse caso, a formação latino-americana estaria intrinsecamente ligada às orientações das nações europeias, negligenciando o progresso nacional e promovendo causando retrocessos em suas economias, culturas e políticas.

Tão pouco a descoberta de um “novo mundo” introduzida no sistema moderno, a assimetria característica do capitalismo foi prontamente reproduzida nas Américas. As colônias do cone sul da América dominadas pelo poder Ibérico - em comparação às colônias britânicas no norte das Américas - sofreram um apagamento cultural, social e racial como forma de enfraquecimento da identidade originária e de quaisquer resistências ao modelo de exploração objetivado pelas Coroas para a “obediência” à Metrópole. Resgatando novamente Prado Júnior (1986), o “sentido” da colonização na América Latina era de transformar a região em uma colônia de exploração⁴⁹, predominantemente orientada para o exterior.

⁴⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁴⁹ O conceito de colônia de exploração é desenvolvido por Prado Júnior em sua leitura sobre a formação histórica brasileira e a relação subordinada aos interesses da Metrópole portuguesa. Podendo aqui ser exportada para os demais Estados da América Latina, o sentido da colônia de exploração correspondia à necessidade de acumulação para expansão das potências europeias, sustentadas pelo comércio das colônias inteiramente adequadas às suas demandas. Ver mais em: Ibid, 1986.

Desde então, a divisão internacional do trabalho – baseada na teoria das vantagens competitivas de David Ricardo⁵⁰ - sustentava que o comércio internacional maximizaria o bem-estar e a participação lucrativa ao permitir que cada país se especializasse na atividade em que tivesse como garantia uma vantagem comparativa, contudo, a ênfase em atividades menos intensivas em progresso técnico tendia a perpetuar a longo prazo disparidades nos níveis de qualidade de vida entre os industrializados e os primários, acentuando uma dinâmica pouco competitiva entre os eixos. Sendo assim, “[...] propõe-se abertamente a especialização dos países com elevada concentração de capital na indústria e daqueles abundantes em terras e trabalhadores na agricultura. (Vilarreal, 1979 *apud* Martins, 2015, p. 216).

Quijano e Wallerstein (1992) destacam,

La etnicidad fue la consecuencia cultural inevitable de la colonialidad. Delineó las fronteras sociales correspondientes a la división del trabajo. Y justificó las múltiples formas de control del trabajo inventadas como parte de la americanidad: esclavitud para los «negros» africanos; diversas formas de trabajo forzado (repartimiento, mita, peonaje) para los indígenas americanos; enganches, para la clase trabajadora europea. Desde luego éstas fueron las formas iniciales de distribución étnica para participar en la jerarquía laboral (Quijano e Wallerstein, 1992, p. 585).

E, considerando as pontuações já esclarecidas sobre o projeto europeu de domínio e exploração devastadora, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) reforça,

Estamos, sim, diante de um *sistema-mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente - *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder - *moderno-colonial* (Gonçalves, 2008, p.25).

É nesta conjuntura que se forma na América Latina um padrão de modelo econômico baseado na atividade primário-exportadora, isto é, países intitulados como agrícolas pelas vantagens comparativas se colocavam como parte ativa no sistema de comércio internacional como função de exportadores, fortalecendo os mercados externos e mantendo seu desenvolvimento próprio em segundo plano. A economia primário-exportadora, refere-se, então, a um modelo produtivo em que a região se especializa na produção e exportação de bens primários, como *commodities* agrícolas e minerais.

Essa estrutura gestada a partir da herança colonial é o que possibilita a inserção da América Latina no comércio internacional por meio da especialização do extrativismo diante do

⁵⁰ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo Editorial, 2015.

interesse dos grandes centros pela oferta em larga escala de insumos para seu desenvolvimento próprio. No final do século XIX, a porção latino-americana do continente tornou-se o grande mercado do Norte global, gerando um *boom* no crescimento de renda interna fomentado pelo comércio de alimentos e matérias-primas (Bertola e Ocampo, 2015, p 97).

O aumento no volume de exportações e o consequente resultado econômico se deram por conta da mercantilização das terras e das matérias-primas disponíveis no ecossistema regional. Dentre as modalidades de expansão por meio da terra e natureza, duas dinâmicas se instauraram entre os Estados nacionais: a produção de novos bens de exportação nas áreas de fronteira - característico do *boom* cafeeiro no Brasil; da exploração demandada pela lã na Patagônia, sul da Argentina, e o salitre e minerais no Chile - e o deslocamento da produção tradicional para as zonas marginais enquanto as áreas centrais eram ocupadas por lavouras de exportação.⁵¹ Sendo assim, a formação econômica, social e política dos Estados latino-americanos se deu por meio da lógica do lucro encontrada no extrativismo por meio da exploração da natureza e do ambiente social sem precedentes, tornando a região altamente dependente dos ciclos de demanda e consumo externo. Celso Furtado, sintetiza a formação econômica regional: “o destino subsequente dos países latino-americanos como economias especializadas na exploração de uns poucos produtos primários e estruturalmente dependentes” (Furtado, 1976, p. 128).

Esse período - entre o final do século XIX até a grande crise de 1929 - foi o período marcado por grandes flutuações da sua estabilidade financeira: por um lado, registros de crescimento significativo associado à manufatura e expansão agrícola e, do outro, estagnação e crise por conta do desequilíbrio da relação oferta-demanda ocasionada pelas consequências da Primeira Guerra. Esse período, classificado como primeira globalização⁵² definiu a estrutura de exportações latino-americanas, como aponta a Tabela 1, basicamente em matérias-primas e minerais.

⁵¹ GLADE, William, 1981, p. 23-30 in BÉRTOLA, Luís.; OCAMPO, José Antonio. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina Desde a Independência**. 1a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015., p. 129.

⁵² BÉRTOLA, Luís.; OCAMPO, José Antonio. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina Desde a Independência**. 1a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Tabela 1 - Estrutura das Exportações Latino-Americanas (1859 - 1929)

Matéria-Prima/Ano	1859/1961	1899/1901	1911/1913	1927/1929
Cereais, lã e carne	3,9	22,2	24,4	27,7
Café	18,2	18,5	18,6	18
Açúcar, Tabaco, Peles, Borracha	41,2	28,5	24,5	16,9
Cobre, Estanho e Petróleo	0,2	1,2	4,7	14,2
Guano, Nitratos, Metais preciosos	18,8	14,2	13	6,6

Fonte: Elaboração própria com base em BÉRTOLA e OCAMPO, 2015, p. 102.

Essa época é lida por Furtado (1976) como um momento decisivo para a América Latina, uma vez que a restrição das possibilidades de especialização e a limitação das atividades econômicas primárias como fonte de geração de renda seriam o foco principal das economias regionais nas décadas seguintes com o intuito de recuperar um “atraso econômico relativo”. A falácia da vantagem competitiva imposta à periferia como justificativa para sustentar a produção primária na periferia orientada para exportação é resultado de uma retórica construída pelos mercados centrais, de forma que sua industrialização não fosse ameaçada ou prejudicada pela organização nacional e pelos planos de desenvolvimento da periferia.

Logo, a determinação agrícola da América Latina e o condicionamento da natureza como propriedade principalmente orientada para a exportação geraram um impacto muito mais profundo na construção da autonomia dos Estados nacionais e sua identidade política e social. O desenvolvimento limitado das economias latino-americanas foi marcado por tentativas de expansão e busca de novos territórios passíveis de exploração para geração de renda - em sua grande maioria dos casos, conquistados através da força, provocando a inevitável marginalização e apagamento da cultura e vivência dos povos originários. Para além de uma atividade econômica, o modelo primário-exportador na América Latina se consolidou por meio da herança colonial de exploração, violência e enfraquecimento da cultura nacional.

Como resposta, surgem as críticas ao extrativismo e suas reproduções que são amplamente exploradas por Alberto Acosta (2009), Eduardo Gudynas (2013), Maristella Svampa (2019), entre outros. Assim como a lógica do imperialismo inserido no capitalismo se dá pelo avanço

agressivo da dominação e controle por meio da financeirização e acumulação predatória, o extrativismo também é lido como parte fundamental da força de expansão do capitalismo no papel civilizatório. De acordo com Machado Araújo (2015): “(o extrativismo) delinea a geografia da extração como uma geografia subordinada, dependente, provedora, estruturada por e para o abastecimento da geografia do centro, a do consumo e acumulação.” (Machado Araújo, 2015, tradução nossa).

Em um desdobramento mais profundo guiado pela crítica ambiental, Gudynas et. al (2008) lê o extrativismo como uma intervenção estatal significativa na promoção, regulamentação e financiamento das atividades de impactos ambientais devastadores. Essa interferência é essencial para que o modelo apresente alto desempenho em acumulação de capitais e agrave o desmatamento, poluição e extermínio de povos e recursos que compõem os ecossistemas.⁵³ O impacto negativo do extrativismo pode ser medido por métricas distintas, mas, entre os principais, destacam-se: (i) controles fiscais e ambientais frágeis; (ii) a falácia da "contabilidade ecológica"; (iii) externalização de custos e locais remotos; e (iv) altos preços das commodities (Gudynas et. al, 2008).

Quanto ao primeiro ponto (i), a flexibilidade estatal resultante da aceitação de pressões das transnacionais, aliada à falta de fiscalização, abre espaço para a exploração predatória dos recursos naturais, intensificando danos ambientais e expondo as populações locais ao avanço predatório da urbanização ou marginalização. O segundo ponto (ii) é uma falácia promovida pelas instituições e aparelhos do Estado, sugerindo que, na relação com a natureza, tudo pode ser ganho, ignorando custos e contrapontos. No falso cálculo da contabilidade ambiental, os danos causados pela exploração predatória da natureza e os impactos sociais resultantes da degradação ambiental não são considerados, tampouco a exposição e vulnerabilidade à catástrofe ambiental e climática contemporânea. O terceiro (iii) aborda a transferência a terceiros dos impactos prejudiciais ligados ao extrativismo, mascarando o descontrole e a irresponsabilidade do ciclo de vida e morte da exploração natural. Por fim, o quarto ponto (iv) destaca a influência dos altos preços das commodities sobre governos, que, sobrecarregados pela crise econômica internacional, endividados e necessitados de recursos para políticas sociais, são incentivados a conceder vantagens ao extrativismo. Essas

⁵³ GUDYNAS, Eduardo et al. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo**. Extractivismo, política y sociedad, v. 187, p. 187-225, 2009. Disponível em: <http://www.rosalux.org.ec/pdfs/extractivismo.pdf#page=187>. Acesso em 6 dez. 2023.

concessões comprometem o poder de reação necessário para mitigar as consequências estruturais da dependência em relação ao capital estrangeiro (Gudynas, 2009 *in* Borón, 2013, p. 140, tradução nossa).

A condição primário-exportadora da América Latina e a dependência profunda à demanda externa condenaram a região ao atraso e, concomitantemente, ao desequilíbrio ambiental e social. Sendo assim, a aplicação da doutrina das vantagens comparativas às periferias levou a resultados desapontadores uma vez que as vantagens competitivas e a eficiência econômica não as alcançavam. Posto isto, Prebisch (1949) acrescenta,

Daí as diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida das massas nestes e naquela, e as notórias discrepâncias entre suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende, primordialmente, do aumento da produtividade. Existe, portanto, manifesto desequilíbrio, e qualquer que seja sua explicação ou a maneira de justificá-lo, trata-se de um fato certo, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho (Prebisch, 1949, p. 48).

Na formulação da resistência à retórica de crescimento por meio do padrão imposto à periferia, o pensamento latino-americano contribuiu ricamente ao apresentar o tema do atraso econômico e social da periferia global por meio de uma perspectiva própria. Em um primeiro momento, o estruturalismo latino-americano - principal corrente da CEPAL - surgiu como uma resposta às teorias clássicas da economia internacional que buscavam fórmulas mágicas para explicar o atraso do desenvolvimento da América Latina sem considerar as particularidades de cada Estado regional e tangenciando os impactos da influência do capitalismo aplicado na periferia.

Ricardo Bielschowsky (1995) caracterizou o estruturalismo latino-americano cepalino como um estudo de contrastes de estruturas, sendo, neste caso, as estruturas de países periféricos em comparação aos países centrais. O estruturalismo da América Latina, então, se dava por meio da infraestrutura produtiva precária e pouco diversa; pela concentração fundiária e especialização dependente aos bens primários; desvalorização da mão-de-obra como produto ilimitado e, não menos importante, por um Estado enfraquecido com aparelhos institucionais de pouca mobilização e pouco favoráveis ao progresso técnico e à orientação de acumulação de capital.⁵⁴ O cepalino sintetiza: “[...] o estruturalismo inclui a análise das relações ‘centro-

⁵⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Contraponto editora, 1995.

periferia’, isto é, a análise da forma específica de inserção internacional das economias da América Latina.” (Bielschowsky, 1995, p. 110-111).

Foi a partir do pensamento estruturalista da CEPAL que surgiu o Manifesto Latino-Americano, no qual Raúl Prebisch (1996) questionou a divisão internacional do trabalho e a distribuição desigual dos lucros produzidos pelos bens primários que colocava a periferia à margem das vantagens ou benefícios do desenvolvimento apropriada pelos centros globais. Daí se observam as diferenças tão acentuadas entre os padrões de vida na relação centro-periferia, bem como as notáveis disparidades entre suas capacidades de acumulação de capital uma vez que a margem de poupança dependia principalmente do aumento da produtividade ou da repartição equitativa dos frutos do progresso técnico entre setores distintos.⁵⁵ Sendo assim, o objetivo principal do novo manifesto proposto por Prebisch era redefinir a divisão internacional do trabalho para que a marginalização imposta à periferia fosse superada e o papel da América Latina no mercado internacional deixasse de ser restrito somente à atividade primária das matérias-primas, podendo se colocar como detentora da tecnologia necessária para dominar também a atividade manufatureira e sustentar o seu desenvolvimento.⁵⁶

2.1.1. O fracasso da substituição de importações e o aprofundamento da dependência

O crescimento econômico inicial garantido pelo modelo primário-exportador não foi o suficiente para fazer a América Latina se desprender da condição subordinada e vulnerável aos acontecimentos externos, logo, dependentes das relações econômicas internacionais, os Estados latino-americanos viveram uma montanha russa entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.⁵⁷ Para Bertola e Ocampo (2015), a redução da elasticidade-renda da demanda das exportações é o sinal mais claro da queda de impacto da demanda internacional sobre o desenvolvimento latino-americano a partir do início do século XX.

⁵⁵ PREBISCH, Raúl. **El Desarrollo Económico de La América Latina y algunos de sus principales problemas**. In: CEPAL, Cincuenta años de pensamiento en la Cepal - Textos Seleccionados.

⁵⁶ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Do “manifesto latino-americano” de Raul Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na Cepal**. Revista de Economia Contemporânea 24 (2020): e202411. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/jLx335tRMr6yhMFYySBhL/>. Acesso em 9 dez. 2023.

⁵⁷ BÉRTOLA, Luís.; OCAMPO, José Antonio. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina Desde a Independência**. 1a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, p. 118

Contudo, como o crescimento era condicionado à estabilidade e demanda do mercado internacional, com a Grande Depressão iniciada nos Estados Unidos e a diminuição da busca por produtos primários, instaurou-se o colapso das exportações em 1930. A partir desse cenário de crise, iniciou-se uma ofensiva nos Estados latino-americanos para promover a aceleração da industrialização na tentativa de reduzir a vulnerabilidade das balanças comerciais domésticas frente aos choques externos e redirecionar os frutos do financiamento internacional - agora, escasso - para promover o ritmo de industrialização e inovação tecnológica regional.

Carlos Eduardo Martins (2015) contribui em sua análise para a conjuntura da crise,

A perda de renda, gerada por esse processo, dos países periféricos criou barreiras cada vez maiores para a sustentabilidade do crescimento econômico. A solução ortodoxa para a crise do balanço de pagamentos era a deflação e a redução da demanda interna. As tensões sociais se acumularam e deram lugar a movimentos revolucionários que buscarão redirecionar o Estado nacional para impulsionar a industrialização na América Latina [...] (Martins, 2015, p. 216).

A sobrevivência dos Estados latino-americanos dependia de uma reforma política e estrutural que superasse o atraso da industrialização e quebrasse o paradigma do pensamento exclusivo de exportação como subsistência. A política de substituição das importações, que ganhou sua forma mais avançada no estruturalismo cepalino, propunha uma agenda com a finalidade de internalizar a produção industrial de mercadorias que se consumia mediante importação e, assim, substituí-la pela produção nacional.⁵⁸ Prebisch, ao elencar os principais desafios e problemas do desenvolvimento econômico da América Latina, destrincha a produção nacional como política econômica em três etapas, envolvendo a substituição de bens de consumo leves, duráveis e de produção. No entanto, cada etapa acaba por desencadear novas necessidades de importação e um maior fluxo de capital para garantir a evolução do processo, tornando o equilíbrio entre exportação e importação um desafio complexo que demandava uma cuidadosa planificação estatal.⁵⁹

Na busca do equilíbrio deste paradigma e na solução de superação dos impasses do atraso industrial da América Latina, Martins (2015) faz uma revisão da teoria de deterioração dos

⁵⁸ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo Editorial, 2015, p. 217

⁵⁹ PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista brasileira de economia, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

termos de troca⁶⁰ de Prebisch e Celso Furtado que se dava por três fatores chave: a baixa elasticidade-renda dos produtos primários; o excedente de mão de obra rural dos países periféricos⁶¹; e a discrepância da organização trabalhista, social e política entre a burguesia e o proletariado do centro em comparação às mesmas estruturas na periferia (Martins, 2015, p. 219). Esses três elementos eram resultado da avançada do capital predatório promovida pelo imperialismo expansionista uma vez que reproduziam padrões de exploração das heranças coloniais e instigavam a dependência da região em prol do crescimento unilateral do centro por meio da baixa dos valores de produtos produzidos na periferia que limitam o crescimento econômico e os lucros internos.

A partir das décadas de 1930 até meados de 1950, a transformação das bases produtivas e a substituição das importações para o desenvolvimento interno pareceu eficiente graças ao movimento de reestruturação total dos setores agrícolas, extrativistas e pecuários junto às novas políticas macroeconômicas expansivas comandadas pelo Estado. Logo,

Ao Estado caberia, portanto, não apenas a gestão do comércio exterior e da poupança nacional. A ele também caberia o investimento na geração da infraestrutura básica em energia, transportes e siderurgia para a industrialização e desenvolvimento do mercado interno, diante do baixo nível de concentração do capital nacional e da falta de interesse do capital estrangeiro em realizá-los (Martins, 2015, p. 221).

Neste momento, cabe resgatar o título desta subseção que, de forma direta, classifica a política de substituição de importações como um fracasso. Ora, se a intervenção estatal e a nova política tinham como objetivo elevar o desenvolvimento latino-americano para outro patamar, como pode então ser denominado como um fracasso?

Fernando Fajnzylber (1983) descreve o processo de industrialização da América Latina como “trunca” e questiona, ainda, se a região é uma imagem fiel ou um reflexo deformado da

⁶⁰ A deterioração dos termos de troca também foi conhecida como deterioração dos termos de intercâmbio, fazendo crítica à teoria das vantagens comparativas de Ricardo e à condição dependente da América Latina na DIT. A crítica de Prebisch se dava sobre a comparação de que se os volumes exportados se mantivessem estáveis, sua capacidade de importação diminuiria com o decorrer do tempo, logo, resultando em uma deterioração e desvalorização. Ver mais em: PREBISCH, Raúl. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. Revista CEPAL 1986. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/11914>. Acesso em 31 jan. 2024.

⁶¹ Este ponto é explorado pela realidade da inelasticidade na exportação de produtos primários e da persistente estrutura fundiária colonial. O excedente de mão de obra rural e a estrutura fundiária herdada contribuem para a dualidade produtiva na periferia. Esta dualidade, evidenciada pelo contraste entre um setor agroexportador moderno e um setor agrícola de subsistência, destaca os desafios enfrentados pelos países periféricos para equilibrar o desenvolvimento econômico em meio às crises cíclicas.

industrialização dos países centrais, no qual ele chama de “avançados”. O autor assinala que “após um rápido crescimento industrial, acompanhado por um processo acelerado de urbanização, na década de 70 se observa uma frustração crescente e generalizada sobre os resultados da industrialização.” (Fajnzylber, 1983, p. 149, tradução nossa). Esta análise corrobora o argumento que sustentamos da tentativa falida de industrialização que se dedica a superar a condição primária agrária imposta pela DIT sem propor um projeto real em relação à independência do capital estrangeiro. Isso porque, pela proposta de Prebisch e Furtado, por mais que a ideia fosse um desenvolvimento interno com a finalidade de reduzir a dependência do capital externo de forma massiva, “o recurso ao capital estrangeiro seria indispensável para viabilizar a industrialização substitutiva”.⁶² Sendo assim, a tentativa de industrialização acabou por criar novas formas de dependência e instaurou uma fase mais profunda de fragilidade para as economias latino-americanas marcada pela abertura para o capital estrangeiro, a onda de transnacionais e o início da implementação da agenda neoliberal. Com o avanço da globalização financeira, a industrialização se impôs como um “apêndice do processo de acumulação mundial do capital sob hegemonia dos países centrais” por meio de investimento direto estrangeiro incentivado pelos Estados nacionais, o que, por sua vez, transformou a periferia em mecanismo da nova fase de acumulação primitiva do império (Sawaya, 2022).

É crucial reconhecer que a estratégia de industrialização de substituição de importações teve contribuições significativas para o desenvolvimento industrial latino-americano, mas com limitações uma vez que ela não resolveu totalmente os desafios econômicos enfrentados pela América Latina. Furtado (1966) analisa o subdesenvolvimento na América Latina por meio da incapacidade dos Estados em promover a modernização dos setores de produção para além do capitalismo externo, isto é, apesar dos esforços na substituição de importações, a exposição da balança de pagamentos e a renda da região se mantiveram condicionados às exigências do centro global. Marini (2005) menciona o desenvolvimento de setores produtivos para o mercado interno, mas mostra sua vinculação prioritária aos bens de consumo suntuários e os limites colocados pela superexploração do trabalho para a formação de um poderoso mercado interno.⁶³

⁶² MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo Editorial, 2015, p. 220.

⁶³ MARTINS, Carlos Eduardo. **A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo**. Caderno CRH, v. 31, p. 463-481, 2018.

Então, determinado o fracasso dos objetivos iniciais da industrialização interna e da superação do subdesenvolvimento, a dependência latino-americana se coloca, mais do que nunca, como um problema estrutural. A partir dessa análise sobre as lacunas deixadas pelo processo de industrialização por substituição que as novas teorias da dependência emergem no seio do pensamento latino-americano.

2.2. A dependência latino-americana e a dívida ecológica

A dependência é um projeto e a periferia global é o campo prático dele. Resgatando as contribuições teóricas de Marx e Luxemburgo já introduzidas neste trabalho, o capitalismo se constrói e se fortalece através da manutenção da desigualdade e, por consequência, a dependência serve como a fonte que alimenta o império. O entendimento do “sentido” da formação socioeconômica latino-americana sob a condição de dependente é o que coloca o pensamento crítico latino-americano como uma das principais fontes de resistência à teoria econômica ortodoxa mundial. O subdesenvolvimento da periferia e a subordinação às agendas ideológicas do Norte global eram possibilitados pela dependência estrutural programada, enraizada e reproduzida por agentes externos e internos.

Ela (a reprodução da dependência) significava a existência de uma estrutura econômica, social, política e ideológica simultaneamente nacional, internacional e específica dentro da economia mundial. E o subdesenvolvimento se estabelecia não como não desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial (Martins, 2015, p. 230).

Cabe, neste momento, reforçar que a vertente a ser explorada para corroborar as hipóteses levantadas por este trabalho e fornecer a leitura crítica almejada se dá por meio da leitura marxista do processo de dependência na América Latina iniciada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, entre outros grandes pensadores contemporâneos. Contudo, não obstante, é de extremo valor trazer a “nova fase da dependência” explorada paralelamente por Cardoso e Faletto (1981)⁶⁴ a fim de traçar uma comparação das perspectivas de superação da estrutura latino-americana.

⁶⁴ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1981) foram grandes nomes da teoria da dependência latino-americana, caracterizando uma fase moderna das raízes cepalinas e do estruturalismo latino-americano de Prebisch. Para eles, a periferia deveria seguir com a industrialização subordinada ao processo mundial de acumulação, ao grande capital transnacional, abrindo-se para sua entrada e adaptando um desenvolvimento associado, ou seja, a dependência do capital externo era uma etapa quase que necessária para que o capitalismo na América Latina se consolidasse e permitisse a superação por meio da industrialização. Embora pouco se proponha a resolver o grande problema identificado no ciclo de industrialização anterior, com a chegada do

Com resquícios do estruturalismo da CEPAL, a dependência é lida por Cardoso e Faletto como produto da criação de um subcapitalismo. Em uma nova etapa da dependência, agora moldada à hegemonia dos Estados Unidos, o termo ‘capitalismo dependente’ seria utilizado para explicar e justificar os novos fenômenos da industrialização da América Latina, isto é, seria necessário que a dependência financeira, tecnológica e ideológica se agravasse no período inicial por meio do investimento estrangeiro para que, no futuro, existisse insumo e capital suficiente para dar continuidade ao modelo econômico regional de forma independente. Assim, é o que se propõe como dependência condicional e associada⁶⁵ (Cardoso e Faletto, 1981).

Em uma crítica direta ao ideal de que, de alguma forma, a dependência e concentração de renda proporcionada pelo desenvolvimento condicionado podem ser usados como ferramenta favorável para a superação da condição subordinada latino-americana, a teoria marxista da dependência ganha força em meados da década de 1970. Pela leitura de Marini (2000) não há nenhuma ótica positiva para o crescimento e o futuro dos mercados internos no período de industrialização que seja condicionado pela entrada agressiva do investimento estrangeiro e pela importação de transnacionais. Com a chegada da década de 1980 e a ofensiva neoliberal se impondo sobre as estruturas sociais, políticas e econômicas dos Estados latino-americanos de forma mais agressiva, as percepções da dependência pela visão marxista se tornam ainda mais necessárias. Esse momento de dependência acentuada é o que Marini chama de subimperialismo, ou seja, a periferia encontra-se intrinsecamente vinculada a uma lógica inerente ao processo de acumulação de capital global, atingindo a etapa monopolística de fusão dos capitais industrial e bancário. Sendo assim, esse vínculo impede um desenvolvimento econômico e social efetivo, delegando-a a uma posição subordinada aos agentes que atuam como propagadores do poder dominador do império, como as grandes corporações transnacionais. Nesse contexto, a periferia é percebida como uma mera extensão

neoliberalismo como ofensiva na América Latina na virada da década de 1980 para os anos 1990, o “desenvolvimento associado” ganhou força entre os governos regionais.

⁶⁵ Essa visão de Cardoso e Faletto foi conhecida na literatura pela “visão weberiana da dependência” ou “teoria da interdependência”. Ao considerar a interdependência entre condicionantes estruturais e fatores sociais, os autores buscam superar visões simplistas e endógenas, destacando a complexidade das dinâmicas de desenvolvimento na região, dessa forma, elabora-se a teoria de que o desenvolvimento na América Latina não pode ser alcançado apenas por meio da industrialização; deve ter um caráter industrializante-associado, envolvendo a conjugação entre capital nacional privado, capital internacional e Estado. Ver mais em: CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 6 edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

funcionando como fonte de extração de valor, e sua dinâmica é delineada pelas estratégias desse capital transnacional promovido pelos canais e aparelhos do imperialismo (Marini, 2000).

Juntamente, Theotônio dos Santos (1970a) classifica o processo de dependência como,

Por dependência entende-se uma situação em que a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira está sujeita. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e podem ser autossustentáveis, enquanto outros países (os dependentes) podem fazer isso apenas como um reflexo dessa expansão, que pode ter um efeito positivo ou negativo em seu desenvolvimento imediato (Dos Santos, 1970a, p. 231).

A obra de Bambirra (2012) debate sobre o efeito do desenvolvimento dependente no setor econômico, gerando nos países um processo de monopolização interna como espelho dos processos externos do arranjo das hegemonias internacionais. Tais imposições afetaram também as esferas políticas e sociais uma vez que, assim como a apropriação por imposição do modelo econômico capitalista foi usada como instrumento de barganha entre o assistencialismo estrangeiro nos setores industriais, o período de desenvolvimento destes países foi marcado pela imposição histórica do alinhamento político para efeitos de “apoio” internacional, fomentando a polarização interna entre os grupos políticos e classes dominantes *versus* dominados (Bambirra, 2012. p. 215-217).

Martins (2015) sintetiza a contribuição da alternativa proposta pela TMD a fim de superar o modelo econômico construído sobre a estrutura da hierarquia desigual, utilizando do modelo socialista como base argumentativa. Entre as exposições, com raízes de influência na obra *Dialética da Dependência* de Marini, o autor expõe,

O socialismo surge como alternativa nos países dependentes numa etapa de grande interdependência da economia mundial. Estabelece-se uma dramática dialética entre a sua necessidade para superar as mazelas da superexploração e sua confrontação à economia-mundo dirigida pelo capitalismo histórico. [...] O desdobramento da revolução socialista de um plano nacional para o regional permitiria desenvolver as escalas produtivas e a organização do trabalho coletivo e estabelecer um horizonte de desenvolvimento tecnológico sustentado (Martins, 2015, p. 245).

A visão das relações entre o eixo central e a periferia latino-americana se torna mais crítica ao se debruçar sobre a estrutura teórica da dependência marxista, permitindo que haja uma projeção de alternativas ao cenário em que o capital internacional é sempre presente e condicionante aos progressos dos setores produtivos e econômicos regionais. Além disso,

permite entender como o processo de endividamento das economias latino-americanas⁶⁶, potencializado pela manutenção da dependência externa nos diferentes ciclos do capitalismo sobre a região, pode afetar diretamente a questão ambiental e acentuar a crise da natureza no território nacional.

No cenário de alta instabilidade no final da década de 1980 e durante a década de 1990, as tentativas de recuperação das economias latino-americanas após as ondas de alta inflação e déficit na balança de pagamentos, a agenda neoliberal impunha o pagamento da dívida externa como prioridade para garantir estabilidade e resiliência da estrutura econômica no cenário internacional. Logo, com a necessidade de gerar renda para estabilizar as contas e pagar as dívidas - e os juros das dívidas - era necessário que a América Latina potencializasse o modelo *export led growth*, incentivando as práticas extrativistas para garantir a produção suficiente. Logo, uma vez que a realidade econômica se colocava inerente aos limites da natureza, a dívida das contas públicas das economias regionais se tornava também uma dívida da natureza.

Atilio Borón (2013), à luz de Vega Cantor (2013) e Barry Commoner (1971), analisa em detalhe a dívida da natureza por meio da pilhagem insustentável promovida pelo “coração do capitalismo”.⁶⁷ O questionamento de Vega Cantor (2006) se faz necessário: depois da exploração e do fim do ciclo de utilidade da matéria-prima, qual o destino final do descarte e despejo?

Ora, para a América Latina, é claro. Como bem avaliado por Porto-Gonçalves (2004), exporta-se o proveito e ficam os rejeitos.⁶⁸ Barry Commoner (1971), uma das principais referências na construção do ecossocialismo e da crítica a relação desigual pautada na questão ambiental comenta a perpetuação da exploração em diferentes etapas do ciclo: “Os

⁶⁶ O endividamento na América Latina foi uma estratégia de controle e manutenção da dependência, produzido para ser um obstáculo ao desenvolvimento da periferia. A década de 1980, propriamente nominada pela CEPAL como “década perdida”, foi um período marcado por uma forte recessão e profundas dívidas financeiras e, por isso, a década de 1990 foi marcada pela forte intervenção estadunidense por meio do Consenso de Washington e da agenda neoliberal. Essa nova política focada na privatização e financeirização aumentou a dependência da periferia ao capital estrangeiro em todas as esferas de atividade produtiva, acentuando a dívida externa desses países. Ao mesmo tempo, o Estado e os aparelhos políticos reproduziam a ideologia neoliberal e condicionaram a infraestrutura macroeconômica para o pagamento dos serviços da dívida. Ver mais em: BÉRTOLA, Luís; OCAMPO, José Antonio. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina Desde a Independência**. 1a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

⁶⁷ BORÓN, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Vol. 4. Hiru, 2013. p. 124.

⁶⁸ GONÇALVES, Carlos Walter. P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

países pobres do Sul, que não tem – nem nunca terão – acesso à riqueza ou aos níveis de consumo do Norte, são obrigados a suportar os custos ambientais inerentes a esse modelo civilizacional.” (Commoner, 1971 *in* Borón, 2013, p. 124).

Diante desse cenário, a partir da década de 1990, explora-se esse paradigma das barreiras impostas pela dependência sobre a natureza como Dívida Ecológica, uma crítica surgida no Sul global frente à responsabilização histórica do Norte no papel sobre devastação ambiental⁶⁹. Esse conceito é melhor explorado por Juan Martinez-Alier (1996) sob a ótica das teorias econômicas ecológicas que se perpetuam pelo resultado de conflitos distributivos: as exportações de matérias-primas e dos produtos primários dos países periféricos não incluem externalidades locais ou globais no preço final; ou os países centrais fazem uso e proveito do espaço e da força de trabalho dos países periféricos sem oferecer um valor mínimo de mercado - ou, nem pagar por eles - violando o direito dos bens comuns e o conceito base do utilitarismo dos serviços ambientais.⁷⁰

A Dívida Ecológica é vista como uma barreira para o desenvolvimento da América Latina tão limitadora quanto o endividamento externo sintomático que perdura por décadas nas economias regionais. Isso porque essa dívida aplicada sobre a natureza é resultado de uma equação comercial desigual no qual os países centrais pagavam pelo produto exportado, mas não compensam pelos danos e esgotamento natural gerados para garantir a produção em escala da demanda. Logo, a Dívida Ecológica é uma dívida contraída pelos países industrializados para com a periferia global explorada.⁷¹ Alinhado às críticas de Miguel Cerdá Ortega (2005),

A dívida ecológica é uma dívida contraída pelos países industrializados para com os demais países a causa da espoliação histórica e presente nos recursos naturais, dos impactos ambientais exportados e da livre utilização do espaço ambiental global para depositar os seus resíduos. Dito de outra maneira, é o conjunto de impactos ecológicos, sociais e monetários que nosso estilo de vida [europeu] produz nos países empobrecidos, através de determinados impactos ambientais que são gerados devido a nossas políticas e atividades econômicas (Ortega, 2005, p. 20).

⁶⁹ O conceito foi apresentado pela primeira vez no Chile em 1990, através do Instituto de Ecologia Política.

⁷⁰ MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Economia ecológica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, 1996.

⁷¹ ORTEGA, Miguel C.. **La deuda ecológica Española: Impactos ecológicos y sociales de la economía Española en el extranjero**. 2005. Disponível em: <https://editorial.us.es/en/detalle-libro/40073/la-deuda-ecologica-espanola>. Acesso em 7 dez. 2023.

Uma vez entendidos os elementos que constroem a Dívida Ecológica, torna-se ainda mais injusta a cobrança sobre a América Latina em relação à descarbonização e avanços na transição verde dentro do padrão estabelecido pelo Norte global. O atual cenário das economias latino-americanas é produto de um ciclo interminável de dependência à dívida externa e das tentativas de equilíbrio fiscal por meio do aumento de produção e exploração primária. Uma das características mais marcantes da dívida ecológica é justamente sua composição teórica baseada na evolução histórica da exploração e do extrativismo na América Latina, revisando a perspectiva *top down* das teorias econômicas e ecológicas clássicas e imprimindo uma visão *bottom to top*, segundo Iñaki Bárcena (2019). A proposta de Martinez-Alier (2017) corrobora com essa inversão do fardo ecológico e propõe uma dinâmica diferente para minimizar os efeitos da instabilidade ambiental e climática sobre a América Latina, no qual, ressalta que a questão não é substituir a dívida externa pela proteção ambiental, mas reconhecer que a dívida externa do Sul para com o Norte já foi quitada devido à dívida ecológica imensurável.⁷²

Um exemplo bem claro da Dívida Ecológica se dá por meio do conceito apresentado no Protocolo de Quioto em 1997 - responsabilização diferenciada por emissões históricas - sobre as obrigações com o controle de emissões de carbono ao longo das décadas. Por meio do ranking de emissões entre 1850-2021, os Estados Unidos encabeçam o pódio com um acúmulo notável de 509 bilhões de toneladas desde o período de contagem inicial, sendo responsável por cerca de 20% do total global de emissões.⁷³ Desse montante, 420 bilhões de toneladas são originadas pela queima e uso de combustíveis fósseis, enquanto os outros 89 bilhões de toneladas são causados por desmatamento e mau uso do solo.

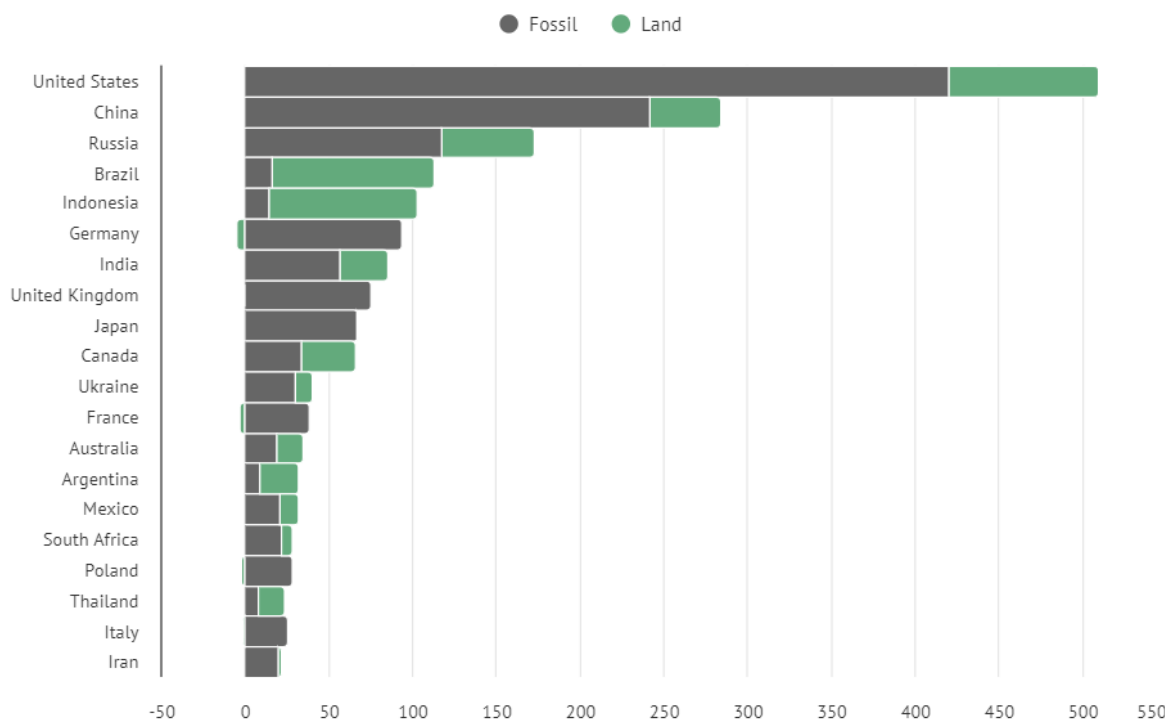
Como pode ser visto na Figura 1 entre os cinco primeiros emissores históricos na lista, quatro são naturais do Sul Global: China, Rússia, Brasil e Indonésia. Entretanto, somente o líder Estados Unidos é responsável por 0,2°C do aquecimento global, representando o grupo de países do centro que, historicamente, registra emissões per capita superiores em quatro vezes

⁷² Em um trecho do artigo sobre o surgimento da justiça ambiental e da dívida ecológica como complementares em uma transformação das políticas ambientais e dos movimentos sustentáveis contemporâneos, Todt, Berg e Fröhlich (2019) trazem a contribuição de Martinez-Alier no que diz sobre o novo foco da política ambiental global de interromper o crescimento dessa dívida ecológica. Ver mais em: TODT, Marcos; BERG, Oscar A.; FROHLICH, Matheus. **Agenda ecológica e o sul global: crescimento, justiça ambiental e dívida ecológica.** CONVERSAS e CONTROVÉRSIAS, V. 6, N. 1. JAN.- JUN. 2019.

⁷³ CARBON BRIEF. **Analysis: Which countries are historically responsible for climate change?**. 2021. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-are-historically-responsible-for-climate-change/>. Acesso em 9 dez. 2023.

as emissões dos países do Sul.

Figura 1 - Os 20 Maiores Contribuintes para as Emissões Cumulativas de CO2 em bilhões de toneladas (1850-2021)⁷⁴



Fonte: Carbon Brief, 2021.

Embora a posição da China no ranking de emissões tenha escalado a partir dos anos 2000 por conta do crescimento econômico impulsionado pelo carvão e minerais, o fator que mais chama a atenção nesse registro é a ausência de países europeus no alto escalão, considerando a prévia hegemonia britânica e a raiz da Revolução Industrial no século XIX. A justificativa se dá como uma das formas mais brilhantes de explicar na prática o que é a dívida ecológica e como ela se impõe por meio da exploração: “[...] as grandes nações europeias pós-coloniais, como a Alemanha e o Reino Unido, representam 4% e 3% do total global, respectivamente, sem incluir as emissões estrangeiras sob o domínio colonial.” (Carbon Brief, 2021)

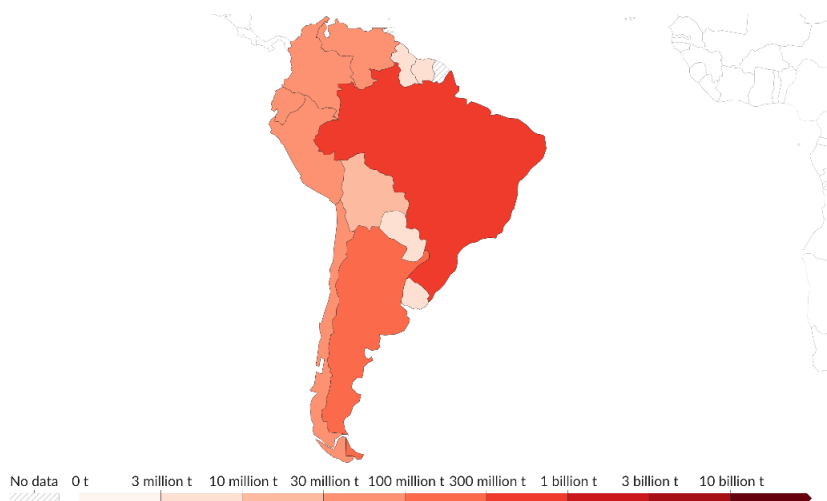
Ou seja, o impacto de séculos de destruição herdado pelas colônias jamais será contabilizado e responsabilizado pelos emissores reais, cabendo apenas às antigas colônias de exploração a lidar com as consequências.

⁷⁴ Pela metodologia do Carbon Brief (2021), as emissões históricas foram subdivididas pelas origens: combustíveis fósseis e cimento em cinza; e uso da terra e desmatamento em verde.

Outra visualização possível da Figura 1 é referente à composição do perfil de emissões de cada país, possibilitando traçar uma linha de divisão muito clara entre os países industrializados e os países como produto do extrativismo e dependência primária. O Brasil, quarto maior emissor de carbono e gases efeito estufa (GEE) no ranking, registra aproximadamente 113 bilhões de toneladas de carbono emitidos, porém com uma matriz de emissões bem diferenciada do top 3. Enquanto Estados Unidos, China e Rússia contam com a queima de combustíveis fósseis como grande responsável pelas toneladas de emissões, no Brasil, quase 86% da matriz emissora é referente a práticas ligadas ao desmatamento, agropecuária, extrativismo e mau uso do solo.⁷⁵ O mesmo pode ser visto na Argentina, que ocupa a 14ª posição e possui cerca de 73% das emissões comprometidas com atividades da terra.

Pelos dados fornecidos na plataforma Our World in Data (2022), a Figura 2 e a Figura 3 possibilitam fazer a comparação histórica, em escala de países do Cone Sul da América Latina, de como foi composta a matriz de emissões de GEE em toneladas nas últimas décadas.

Figura 2 - Emissões de CO₂ derivadas de combustíveis fósseis⁷⁶ na América do Sul (1990-2020)



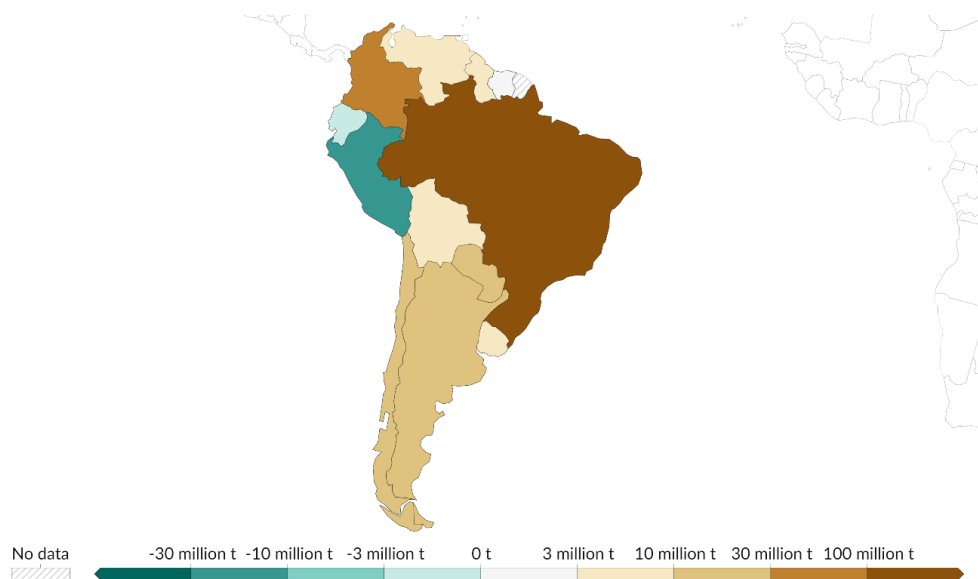
⁷⁵ CARBON BRIEF. **Analysis: Which countries are historically responsible for climate change?**. 2021.

Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-are-historically-responsible-for-climate-change/>. Acesso em 9 dez. 2023.

⁷⁶ A metodologia de classificação das emissões usada pela Global Carbon Budget (2023) e replicada pela Our World in Data (2022) classifica as emissões de fósseis como aquelas derivadas pela queima de combustíveis fósseis e outros processos industriais. Entre as matérias contabilizadas, estão carvão; óleo; gás; aço; cimento, entre outros.

Fonte: Our World in Data, 2022.

Figura 3 - Emissões de CO2 derivadas de atividades de uso da terra⁷⁷ na América do Sul (1990-2020)



Fonte: Our World in Data, 2022.

A questão ambiental parece ser um desafio insuperável na América Latina. O peso da dívida ecológica, tal como o peso da dívida externa e da dependência produtiva ao modelo primário-exportador, são ciclos inquebráveis que tornam a realidade de descarbonização e transição justa das economias latino-americanas cada vez mais distantes. Especialmente após a década de 1990 e 2000 que, através da implementação avassaladora do neoliberalismo, a América Latina se via diante da necessidade de reprimarização para garantir o volume de produção e entregas frente à demanda externa e os compromissos de pagamento, colocando em xeque as possibilidades de superação da exploração da natureza como fonte principal de renda.

Marini (2005) confirma a vitória do imperialismo sobre a América Latina na era neoliberal por meio da intervenção da burguesia nacional com o objetivo de esvaziar as pautas do nacional desenvolvimentismo, enfraquecer as organizações de resistência social, implementando o projeto democrático-liberal e limitando a intervenção na economia para garantir o agrado e alinhamento aos objetivos do centro global (Marini, 2005, p. 227 *apud* Sawaya, 2022, p. 208). O resultado do neoliberalismo na América Latina foi o retrocesso e,

⁷⁷ O “uso da terra” pode ser contabilizado através de atividades como agricultura, uso extensivo da terra, desmatamento e modificação de ecossistemas e excluem qualquer emissão de carbono associada à carvão, minerais, gás, petróleo e derivados.

junto ao retrocesso, a desindustrialização que possibilitou o fortalecimento da nova fase de exploração primária, o neoextrativismo. Marcado pela permissão da onda progressista latino-americana e a agenda liberal que ditava a organização estatal e internacional, o neoextrativismo foi o movimento de aprofundamento da fragilidade econômica e ambiental para as economias regionais, reforçando ainda mais a relação intrínseca da questão ambiental com a esfera econômica.

2.3. Neoextrativismo: o produto da ofensiva do progressismo neoliberal na América Latina

A virada do século XX para o século XXI na América Latina foi caracterizada por uma nova conjuntura econômica e política, composta por governos progressistas e pelo *boom* das commodities para acompanhar o crescimento de novas potências como China e Índia. Esse período de ciclo progressista latino-americano⁷⁸, o neodesenvolvimentismo, foi marcado pelo retorno da visão produtivista do desenvolvimento, o neoextrativismo.

Eduardo Gudynas (2009; 2015; 2017) aponta o novo extrativismo como uma fase diferente – com impactos ambientais, climáticos e sociais em maior escala – em comparação ao extrativismo formado com a influência da herança colonial. O neoextrativismo progressista, como é colocado pelo autor, compartilha semelhanças com seu antecessor mantendo uma ênfase na exploração intensiva de recursos naturais para exportação, no entanto, difere-se ao incorporar elementos chave como: a intervenção estatal mais ativa e a busca por maior legitimação social por meio da redistribuição de excedentes. Essa leitura sobre a participação estatal da promoção de práticas nocivas à natureza como motor do crescimento econômico é de suma importância para entender como o neoextrativismo se tornou um fenômeno em meio à governos de esquerda e centro-esquerda que promoviam pautas sociais e de bem-estar ao mesmo tempo que marginalizaram a questão ambiental como parte inerente do processo econômico.

Isso porque, como bem apontado por Gudynas (2009), mesmo com a reforma progressista destes governos e a esperança de políticas que enfrentassem a precarização da natureza; ataque feroz das transnacionais sobre os bens comuns; e investissem na fiscalização e bem-

⁷⁸ SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 1ª ed., 2019.

estar da população local afetada pela devastação e escassez natural, a questão ambiental inserida no extrativismo permaneceu à margem do debate crítico político. Ao passo que os Estados se comprometiam com metas de sustentabilidade impostas no cenário externo, a estrutura interna de produção se acentuava na dependência da exploração da natureza e permitia que o discurso de mercantilização de tudo como solução para a superação da crise se fortalecesse como a única solução viável para todo o mundo.

Essa postura de inércia dos governos progressistas sobre a questão ambiental é produto da reprodução da pauta neoliberal sem uma crítica profunda que minimize o impacto negativo do extrativismo em prol de um crescimento econômico flutuante e instável. Não há um movimento de revisionismo das práticas extrativistas, há apenas uma replicação do modelo que condenou a região a níveis de dependência estruturais. Isto posto, Gudynas (2009) completa,

Pode-se argumentar que isso faz parte de uma “inércia” que vem das administrações anteriores, e isso é ilusório ou rebuscado postular refazendo esse caminho. Esta posição não tem evidências empíricas, uma vez que os governos progressistas não tentaram uma reconstrução do extrativismo clássico e, pelo contrário, vem apostando em aumentá-lo (Gudynas, 2009, p. 190).

Raúl Zibechi (2011) vê no novo extrativismo uma nova fase do neoliberalismo.⁷⁹ A exploração permitida e incentivada por obra do Estado progressista abre espaço para que a ilusão do desenvolvimentismo⁸⁰ retorne com certo prestígio, usando dos recursos naturais e a dependência majoritária da produção para exportação como o caminho ideal para se alcançar o desenvolvimentismo regional. Embora a retomada do controle pelo Estado das frentes dominadas pelas transnacionais e empresas privadas tenha um saldo positivo na conjuntura macro dos governos nacionais em relação ao neoextrativismo, esse movimento não alterou a dinâmica permissiva do Estado sobre a exploração da natureza. Pelo contrário, o controle estatal sobre a produção primária se dava apenas na retomada do controle do ciclo de produção e lucro. Cabe resgatar, então, que “[...] o extrativismo de Estado, porque, embora

⁷⁹ ZIBECHI, Raúl. **Los trabajos colectivos como bienes comunes material/simbólicos**. 2015. In: ACOSTA, Alberto. **Aporte al debate: El extractivismo como categoría de saqueo y devastación**. Negotiating Nature: Imaginaries, Interventions and Resistance, v. 9, n. 2. 2016, p. 51.

⁸⁰ SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 1ª ed., 2019.

estejamos de acordo em nacionalizar, não queremos que a política de mineração seja a mesma praticada pelas transnacionais hoje em dia”.⁸¹

A argumentação permite que uma questão seja colocada para debate em meio à aparente contradição do que se pode imaginar; se o neoextrativismo se marca por uma maior presença e intervenção do Estado, como é possível fazer associações ao neoliberalismo, uma vez que a principal característica da corrente é o Estado mínimo? Gudynas (2010) argumenta que isso se torna possível uma vez que não há mudanças substantivas na estrutura de acumulação, caracterizando o neoextrativismo como uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização do capitalismo transnacional. Esta abordagem, ao invés de mitigar, intensifica a fragmentação territorial e os enclaves extrativos associados aos mercados globais. Logo: “para além da propriedade dos recursos, reproduzem-se as regras e o funcionamento dos processos produtivos voltados para a competitividade, a eficiência, a maximização da renda e a externalização de impactos” (Gudynas, 2010, p. 53-67 in Acosta, 2016, p. 65-66).

Dessa forma, o neoextrativismo é produto de uma visão moderna da dependência latino-americana, no qual se replica a retórica do progresso e desenvolvimento por meio de um idealismo condenado à fragilidade (Gudynas, 2010, p. 53-67 in Acosta, 2016, p. 67). Uma vez que o Estado nacional replica ideologias importadas do imperialismo neoliberal, tornam-se insuficientes as investidas ditas progressistas, ao passo que estas apenas acentuam as problemáticas que moldam a crise climática e ambiental. No fim, Acosta (2016) complementa,

O real controle das exportações nacionais fica nas mãos dos países centrais, mesmo que nem sempre sejam registrados importantes investimentos estrangeiros nas atividades extrativistas. Perversamente, muitas empresas estatais das economias primário-exportadoras – com a anuência dos respectivos governos – parecem programadas para reagir apenas diante de impulsos externos e atuam dentro de casa sob lógicas parecidas às das transnacionais: depredação ambiental e desrespeito social não estão ausentes de suas práticas. Em síntese, a lógica subordinada de sua produção, motivada pela demanda externa, caracteriza a evolução dessas economias primário-exportadoras. O neoextrativismo eventualmente mantém e reproduz elementos-chave do extrativismo de raiz colonial (Acosta, 2016, p. 67).

Os governos regionais, seduzidos pelas promessas de retribuições financeiras das empresas extrativistas e de governos cúmplices, acabam enfrentando os custos da relação complexa e

⁸¹ INFANTE, Consuelo (Ed.). **Constituyendo los bienes comunes: memoria seminario sobre extractivismo y proceso constituyente**. Santiago. 2016. Disponível em: <https://rosalux.org.br/constituyendo-los-bienescomunes>. Acesso em 31 jan. 2024.

conflituosa entre comunidades, empresas e Estado. Esses custos, muitas vezes, comprometem os planos locais de desenvolvimento, pois o extrativismo passa a ter prioridade sobre outras atividades econômicas. A falta de consideração pelos passivos ambientais, que frequentemente não são assumidos pelas empresas exportadoras, agrava ainda mais os desafios enfrentados pelos governos locais. Gudynas (2017), à luz de Ortega (2016), faz uma leitura sobre a divisão dos modelos extrativistas, promovidos sob diferentes objetivos e perspectivas políticas locais. O neoextrativismo foi observado principalmente entre países com governos progressistas mais estabelecidos como Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela e Uruguai. Por outro lado, o extrativismo conservador – denominado pelo autor – que não acompanhava uma preocupação do Estado em quebrar vínculo com a intervenção privada, como o caso do Chile, Peru e Colômbia (Gudynas, 2017, p. 35).

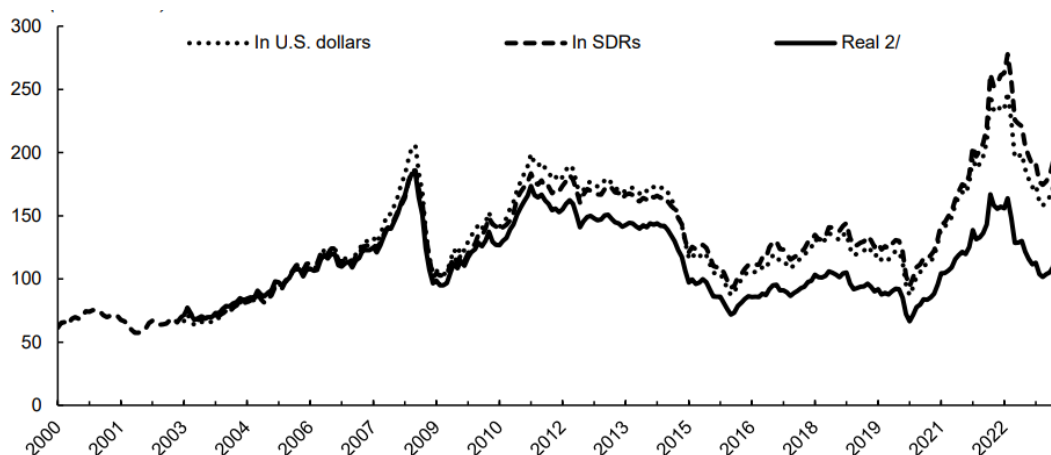
O ciclo de alta do petróleo e gás, por exemplo, torna a crítica à ilusão do desenvolvimento nessas economias mais fortalecidas. Entre meados de 2010, os barris de petróleo registraram recordes nos mercados internacionais pela primeira vez em mais de uma década e traziam um otimismo para o comércio exterior após a crise de 2008, logo, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), havia um cenário altamente positivo para aqueles que intensificarem sua extração e exploração de commodities de óleo e gás.⁸² Entretanto, como apontado por Schuldt e Acosta (2006), as economias exportadoras de produtos primários e dotadas de recursos naturais abundantes que se encaixavam no perfil de subdesenvolvidas cresceram a taxas mais baixas por habitante do que aquelas que não se encaixam no perfil primário-exportador, mesmo com um cenário favorável ao comércio primário. Por fim, a superação da condição dependente no comércio internacional não é permitida em meio a uma relação de exploração e subordinação.

O cenário se desenhava como no passado, resgatando a premissa da herança da instabilidade econômica do primeiro ciclo primário-exportador. Entre o final de 2014 e início de 2015, a queda abissal dos preços das commodities afundou toda a região que estava em plena dependência das exportações de matérias-primas. Em um período de cerca de seis meses, os preços de recursos não renováveis como o petróleo e carvão caíram mais de 50% no mercado, enquanto os metais como o cobre, registraram uma queda de quase 40%. Já os produtos

⁸² No final de 2009, a Opep previu que o consumo de petróleo se movesse em alta para 2010 e projetava um crescimento para os anos seguintes, de forma otimista a superar dois anos consecutivos de quedas. A expectativa, em retrospectiva, era de que a nova força produtiva de valorização do petróleo chegasse a 85,13 milhões de barris por dia. Ver mais em: https://asb.opec.org/data/ASB_Data.php. Acesso em 18 dez. 2023.

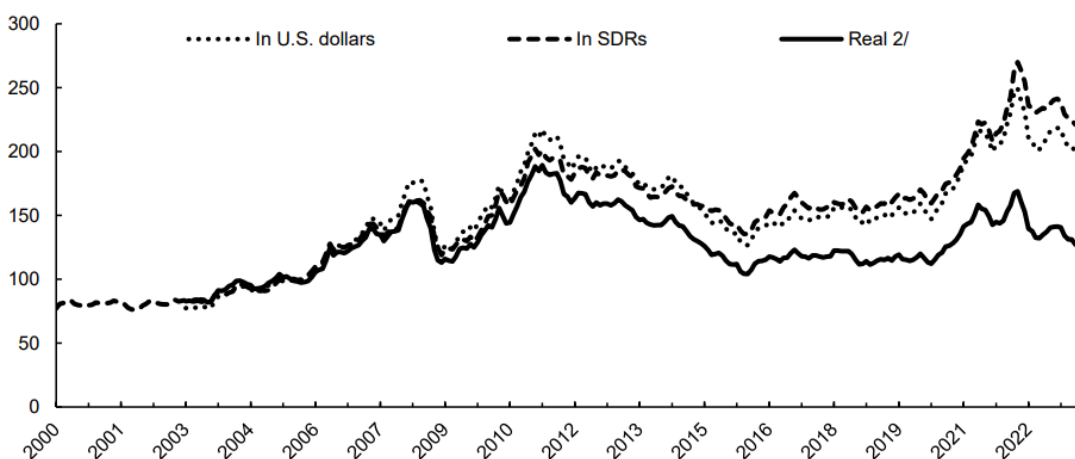
agrícolas como a soja e o arroz, carros chefe da balança comercial das maiores economias da América Latina, Brasil e Argentina, foram marcados por uma depreciação de 30%.⁸³ O Gráfico 1 e o Gráfico 2 expõem a flutuação de preços das commodities no século XXI, baseado pela cotação do mercado internacional – o dólar estadunidense – e a principal moeda da América Latina – o real – com a subdivisão entre commodities gerais e commodities não-fósseis como minerais e combustíveis.

Gráfico 1 – Índices de preços de commodities primárias⁸⁴



Fonte: International Monetary Fund, 2022.

Gráfico 2 – Índices de preços de commodities primárias não combustíveis⁸⁵



Fonte: International Monetary Fund, 2022.

⁸³ DILGER, Gerhard.; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

⁸⁴ Essa classificação é resultado do índices de preços de commodities primárias não-combustíveis e preços de energia e derivados. O índice é deflacionado pelo IPC dos EUA, (2016 = 100) 1/.

⁸⁵ De acordo com o IMF Data (2022), “os índices compreendem séries de preços para 59 commodities primárias não combustíveis. Os pesos baseiam-se na média mundial de 2014-2016 das receitas de exportação.”

Esse movimento é um reflexo do “crescimento empobrecedor”, teoria explorada por Alberto Acosta (2006; 2016) que descreve as barreiras enfrentadas por economias intrinsecamente ligadas à produção primária como sua fonte principal da economia, em um modelo de operação orientado à superprodução para responder à uma demanda exponencial do cenário externo, principalmente em ciclos de alta de preços. Isto posto, em um primeiro sinal de flutuação e variação negativa do preço dos bens primários, o excesso de oferta acaba por depreciar o valor dos produtos no mercado global e perpetua a incapacidade dos países extrativistas de participar plenamente dos lucros gerados pelo crescimento econômico global e pelo progresso tecnológico e estrutural. Acosta (2016) ainda apresenta uma contradição adicional na relação do Estado progressista com o neoextrativismo; a evolução das práticas autoritárias e a flexibilização da estrutura tributária, fiscal e comercial para abranger mais exploração e dependência dos recursos naturais. Em prova, a contradição desses Estados está na dinâmica de que, apesar de monopolizar a riqueza natural, as tarefas de políticas sociais são frequentemente delegadas às empresas extrativistas. O resultado disso é um Estado que, ao consolidar seu monopólio sobre a violência política, negligencia suas responsabilidades sociais e econômicas, tornando-se efetivamente um Estado policial (Acosta, 2016, p. 70).

O avanço do neoextrativismo encontra uma frente de resistência liderada por comunidades locais e movimentos ambientalistas. Em resposta a isto, os governos progressistas e empresas extrativistas adotaram uma postura de repressão e criminalização para neutralizar a força dos grupos populares, acusando-os de conspirar com a extrema direita para desestabilizar o país.⁸⁶ Em decorrência, o que se registrou nas últimas décadas foi uma aumento da violência e repressão; migração forçada; autoritarismo e genocídio permitido pela proteção ao extrativismo⁸⁷. Nesse caso, a violência estatal emerge como uma ferramenta para garantir a

⁸⁶ De acordo com o Fondo Acción Urgente (2016), um exemplo mais recente pode ser visto na Bolívia onde políticos associados ao poder executivo acusaram grupos de esquerda anti-extrativista de praticar “ambientalismo imperial” financiado por “megacorporações de países imperialistas”. Ver mais em: https://fondoaccionurgente.org.co/site/assets/files/1175/extractivismo_en_america_latina.pdf. Acesso em 9 jan. 2024.

⁸⁷ O Peru, por exemplo, durante a década de 2000 teve uma incidência de 80% dos conflitos ocasionados por disputas em terras mineradoras e petrolíferas. Ver mais em: DE ECHAVE, JOSÉ. **Diez años de minería en el Perú**. CooperAcción, Lima, 2008. In: ACOSTA, Alberto. **Aporte al debate: El extractivismo como categoría de saqueo y devastación**. *Negotiating Nature: Imaginaries, Interventions and Resistance*, v. 9, n. 2, p. 25-33, 2016. p. 74.

continuidade das atividades extrativistas, revelando a priorização do desenvolvimento econômico em detrimento dos direitos das comunidades afetadas e do direito da natureza.⁸⁸

Para superar o legado do extrativismo é preciso quebrar as relações de desenvolvimento que alimentam a dependência e a dualidade dos eixos, rompendo com o modelo de acumulação por espoliação como justificativa do crescimento econômico,

[...] a tarefa passa por escolher outro caminho, que nos afaste da maldição dos recursos naturais e da maldição das visões ortodoxas que nos mantêm subordinados ao poder transnacional. Por isso, uma das missões mais complexas é a construção e execução de uma estratégia que conduza a uma economia pós-extrativista (Acosta, 2016, p. 80).

Dada a devida importância aos impactos devastadores que a nova fase do extrativismo gerou nas estruturas das economias latino-americanas e nos espaços sócio-ecológicos de organização, cabe salientar que, além das implicações apresentadas anteriormente, o neoextrativismo foi o estopim para a força de organização de diferentes movimentos de resistência sociais e das diferentes correntes de pensamento regionais que buscaram promover e explorar alternativas para o desenvolvimento regional que não estivessem atrelados ao padrão de acumulação por espoliação em vigor.

Em sua leitura, Maristella Svampa (2016; 2019) classifica a América Latina como um “laboratório de alternativas”. Isso se dá pelo potencial de transformação e resistência encontrado nas correntes contrárias ao “mau desenvolvimento” que se fortalecem no berço dos povos originários e da natureza. Essas correntes são encapsuladas pela autora no conceito de “giro ecoterritorial”⁸⁹, isto é, uma resposta dinâmica que surgiu das lutas socioambientais desde os anos 2000, marcado pela convergência de aspirações indígenas-comunitárias e narrativas autônomas, todas centradas na defesa dos direitos humanos sob uma perspectiva global de ecologia e feminismo. Esses movimentos não têm como objetivo propor um retorno ao passado ou reescrever a história da formação econômica regional, mas, sim, de reconhecer

⁸⁸ Brasil, Colômbia, México e Peru se destacam emergem como os países mais afetados pela violência contra defensores ambientais. Os assassinatos, muitas vezes, estão ligados a disputas por terras e recursos naturais com uma média de 60% registrada por motivações relacionadas à disputas e migrações associadas à agroindústria e atividades extrativistas, especialmente, mineração. Sendo assim, mais de 50% das terras produtivas estão concentradas em apenas 1% das propriedades, enquanto 71% da riqueza está nas mãos da parcela mais rica da população. Ver mais em: <https://www.academica.org/maria.del.carmen.villarreal.villamar/23.pdf>.

⁸⁹ SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 1ª ed., 2019. p. 145.

a existência de outras formas de organização social capazes de contribuir para a transição ou superação do modelo extrativista para além do que foi estabelecido pela hegemonia capitalista.

Esses modelos alternativos ao padrão de acumulação e consumo estabelecido por séculos em um sistema capitalista propõem visões diferentes e propósitos para o desenvolvimento além das linhas do crescimento econômico. Essa busca por alternativas – que não é um movimento exclusivo da América Latina, mas, para razões do acercamento geográfico desta pesquisa será mantida a análise apenas às linhas que se produzem aqui – representa a resistência de abordagens emergentes que desafiam a concepção convencional de um mundo único e destacam a necessidade de reconhecer e respeitar a diversidade de perspectivas entre todas as formas de vida.

Visto que o dilema da transição ecológica e justa para a periferia global não reflete espaços nos grandes projetos internacionais como o Green Deal, as alternativas de desenvolvimento buscam redefinir as bases do diálogo sobre a transformação socioecológica, rompendo com paradigmas estabelecidos e promovendo soluções que reflitam a complexidade e a interconexão sobre as estruturas produtivas cravadas em meio à dicotomia do centro-periferia. No contexto latino-americano, as alternativas se voltam à superação do extrativismo e da acumulação por espoliação reproduzida na infraestrutura regional. O capítulo seguinte se dedica a introduzir essas correntes de resistência produzidas na América Latina e oferecer uma visão macro das soluções a serem exploradas para garantir uma perspectiva mais positiva de um futuro justo e verde em comparação ao proposto pelo modelo neoliberal.

3. PERSPECTIVAS PARA UMA TRANSIÇÃO VERDE E JUSTA EM UMA AMÉRICA LATINA DEPENDENTE: LIMITAÇÕES E ALTERNATIVAS

A construção argumentativa dos capítulos anteriores nos permitiu chegar a algumas conclusões: (i) a hegemonia do capitalismo, ao propagar o modelo de desenvolvimento como condição para o crescimento econômico, transformou a relação do homem com a natureza em matéria puramente transacional de mercado, permitindo a abertura para investidas predatórias do imperialismo sob o meio ambiente; (ii) a América Latina como subproduto do colonialismo e do imperialismo foi sendo moldada ao longo dos séculos para suprir a demanda do império até a contemporaneidade; (iii) o extrativismo é a espinha dorsal do capitalismo predatório na América Latina e, para cogitar uma ruptura frente a dependência díade – do capital externo e da exploração da natureza – é necessário evoluir em um cenário no qual o extrativismo não esteja condicionado ao modelo de acumulação do novo imperialismo.

Tendo isto posto, torna-se possível fazer uma leitura mais assertiva sobre as reais perspectivas da América Latina de se consagrar bem-sucedida em meio a um movimento global condicionado pela necessidade de uma transição ecológica e descarbonização da economia. Em 2015, junto ao Acordo de Paris, a ONU propunha uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, conhecida como Agenda 2030, na qual os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se apresentavam como referências para garantir a prosperidade econômica por meio do reparo da dimensão social, ambiental e econômica dos países-membros.⁹⁰

Pautados pela nova demanda central do sistema-mundo, lideranças do Norte global enxergaram mais uma possibilidade de estruturar uma estratégia de recuperação econômica

⁹⁰ PEREIRA, Carlo. **Prefácio: Grande impulso para 2030**. In: GRAMKOW, Camila. **Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: Estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a sustentabilidade no Brasil**. Documentos de Projetos (LC/TS.2020/37; LC/BRS/TS.2020/1), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2020. p. 11-12.

pautada pela agenda sustentável, surgindo, assim, os Green Deals – ou Acordos Verdes em tradução livre. Enquanto os principais arranjos de Green Deal replicados como referência internacional são nascidos nos Estados Unidos e na União Europeia, outras autoridades governamentais da América Latina, como a CEPAL, exploram alternativas para propor sua própria estratégia com o objetivo de fazer com que a sustentabilidade seja “um terreno fértil para o crescimento econômico”.⁹¹

Uma vez que já se teve como estabelecido as falhas criadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista na região latino-americana no que diz respeito ao aprofundamento da dependência estrutural e exploração dos recursos naturais⁹², neste capítulo, portanto, buscaremos entender como se dão os projetos que puxam a liderança do novo debate de desenvolvimento sustentável, propondo uma análise comparativa com estratégias hegemônicas vindas do Norte Global e seu grau de imposição e influência na formação das agendas de transição da América Latina.

Antes de avançar para a revisão teórica e documental que será necessária para construir a argumentação seguinte, para exemplificar a crítica da dupla condição da dependência externa ao capital e interna aos recursos naturais como fator central da condenação das perspectivas de transição regional, cabe trazer as mais recentes atualizações do Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal) sobre a composição dos acordos comerciais de commodities. Como parte da nova legislação alinhada aos objetivos de transição energética e da economia carbono zero, a União Europeia atualizou o normativo European Union Deforestation-Free Regulation (EUDR) – ou Regulamento para Produtos Livres de Desmatamento em tradução direta – que prevê a descarbonização das suas cadeias de consumo por meio da proibição de importação e comercialização de *commodities* e derivados que sejam oriundos de áreas desmatadas.⁹³ Entre os principais produtos listados, estão: soja; óleo de palma; café; madeira, gado, borracha e cacau (European Commission, 2023).

⁹¹ Ibid., p. 12

⁹² STIFTUNG, Friedrich Ebert. **Enough! The Urgent Need for Social-Ecological Transformation in Latin America.** Friedrich-Ebert-Stiftung: Mexico City, Mexico, 2019; pp. 31, 44–50. ISBN 978-607-8642-39-7.

⁹³ EUROPEAN COMMISSION. **Green Deal: New law to fight global deforestation and forest degradation driven by EU production and consumption enters into force.** Press Release. June, 2023. Disponível em: https://environment.ec.europa.eu/news/green-deal-new-law-fight-global-deforestation-and-forest-degradation-driven-eu-production-and-2023-06-29_en#:~:text=While%20no%20country%20or%20commodity,to%20the%20Regulation%20upon%20the. Acesso em 31 jan. 2024.

De acordo com o veículo oficial do bloco europeu,

[...] as novas regras são uma oportunidade de negócio para melhorar o comércio de produtos livres de desflorestação e aumentar as oportunidades para os intervenientes sustentáveis em todo o mundo. A EU vem intensificando o seu envolvimento com os países parceiros, tanto os países consumidores como os países produtores, com o objetivo de colaborar para alcançar os nossos objetivos comuns, tal como acordado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no Acordo de Paris e no Quadro Mundial para a Biodiversidade, e também para estimular a continuação comércio sustentável entre parceiros (European Commission, 2023, tradução nossa).

Contudo, esse “movimento pioneiro” representou uma imposição unilateral a todos os parceiros comerciais que compõem a rede da EU. Especialmente para a América Latina e o Caribe, que tem a União Europeia como um dos principais parceiros comerciais⁹⁴, a decisão afeta diretamente a composição da balança comercial das economias regionais e pode implicar em uma vulnerabilidade econômica extrema para os próximos anos. Somente em 2021, de acordo com a CEPAL, as 10 principais exportações regionais para a União Europeia foram *commodities* e produtos manufaturados baseados em recursos naturais como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Os 10 principais produtos exportados da LAC para a União Europeia

Ranking	Produtos Exportados	Share do total exportado (%)
1	Minérios e concentrados de Cobre	6.9
2	Refeições de Grãos de Soja	6.8
3	Café não torrado e não descafeinado	6.1
4	Óleos brutos de petróleo	5.7
5	Grãos de Soja	4.4
6	Minérios de ferro e concentrados	3.1
7	Bananas	2.9
8	Cátodos de cobre refinados	2.6
9	Camarão	2.3
10	Pasta química de Madeira	2.2

Fonte: CEPAL, 2021.

⁹⁴ De acordo com a CEPAL, a União Europeia continua a ser o terceiro maior parceiro comercial da América Latina e Caribe, depois dos Estados Unidos e da China. Em 2021, os acordos comerciais atingiram 239 mil milhões de dólares, a melhor marca depois dos anos de pandemia da COVID-19. Ver mais em: CEPAL, N. U. Investment and cooperation opportunities for Latin America and the Caribbean and the European Union. 2023. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/54a2d6d4-9756-4937-b5ac-13b8b2e47eb2/content>. Acesso em 11 jan. 2023.

Não obstante em forçar um novo gargalo sobre as balanças comerciais das economias periféricas, o Regulamento para Produtos Livres de Desmatamento determina um prazo consideravelmente curto a partir de sua homologação para que seus parceiros comerciais estejam em linha com as novas regras contra o desmatamento. Os desafios se tornam evidentes ao considerar que, entre os diferentes Estados da América Latina e Caribe, existem estágios distintos de poder de adaptação e resiliência a essas alterações na dinâmica do comércio internacional, resultando em custos materiais e imateriais, tecnológicos e financeiros para se estar de acordo com as medidas impostas pelo bloco econômico europeu. Tampouco, para além da marginalização entre as capacidades de resposta dos Estados, ainda é possível identificar o impacto da marginalização sobre os pequenos agricultores e comunidades originárias que fazem uso desse comércio em escala para subsistência.⁹⁵

O manifesto do Climate Policy Center (2023) sobre os desafios da nova regulação aponta o posicionamento unilateral e *top-down* na UE, ignorando os espaços de multilateralidade para coordenar melhores abordagens com o objetivo de descarbonizar as atividades primárias e promover a preservação de áreas potenciais ao desmatamento e fomentando a hierarquia desigual entre os eixos. No que tange a possibilidade de uma transição verde e energética global, inclusiva e justa, a determinação da política do clima da UE é mais uma das contradições e falácias que corroboram o discurso de sustentabilidade fabricado pela comunidade internacional.

Buscando driblar a retórica do desenvolvimento sustentável baseada na realidade da conjuntura do Norte Global, o capítulo avança em introduzir alternativas para o desenvolvimento que abracem a realidade da América Latina. Como apontado no capítulo anterior, não é de interesse para a construção argumentativa desta pesquisa, no momento⁹⁶, aprofundar nas demais correntes alternativas que ocupam espaço na literatura para além daquelas que se apliquem à vivência e história da América Latina e que abordem os principais desafios mapeados por esta pesquisa. Para tanto, esta seção se afasta do método

⁹⁵ LOPES *et. al.* Políticas Ambientais Brasileiras e o Novo Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento: Oportunidades e Desafios. Climate Policy Institute. 2023. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/politicas-ambientais-brasileiras-e-o-novo-regulamento-da-uniao-europeia-para-produtos-livres-de-desmatamento-oportunidades-e-desafios/#_ftn2. Acesso em 13 jan. 2023.

⁹⁶ O reconhecimento de outras abordagens que ocupam espaço como resistência na linha de “pós-desenvolvimento” do debate internacional é um tema que merece dedicação e aprofundamento em um espaço no qual metodologias diferentes podem ser aplicadas para modelar e quantificar cenários e perspectivas em suas mais variadas formas e objetivos, espaço este, que é pretendido conquistar em uma tese futura.

dedutivo para se dedicar à pesquisa bibliográfica na proposta de identificar em meio às novas correntes da ecologia política quais abordagens tratam o pós-extratativismo como componente fundamental para se alcançar a reorganização política, econômica, social e eco-territorial da região.

No panorama contemporâneo, as tentativas de redefinir práticas e perspectivas de desenvolvimento revelam uma intenção clara: a de resgatar a vitalidade do debate em torno das transformações socioecológicas essenciais. Esse movimento não apenas quebra o vínculo exclusivo do conceito atual de desenvolvimento sustentável por meio do capitalismo verde, mas também explora alternativas que resistam aos paradigmas hegemônicos. Na América Latina, o extrativismo - em suas diferentes fases - foi a motivação para que o estudo de alternativas ao modelo estritamente econômico fosse difundido à luz dos questionamentos e desafios da relação entre o homem e a natureza.⁹⁷

3.1. O Green Deal na realidade da América Latina: gargalos na falácia da sustentabilidade econômica

Com a crise climática ditando o estado de urgência de transição para uma economia carbono zero e as lacunas permitidas pela flexibilização do Acordo de Paris, os Green Deals surgiram como soluções para tomar as rédeas do futuro da transição e ditar um novo o ritmo de desenvolvimento sustentável global. O termo similar não é uma mera coincidência, é claro. Assim como o pacote de medidas para a recuperação econômica e estabilidade do império e seus aliados pós Grande Depressão pós 1929, os Green Deals seguem esse pretexto: desenhar abordagens ditas como sustentáveis para alcançar uma economia carbono zero a fim de superar a instabilidade da crise climática e garantir um crescimento econômico sustentável.⁹⁸

Não surpreendentemente, os pioneiros no cenário internacional a divulgar suas agendas de estratégias verdes foram os Estados Unidos e a União Europeia, com planos mais sólidos e estruturados prontos para serem replicados por outras economias que não possuem capacidade financeira, política ou estrutural para desenvolver um *framework* próprio. Embora os Estados Unidos seja o grande representante do império, ao que tange o debate de energia e

⁹⁷ MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2013.

⁹⁸ ZOGHBI, Eduarda. **Perspectives for a Green Deal Framework in Latin America**. Environ. Sci. Proc. 2022, 15, 67. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/environsciproc2022015067>. Acesso em 13 jan. 2024.

sustentabilidade, a União Europeia aponta na liderança. Ao contrário do Green New Deal, o plano verde da superpotência estadunidense, o EGD - também conhecido como o Pacto Ecológico Europeu em português - é mais robusto e está constituído no aparelho legislativo do bloco econômico, apoiado pela Comissão Europeia e amparado pela European Climate Law, em vigor desde julho de 2021.⁹⁹ Por este motivo, a partir deste momento, o recorte específico ao EGD se torna necessário e justificável.

Com o grande objetivo de se tornar o primeiro continente “climaticamente neutro” do mundo, o Pacto Europeu entende que a consolidação de uma economia circular que combine inovação tecnológica e energia limpa seja a grande virada de chave para as próximas décadas. Na sua busca pela liderança climática e pela posição centralizadora da transição energética global - especialmente após o conflito entre Rússia e Ucrânia em que a fragilidade da soberania energética europeia foi exposta - a UE utiliza do seu aparelho legislativo bem estruturado e da sua infraestrutura econômica e política para ditar o ritmo da descarbonização global através de novas regras do jogo. Eduarda Zoghbi (2022), ao comparar as abordagens do EGD sintetiza,

“[...] para se tornar um líder internacional na ação climática, o EGD sublinha a transição ecológica como um objetivo central da política externa e de segurança. [...] por trás da retórica da UE reside a intenção de influenciar os padrões ambientais no comércio e nas exportações, formando alianças verdes e usando o peso econômico na diplomacia climática para ser reconhecido como líder supremo desta agenda a nível mundial.” (Zoghbi, 2022, p. 4, tradução nossa).

Em suma, ao que se pode perceber, a construção da hegemonia climática e energética da União Europeia se espelha nos instrumentos de expansão e imposição identificados no imperialismo verde, especialmente pela adoção forçada das novas regras sobre seus parceiros comerciais que se colocam como benéficas apenas para o lado do bloco econômico europeu. Protegida pela estratégia do *soft power*, a UE usa das pautas “universalmente aceitas” como ferramenta de imposição sobre as demais economias, principalmente, as periféricas à margem da transformação.

⁹⁹ “A Lei Europeia do Clima estabelece uma meta juridicamente vinculativa de zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2050. As instituições da UE e os Estados-Membros são obrigados a tomar as medidas necessárias a nível da UE e a nível nacional para atingir a meta, tendo em conta a importância de promover a justiça e a solidariedade entre os Estados-Membros.” Ver mais em: EUROPEAN COMMISSION, 2021. Disponível em: https://climate.ec.europa.eu/eu-action/european-climate-law_en. Acesso em 13 jan. 2024.

Para além das críticas referentes ao exemplo apresentado na atualização da regulação do Regulamento para Produtos Livres de Desmatamento e a postura sobre as regiões que cumprem a função primária-exportadora na balança comercial internacional, existem outras problemáticas que circulam a retórica sustentável da UE e seu plano de transição energética. Felix Dorn *et. al* (2022) discorre sobre as tentativas da UE de desassociar o crescimento econômico do consumo de energia e recursos naturais utilizando da inovação e tecnologia para alcançar suas metas, apostando na substituição dos combustíveis fósseis para geração de energia e de materiais minerais com menor impacto para alimentar as novas tecnologias verdes.

Quando, em 2020, o Banco Mundial publicou um relatório intitulado *Minerais para a Ação Climática: A Intensidade Mineral da Transição para Energia Limpa*, em tradução livre, tornou-se claro que não há possibilidade de se financiar e/ou estruturar um cenário de transição energética sem investimento para expandir o volume de atividades extrativistas.¹⁰⁰ A construção da retórica da substituição de matérias-primas poluidoras como a grande inovação para financiar a expansão da descarbonização global é tão fraca quanto o imaginário das relações de cooperação entre o Norte e o Sul global para além do reforço da dependência estrutural. Uma vez que o EGD se concentra em resolver apenas o impacto de emissões na ponta da cadeia; o impacto para regiões como a América Latina se potencializa por toda a estrutura econômica e produtiva que se aprofunda cada vez mais em práticas nocivas perpetuadas pelo extrativismo.

Maristella Svampa (2023) nomeia a transição energética como uma armadilha civilizatória¹⁰¹ no qual as áreas geográficas abundantes em minerais e recursos naturais se tornam campo de disputa do capital externo para garantir o controle da extração. A autora traz o exemplo do lítio que novamente colocou a América Latina como “a galinha dos ovos de ouro” do mundo, especialmente no que ela denomina como a região atacamenha: Argentina, Bolívia e Chile.¹⁰²

¹⁰⁰ DORN, Felix Malte. **Green colonialism in Latin America? Towards a new research agenda for the global energy transition.** European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe, July-December 2022, No. 114 (July-December 2022), pp. 137-146. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/48712112>. Acesso em 15 jan. 2024.

¹⁰¹ SVAMPA, Maristella. **O lítio e o imaginário neocolonial.** Instituto Humanitas Unisinos. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/634954-o-litio-e-o-imaginario-neocolonial-artigo-de-maristella-svampa>. Acesso em 31 jan. 2023.

¹⁰² De acordo com Svampa (2023), 58% dos recursos globais de lítio estão no que agora é chamado como “Triângulo do Lítio” pelos investidores e transacionais. Ver mais em: Ibid.

A investida do imperialismo verde sobre a periferia que tanto foi debatida ao longo desta pesquisa se coloca como catalisadora para um novo ciclo de super demanda de recursos naturais na América Latina, justificada pela competição global. Em consequência, o incentivo à expansão do acúmulo predatório fortalece as lacunas que impedem que as economias regionais avancem para qualquer atividade de geração de renda que não seja vinculada ao neoextrativismo. Svampa (2023) sintetiza,

A pressão que os centros capitalistas exercem sobre a periferia para extrair recursos naturais se agrava no contexto da dívida externa, o que renova um ciclo interminável de desigualdade. Isso acontece na Argentina, país que arrasta uma dívida externa contraída por Mauricio Macri, entre 2015 e 2019, o que bloqueia a possibilidade de se pensar em qualquer alternativa de mudança que não seja expandir as fronteiras do neoextrativismo, seja como for, para obter os dólares que aliviem os pagamentos da dívida com o FMI (Svampa, 2023, online).

Logo, fica claro que os projetos de transição energética impostos pelo EGD, entre outros, se sustentam por meio do imperialismo verde e, não obstante, do colonialismo verde, uma vez que o ideal da transição não engloba um cenário para além da exploração intensiva da natureza, externalizando os custos ambientais e os riscos gerais do processo. Nessa lógica, a crítica se concentra, novamente, na monopolização do discurso sustentável em prol da garantia dos direitos do império sobre todos os demais no sistema-mundo; sendo mais urgente ainda pensar em alternativas que possibilitem uma alternativa de transição justa e inclusiva.

O primeiro passo, talvez, seja abandonar o conceito de “Um Mundo Comum” tão defendido pela agenda neoliberal e aceitar a pluralidade de realidades que o sistema-mundo engloba. Arturo Escobar (2011), referência da ecologia política da periferia, se desdobra sobre o conceito de pluriverso e a quebra da ontologia moderna reducionista à uma visão única do mundo e um único padrão a ser seguido pelas regras de poucos. Sua teoria de mundo é uma crítica direta ao modelo padrão de desenvolvimento e a imposição da dicotomia entre centro e periferia, no qual a periferia absorve as realidades promovidas pela hegemonia capitalista e lida com as barreiras exportadas para sua realidade sob a ótica da soberania, estabilidade e bem-estar popular. Em outras palavras, “[...] as ontologias relacionais são aquelas que evitam as divisões entre natureza e cultura, indivíduo e comunidade, e entre nós e eles, que são centrais para a ontologia moderna. [...] o pluriverso pode ser descrito como ‘um mundo onde cabem muitos mundos’” (Escobar, 2011 *apud* Dorn, 2022, p. 67).

É de justo reconhecimento trazer à luz do debate o Big Push para Sustentabilidade, projeto liderado pela CEPAL a fim de promover a sustentabilidade de forma justa e inclusiva na América Latina. A Comissão descreve o projeto como uma abordagem para apoiar a construção de estilos de desenvolvimento mais sustentáveis por meio da transformação política e o fortalecimento das instituições nacionais. O projeto tem como objetivo que estes atores governamentais: “[...] produzam um ciclo virtuoso de crescimento econômico, geração de emprego e renda e redução de desigualdades e lacunas estruturais, ao mesmo tempo que mantêm e regeneram a base de recursos naturais da qual o desenvolvimento depende.” (Gramkow et. al, 2020, p. 13) Orientado para a superação do “atraso econômico relativo”, o grande impulso para a sustentabilidade latino-americana compartilha algumas semelhanças com outras correntes da escola cepalina, como o estruturalismo e o desenvolvimentismo. O que norteia o projeto do *Big Push* são os investimentos públicos e privados no escopo doméstico, mas, não excludente, a estratégia também se volta para o investimento externo justificado pela necessidade de suprir gargalos de financiamento para realizar a revolução tecnológica e estrutural que é demandada para se alcançar uma sociedade sustentável e justa.

Carlos Mussi e Camila Gramkow (2020) colocam os investimentos como a raiz da estrutura sustentável regional, uma vez que é por meio do capital investido que se pode (i) determinar a capacidade de adaptação para a transição no contexto nacional e regional; (ii) potencializar a inclusão por meio do setor produtivo e; (iii) definir a classificação de uma atividade econômica entre ecológica ou poluente. Em suas próprias palavras, “a qualidade do nosso futuro depende crucialmente do tipo de investimento que é realizado hoje.” (Mussi e Gramkow, 2020, p. 16 *apud* Gramkow, 2020).

Permitindo o espaço para aprofundar na base teórica que sustenta o *Big Push* da CEPAL, os autores supracitados propõem uma nova leitura do “tripé de sucesso” para alcançar o desenvolvimento sustentável regional. Na nova abordagem proposta, o tripé cepalino é apresentado sob as teorias da economia clássica e o dilema da modernidade: eficiência schumpeteriana, keynesiana e sustentabilidade.¹⁰³

¹⁰³ MUSSI, Carlos e GRAMKOW, Camila. **Introdução**. In: GRAMKOW, Camila. Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: Estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a Sustentabilidade no Brasil. Documentos de Projetos (LC/TS.2020/37; LC/BRS/TS.2020/1), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2020. p. 15-21.

O primeiro pilar baseado no preceito na contribuição de Schumpeter¹⁰⁴ é aplicado na centralidade da busca por matrizes produtivas mais integradas e intensivas em conhecimento científico e tecnológico, resguardando a finalidade principal de alavancar o crescimento regional e promover a soberania na produção doméstica de inovação. Dessa forma, as economias latino-americanas não seriam tão dependentes da importação da tecnologia produzida nos polos de inteligência do Norte Global e quebrariam o ciclo de capacitação condicionado à contribuição externa. O resultado proposto seria a inserção competitiva da região no mercado global, pareando o poder de disputa com outros projetos já em progresso. . Em outras palavras, “essa é uma eficiência muito associada ao lado da oferta, ou seja, das capacidades produtivas e tecnológicas instaladas.” (Mussi e Gramkow, 2020, p. 16 *in* Gramkow, 2020).

O embasamento teórico que constitui o segundo pilar do *Big Push* é a estratégia coordenada pela eficiência keynesiana, isto é, a abordagem que projeta o cenário de soberania regional e competitividade a nível de mercado por meio dos ganhos de eficiência da especialização produtiva vinculado ao volume de demanda pelo bem ou produto. O que o modelo da CEPAL busca reproduzir via contribuição keynesiana é a reconfiguração de uma dinâmica competitiva entre a oferta e a demanda, na qual os mercados que tivessem capacidade e estrutura para atender a demanda crescente do comércio internacional, teriam retornos positivos para além da renda, mirando na estrutura produtiva por meio de novos empregos e inclusão social.

Por fim, o último pilar se desdobra no conceito raiz do desenvolvimento sustentável construído sob o discurso da hegemonia neoliberal que se debruça na ideia da fonte de investimento como catalisadora das transformações econômicas, sociais e ambientais promovidas pelas ODS da Agenda 2030.

Pelo alicerce argumentativo e teórico apresentado ao longo deste trabalho, alguns pontos do *Big Push* para Sustentabilidade da CEPAL nos permitem questionar a viabilidade de algumas propostas. Em um primeiro ponto imediato, na elaboração e apresentação da estratégia como um todo, não há uma menção crítica em torno da questão ambiental causada pelas práticas extrativistas e pela instabilidade social e ambiental atrelada ao neoextrativismo atual; logo, o

¹⁰⁴ Ver mais em: SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, socialism and democracy**. Ed. Routledge, 2013.

não-reconhecimento do extrativismo como uma patologia fabricada pelo colonialismo e imperialismo verde na América Latina deixa pouco espaço para a projeção de um cenário em que a dependência estrutural seja superada e, conseqüentemente, pouco espaço para que um cenário de transição inclusivo e justo seja considerado como realidade. Sem uma efetiva quebra da subordinação ao capital estrangeiro e uma reorganização da dívida externa das economias latino-americanas, a estrutura produtiva e a balança comercial regional vão se manter condicionadas ao modelo primário-exportador e ao extrativismo como ferramenta de acumulação, marginalizando os custos ambientais, climáticos e sociais em prol do lucro e do crescimento econômico.

Em um outro ponto de vista, o espelhamento nos modelos europeu e estadunidense podem levar à acentuação da desigualdade na tentativa de reproduzir as estratégias baseadas no conceito de Bem-Estar social do centro global na periferia latino-americana. Isto se sustenta ao trazer novamente a contribuição de Zoghbi (2022) que critica a reforma das políticas do New Deal original da década de 1930 para as propostas de Green Deal quando aplicadas à América Latina: “a falta de recursos financeiros e o aumento das dívidas públicas aprofundam a improbabilidade de alcançar um Green Deal baseado nos princípios do Estado de Bem-Estar Social na América Latina” (Zoghbi, 2022, p. 7).

Isto posto, cabe à subseção final deste ensaio em se dedicar a explorar a existência de modelos que possam oferecer uma visão diferenciada e alternativa para as perspectivas de futuro na América Latina. Por meio desta abertura, cabe introduzir frentes de resistência nascidas do pensamento latino-americano que se pautem pela alternativas ao ciclo de desenvolvimento produtivista e ao padrão de dependência e que possam servir como base de referência para abordagens futuras nos planos nacionais de transição.

3.2. Alternativas ao “modelo-padrão” do desenvolvimento sustentável: a resistência latino-americana e propostas de superação do fardo ecológico

Como já reforçado, no âmbito do desenvolvimento economicamente viável, a lógica do crescimento econômico medida pelo aumento do Produto Interno Bruto é central. Na visão de Leonardo Boff (2012), esta abordagem é antropocêntrica, desconsiderando a comunidade de vida social e sua interdependência com a natureza por meio de uma equação simplista e danosa do modelo-padrão de acumulação e produção que associa a redução da pobreza ao

desenvolvimento sustentável. O que é posto pelo autor como uma “armadilha retórica”¹⁰⁵ - nota-se que, neste ponto, o termo ‘armadilha’ é frequentemente associado às ideologias retóricas impostas ao Sul Global - reflete na contradição semântica e prática da falácia do desenvolvimento sustentável norteado pela lógica neoliberal quando posta em comparação o conceito original da sustentabilidade no olhar da ecologia política. O autor aprofunda: “a categoria sustentabilidade, ao contrário, provém das ciências da vida e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à interdependência e à cooperação de todos com todos.” (Boff, 2012, online).

Em um campo teórico majoritariamente dominado pelo pensamento hegemônico do centro global, autores como Boff (2012), Gudynas (2013; 2016), Acosta (2016), Martinez-Alier (2002; 2013), Svampa (2019), entre outros, se dedicaram nos anos recentes a explorar alternativas ao desenvolvimento ditado pela herança imperialista e colonial, posto como pós-desenvolvimento. Federico Demaria, junto a grandes nomes como Arturo Escobar e Alberto Acosta¹⁰⁶, aponta a necessidade de articulação das narrativas daqueles que lutam pela resistência contra as forças homogeneizadoras do desenvolvimento sustentável, isto é, “uma alternativa à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (Demaria *et. al*, 2023, p. 60).

No entendimento de Gudynas (2016), as propostas de pós-desenvolvimento devem pensar não só em alternativas para o modelo-padrão de desenvolvimento, como também adotar a frente de um pós-extratativismo guiado por perspectivas de transição alternativas ao modelo capitalista produtivista. Para, enfim, pensar em transições, Gudynas propõe uma leitura sobre

¹⁰⁵ Para Boff, “A expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los. Assume o ideal da economia (crescimento) mascarando a pobreza que ele mesmo produz.” BOFF, Leonardo. **Crítica ao modelo-padrão de sustentabilidade**. 2012. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2012/01/29/critica-ao-modelo-padrao-de-sustentabilidade/>. Acesso em 13 jan. 2024.

¹⁰⁶ A contribuição entre Federico Demaria, Ashish Kothari, Ariel Salleh, Arturo Escobar e Alberto Acosta compõem uma coletânea de trabalhos em homenagem a Joan Martinez-Alier, organizado pela The Barcelona School of Ecological Economics and Political Ecology. O texto é intitulado “*Post-development: from the Critique of Development to a Pluriverse of Alternatives*” e explora o pós-desenvolvimento sobre cinco ideologias emergentes: (i) o pós-capitalismo; (ii) o decrescimento; (iii) o pós-patriarcado da corrente de resistência feminista; (iv) o anti-racismo; e (v) o pensamento decolonial. Ver mais em: DEMARIA, Federico *et al*. **Post-development: From the Critique of Development to a Pluriverse of Alternatives**. In: The Barcelona School of Ecological Economics and Political Ecology: A Companion in Honour of Joan Martinez-Alier. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 59-69. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-22566-6_6. Acesso em 13 jan. 2024.

os modelos de extrativismo que são reproduzidos no contexto regional: o predatório, o sensato e o indispensável (Gudynas, 2016).

O primeiro, caracterizado como predatório e devastador, é o que ilustra a fase atual do extrativismo na América Latina. O extrativismo resgata toda a descrição expositiva no capítulo anterior por meio das políticas permissivas do Estado, do incentivo monopolização do capital e do lucro nas mãos de empresas extrativistas patrocinadas pelo capital de origem transnacional e, não menos importante, a exploração intensiva da natureza paralela ao custo ambiental e social das regiões afetadas. O segundo modelo lido por Gudynas é de um extrativismo sensato, este que é embasado na formulação de um aparelho normativo legal que engloba políticas sociais e ecológicas em sua estrutura a fim de reduzir a dependência das atividades extrativistas na geração de renda, permitindo um maior investimento estatal e participação da sociedade civil na reconstrução da relação entre o homem e a natureza. Por fim, o extrativismo indispensável é ilustrado pela atividade extrativista em conformidade com os Direitos da Natureza¹⁰⁷ e as limitações da terra e da comunidade local, guiada pelo equilíbrio da utilização dos recursos naturais e da compensação e preservação de forma a alcançar uma neutralidade.

Findando a leitura de Gudynas (2011; 2016) sobre os cenários extrativistas e suas abordagens ao pós-extrativismo, é fator necessário elucidar que tanto o autor, quanto Acosta (2011), não pretendem impor na corrente alternativa uma proibição de práticas extrativistas sobre os recursos naturais, mas, sim, reduzir o extrativismo apenas à uma atividade econômica em comum alinhamento aos escopos sociais e ambientais ao invés de servir como um instrumento de reprodução do colonialismo e do imperialismo na região. Dessa forma, aparecendo como uma das possíveis respostas à crise ambiental, se propõe o *buen vivir* - bem viver, na tradução livre - que aparece na ecologia política como uma resposta mais adequada à realidade latino-americana, permitindo expandir o imaginário sobre um novo paradigma ambiental e climático.

¹⁰⁷ Os Direitos da Natureza aparecem de forma explícita no corpo do Direito Internacional nas Novas Constituições Andinas e no âmbito da justiça climática. Em alusão ao espaço normativo dedicado aos instrumentos legais e políticas públicas que a respeito dos ecossistemas, bens comuns e a natureza como um todo, se tornam objetos legais de defesa e proteção à Pachamama - ou, Madre Tierra. Ver mais em: BORÓN, Atílio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Vol. 4. Hiru, 2013.

3.2.1. Buen Vivir e a Pachamama: a resistência originária

O que antes fora apresentado como um “mau desenvolvimento” produzido pela hegemonia do capitalismo produtivista, aparece aqui como objeto antagonista ao desenvolvimento pautado no Bem Viver. O conceito de *buen vivir* emerge em meio à organização política e crítica dos países andinos como uma alternativa ao paradigma tradicional de desenvolvimento, incorporando uma visão holística baseada nos limites e equilíbrio da natureza que transcendem o mero bem-estar material. Em outras palavras,

[...] (*o buen vivir*) se distingue dos discursos que celebram o crescimento econômico ou o consumo material como indicadores de bem-estar. Também não louva a obsessão com a rentabilidade e o consumo. Suas referências à qualidade de vida passam por outros caminhos. Incluem tanto as pessoas como a Natureza. O Bem-Viver abre as portas a outras formas de falar, escrever ou pensar nosso mundo (Gudynas, 2011, p. 2).

Arturo Escobar (1995) descreve o revisionismo latino-americano como um conjunto de propostas focadas em uma mudança radical motivada pela realidade endógena e exportada para o ambiente exógeno hegemônico. Como uma representação da organização político-social da população local, especialmente da população originária indígena que por séculos foi marginalizada e brutalizada com a intervenção das expressões do capitalismo sobre seu território e cultural, a proposta do Bem Viver se constrói sobre a narrativa da rejeição à hegemonia do desenvolvimento produtivista e todo o apagamento cultural, social, político e ecológico atrelado a este modelo.

Alberto Acosta (2008; 2011), figura-chave na promoção da ideologia originária andina, caracteriza o *buen vivir* como uma oportunidade para construir uma melhoria social contínua, fundamentada na visão de mundo dos povos indígenas. Essa perspectiva, por sua vez, não se limita a bens materiais; contrariamente, incorpora valores mais amplos da esfera social e cultural como: conhecimento, reconhecimento social, códigos éticos, e até mesmo aspectos espirituais na relação com a sociedade e a natureza (Acosta, 2008 *in* Gudynas, 2011, p. 1). A visão do autor equatoriano enfatiza que o desenvolvimento não pode ser unicamente centrado em indicadores econômicos, muito menos focado em apenas um único modelo a ser replicado para todas as economias globais em um mundo constituído sobre clivagens e desigualdades.

Logo, a alternativa ao modelo-padrão do desenvolvimento produzida em resposta à realidade de resistência latino-americana se coloca também como uma resposta direta ao imperialismo

verde e ao extrativismo como ferramenta de acumulação por espoliação. Para além da ruptura com o modelo de desenvolvimento imposto, a resistência do discurso do Bem Viver se faz necessária para vocalizar e centralizar populações e movimentos que foram marginalizados, silenciados e violados por tanto tempo - especialmente após as investidas massivas do neoliberalismo sobre a América Latina.

Assim, representado por um marco do pensamento alternativo emergente do Sul Global, o *Buen Vivir* se insere no âmbito jurídico, legal e político como uma parte das Novas Constituições do Equador (2008) e Bolívia (2009). Rompendo com as Constituições nacionais seculares pautadas sobre a herança viva do período colonial sobre o Direito, o *Buen Vivir* do Equador - *Sumak Kawsay*, no idioma original kichawa - e o *Vivir Bien* da Bolívia - *Suma Qamaña*, no idioma original aymará - são a materialização da corrente latino-americana no pós-desenvolvimentismo e do pós-extrativismo, oferecendo através de uma abordagem pluralista, o reconhecimento legal dos Direitos da Natureza e a institucionalização da justiça climática e ambiental na dimensão comum da preservação e harmonia com a *Pachamama*.

O preâmbulo da Constituição da República do Equador de 2008 faz a abertura da sua carta constituinte com a seguinte declaração,

NÓS, O POVO SOBERANO DO EQUADOR, Considerando nossas raízes milenares, forjadas por mulheres e homens de diferentes povos; Celebrando a natureza, a Pacha Mama, da qual fazemos parte e que é vital para nossa existência; Invocando o nome de Deus e reconhecendo nossas diversas formas de religiosidade e espiritualidade; Apelando à sabedoria de todas as culturas que nos enriquecem como sociedade; Como herdeiros das lutas sociais de libertação contra todas as formas de dominação e colonialismo; E com um profundo compromisso com o presente e o futuro, DECIDIMOS construir uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o Bem Viver, o Sumak Kawsay; Uma sociedade que respeita, em todas as suas dimensões, a dignidade das pessoas e das coletividades; Um país democrático, comprometido com a integração latino-americana - sonho de Bolívar e Alfaro -, a paz e a solidariedade com todos os povos da terra; E, no exercício de nossa soberania, em Ciudad Alfaro, Montecristi, província de Manabí, promulgamos o presente DECRETO (Equador, Constituição, 2009. Preâmbulo, tradução nossa).

Adiante, a Constituição equatoriana reserva uma seção específica para o "regime do Buen Vivir"¹⁰⁸, delineando dois componentes fundamentais: (i) inclusão e equidade, abrangendo

¹⁰⁸ ECUADOR. *Constitucion de La República del Ecuador*. TÍTULO VII - RÉGIMEN DEL BUEN VIVIR. 2008. [2009]. Disponível em:

áreas de direito fundamentais como educação; saúde; segurança social; moradia; entre outros e, (ii) conservação da biodiversidade e o manejo sustentável de recursos naturais. Gudynas (2011) faz a leitura da institucionalização do *Buen Vivir* no Equador como um "regime de desenvolvimento", uma alternativa pragmática da exclusividade do crescimento econômico como justificativa do fim, que prevê a interconexão vital entre o bem-estar humano, a sustentabilidade e a dinâmica socioeconômica (Gudynas, 2011, p. 4).

Por outro lado, a vivência e documentação de Alberto Acosta (2008) da realidade boliviana permite que Gudynas (2011) realize uma análise comparativa entre as duas constituintes. Em sua visão, a abordagem do *Vivir Bien* na Constituição boliviana emerge como um conjunto de princípios ético-morais inseridos nas bases fundamentais do Estado: “ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble)¹⁰⁹” (Bolívia, 2009 in Gudynas, 2011, p. 3). Estes princípios ético-morais cravados na Carta Magna constituinte refletem diretamente na construção do plano socioeconômico nacional, propondo um ordenamento econômico baseado em solidariedade, reciprocidade e comprometendo-se com a redistribuição equitativa de excedentes para diversas políticas sociais. Para alcançar o "*vivir bien* em suas pluralidades", a organização econômica deve visar à geração de produto social, redistribuição justa de riqueza, industrialização de recursos naturais, entre outros propósitos (Gudynas, 2011, p. 3).

Entende-se, é claro, que, no campo prático, ainda há um caminho longo a ser percorrido pelas correntes alternativas na América Latina. Para permitir a idealização de perspectivas mais animadoras quanto ao futuro do produto da crise climática sobre as economias regionais, o resgate da identidade nacional e a mobilização de movimentos sociais permitidos pelo poder estatal sem a reprodução de um Estado violento aparecem como iniciativas catalisadoras para a transformação. Não sendo objetivo deste trabalho mascarar os desafios e a realidade da conjuntura vulnerável da América Latina, a introdução de conceitos que se dediquem ao pós-desenvolvimentismo se justifica pela urgência de tal crise. Posto isso, não atoa, o discurso

https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_republica_del_ecuador.pdf.

Acesso em 31 jan. 2024.

¹⁰⁹ Os valores ético-morais da Constituição bolivariana alterados para incluir o *vivir bien* estão expostos no Artigo 8º da Constituição da República da Bolívia de 2009. Ver mais em: BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado de 2009**. 2009. Disponível em: <https://www.minculturas.gob.bo/wp-content/uploads/2021/08/BO-CPE-20090207.pdf>. Acesso em 31 jan. 2024.

comum entre todas as linhas de pós-desenvolvimento se baseia em um cenário de ruptura radical, promovido como solução mais viável para enfrentar a hegemonia produtivista.

Novamente, não sendo cabível a este trabalho apontar um caminho ideal para as perspectivas futuras nas janelas de oportunidade da transição ecológica e energética na América Latina, a proposta se limitou em potencializar a crítica sobre a falácia de uma transição que seja inclusiva e justa em meio à condição estrutural dependente local. O pós-desenvolvimento - seja através do pós-extrativismo, decrescimento ou alguma outra abordagem de resistência ao paradigma hegemônico atual - pode oferecer lições valiosas para a construção de uma resposta de resistência da América Latina ao futuro já condenado pelo avançar da crise climática e a escassez ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de mapear os reais desafios para se idealizar uma transição verde e energética em uma América Latina periférica e dependente, as perspectivas de realizar uma trajetória que se proponha como justa, inclusiva e, não menos importante, bem-sucedida, é o que motiva toda a construção deste trabalho. Foi colocado como proposta destrinchar o projeto de transição guiado pelos preceitos do desenvolvimento sustentável e identificar os reais motivos pelo qual o Sul Global não consegue atender às demandas estipuladas pelos novos Planos Verdes.

Para tal, ao desenhar o nexos da retórica versus realidade no discurso de desenvolvimento sustentável mascarado pelos ideais neoliberais, neocoloniais e imperialistas, este trabalho se apresenta como bem-sucedido. Por meio do apoio documental e da revisão da literatura, foi possível construir o fio argumentativo que sustentou a hipótese sobre a nova fase do imperialismo, o imperialismo verde, que usa da onda neoliberal e da financeirização de tudo sobre a natureza a fim de sustentar o novo ciclo de acumulação do capital: a acumulação por espoliação. A mobilização internacional em prol do meio ambiente e da qualidade de vida tem sido fantasiosa e rasa, usando de tratados internacionais, conferências mundiais e *greenwashing* para manter a crítica afastada do real problema da questão ambiental: o capitalismo.

É por isso que o recorte para a América Latina se fez tão necessário para nos ajudar a cumprir o objetivo desta pesquisa. Quando se coloca em ponto de debate que a América Latina talvez seja o ponto de inflexão mais próximo ao modelo de acumulação e superexploração da natureza na fase atual do neoliberalismo é, justamente, pela impossibilidade de se propagar um discurso global de redução de emissões e transição para uma economia carbono zero uma vez que a região latino-americana continua servindo de campo de exploração para sustentar a transição verde e energética das superpotências internacionais. Se no ditado popular se crava “Para eles, tudo. Para nós, nada!”, na relação entre a América Latina, a questão ambiental e o neoliberalismo ficam: Para eles, tudo. Para nós, a devastação, os resíduos, os despejos, o desequilíbrio e a vulnerabilidade.

Diante do exposto, é factível considerar que a segunda grande hipótese deste trabalho também se aproxima da realidade. Com o extrativismo enraizado nas estruturas econômicas, políticas, sociais e ambientais dos Estados latino-americanos, os caminhos para garantir não

só a resiliência, mas a sobrevivência dos povos regionais frente à catástrofe ambiental e climática se aproximam da ruptura ao modelo-padrão. Modelo este que, por séculos, vem condenando a região não só a dependência e vulnerabilidade econômica e social, mas também, à crise climática e ambiental.

Miriam Lang coloca que existem “múltiplas razões para se desfazer do desenvolvimento como um referente positivo”¹¹⁰ e perseguir uma ruptura à modelo padrão que coloca o crescimento econômico como o grande prêmio da qualidade de vida ideal reproduzida pelo Norte Global. E este trabalho corrobora com a ideia. Vale ressaltar que não há uma crítica em si para a teoria dos instrumentos de soluções financeiras que se aplicam atualmente no mercado verde e seus resultados no fluxo de capital direcionado para financiar as infraestruturas de transição, mas, sim, como esse volume de capital verde tem sido direcionado para financiar uma transição unilateral às custas das zonas de pilhagem da periferia. Não há como considerar a eficácia de uma solução, uma vez que esta esteja inserida no conceito de mercado do desenvolvimento neoliberal como única resposta para todos os problemas do mundo contemporâneo.

Sendo assim, as alternativas ao desenvolvimento se colocam como a quebra da imposição do neoliberalismo e do imperialismo sobre a América Latina, junto a sua estrutura produtiva dependente da natureza para atender ao capital externo. Essa mudança precisa estar, especialmente, focada na ruptura com o extrativismo, sendo necessário explorar as correntes do pós-extrativismo para instituir uma nova dinâmica de relação com a natureza. Contudo, a transição para modelos pós-extrativistas requer não apenas mudanças nas estruturas econômicas, mas uma transformação profunda nos sistemas políticos e sociais do Estado. A inclusão ativa e participativa das comunidades locais, especialmente aquelas historicamente marginalizadas, torna-se crucial para garantir que as alternativas ao desenvolvimento sejam verdadeiramente representativas e capazes de abordar as desigualdades sociais profundamente enraizadas.

¹¹⁰ LANG, Miriam. **Introdução: Alternativas ao Desenvolvimento**. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016. p. 25-43.

O pensamento latino-americano e os movimentos sociais originários nos presentaram com o *Buen Vivir*, mas as correntes pluralistas de resistência ao desenvolvimento padrão vêm ganhando espaço ao redor do mundo. Orientadas por alguns sentidos comuns como a justiça climática; o reconhecimento da Dívida Ecológica; a colaboração e cooperação frente à competição promovida pelo capitalismo; e, claro, a retomada da relação entre o homem e a natureza para além da finalidade econômica, as correntes alternativas ao desenvolvimento são a representação da resistência ao modelo capitalista que falhará em controlar a crise da natureza que se força na realidade global.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **Aporte al debate: El extractivismo como categoría de saqueo y devastación.** *Negotiating Nature: Imaginaries, Interventions and Resistance*, v. 9, n. 2, p. 25-33, 2016.

ACOSTA, Alberto. **Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse.** *Beyond development: alternative visions from Latin America*, v. 1, p. 61-86, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX.** Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

BAKKER, Karen. **The limits of ‘neoliberal natures’: Debating green neoliberalism.** *Progress in human geography*, v. 34, n. 6, p. 715-735, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132510376849>. Acesso em 20 dez. 2023.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis. Insular. 2012.

BÉRTOLA, Luís.; OCAMPO, José Antonio. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina Desde a Independência.** 1a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Contraponto editora, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Do “manifesto latino-americano” de Raul Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na Cepal.** *Revista de Economia Contemporânea* 24 (2020): e202411. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/jLtLx335tRMr6yhMFYySBhL/>. Acesso em 9 dez. 2023.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; SCHÖNERWARD, Carlos Eduardo; VERNENGO, Matias. **Visão de conjunto. Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, p. 21-78, 2013.

BOFF, Leonardo. **Crítica ao modelo-padrão de sustentabilidade.** 2012. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2012/01/29/critica-ao-modelo-padrao-de-sustentabilidade/>. Acesso em 13 jan. 2024.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado de 2009.** 2009. Disponível em: <https://www.miniculturas.gob.bo/wp-content/uploads/2021/08/BO-CPE-20090207.pdf>. Acesso em 31 jan. 2024.

BORÓN, Atílio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo.** Vol. 4. Hiru, 2013.

BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rocco, Rio de Janeiro, 1987.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?**. Novos estudos CEBRAP, p. 51-72, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/P9NqzwcNS6SjHcfnrStskFt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 dez. 2023.

CAF. **Vulnerability index to climate change in the Latin American and Caribbean Region**. Caracas: 2014. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/509>. Acesso em 10 jan. 2024.

CANCIO, Gustavo Santiago Torrecilha; CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio. **A universalidade com diferenciação internacional das responsabilidades ambientais: a implicação da divisão norte-sul global no desenvolvimento sustentável**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 36, vol. esp., p. 203-220, out. 2017.

CARBON BRIEF. **Analysis: Which countries are historically responsible for climate change?**. 2021. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-are-historically-responsible-for-climate-change/>. Acesso em 9 dez. 2023

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

CEPAL; ONU. **Investment and cooperation opportunities for Latin America and the Caribbean and the European Union**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/54a2d6d4-9756-4937-b5ac-13b8b2e47eb2/content>. Acesso em 11 jan. 2023.

DE ECHAVE, JOSÉ. **Diez años de minería en el Perú**. CooperAcción, Lima, 2008.

DEMARIA, Federico et al. **Post-development: From the Critique of Development to a Pluriverse of Alternatives**. In: The Barcelona School of Ecological Economics and Political Ecology: A Companion in Honour of Joan Martinez-Alier. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 59-69. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-22566-6_6. Acesso em 13 jan. 2024.

DILGER, Gerhard.; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

DORN, Felix Malte. **Green colonialism in Latin America? Towards a new research agenda for the global energy transition**. European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe, No. 114, pp.

137-146. 2022. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/48712112>. Acesso em 15 jan. 2024.

DOS SANTOS, Marcia França Ribeiro Fernandes; DE SOUZA XAVIER, Leydervan; PEIXOTO, José Antonio Assunção. **Estudo do indicador de sustentabilidade “Pegada Ecológica”**: uma abordagem teórico-empírica. Revista Ibero Americana de Estratégia, v. 7, n. 1, p. 29-37, 2008

DOS SANTOS, Theotonio. **Latin American Underdevelopment: Past, Present and Future. A Homage to André Gunder Frank**. In: S.C. Chew e R.A. Denmark (eds) The Underdevelopment of Development: Essays in Honour of Andre Gunder Frank. 1996.

_____. **Esquema de Investigación sobre Relaciones de Dependencia en America Latina**. Bosquejo Informativo. Santiago de Chile, 1967.

_____. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

_____. **Teoria de dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ECUADOR. **Constitucion de La República del Ecuador**. TÍTULO VII - RÉGIMEN DEL BUEN VIVIR. 2008. [2009]. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_republica_del_ecuador.pdf. Acesso em 31 jan. 2024.

EUROPEAN COMMISSION. **Regulation on Deforestation-free products**. 2023. Disponível em: https://environment.ec.europa.eu/topics/forests/deforestation/regulation-deforestation-free-products_en#:~:text=Overview,gas%20emissions%20and%20biodiversity%20loss. Acesso em 31 jan. 2024.

EUROPEAN COMMISSION. **Green Deal: New law to fight global deforestation and forest degradation driven by EU production and consumption enters into force**. Press Release. June, 2023. Disponível em: https://environment.ec.europa.eu/news/green-deal-new-law-fight-global-deforestation-and-forest-degradation-driven-eu-production-and-2023-06-29_en#:~:text=While%20no%20country%20or%20commodity,to%20the%20Regulation%20upon%20the. Acesso em 31 jan. 2024.

ESCOBAR, Arturo. **El desarrollo sostenible: diálogo de discursos**. Ecología política, n. 9, p. 7-25, 1995.

FAJNZYLBBER, Fernando. **La industrialización trunca de América Latina**. Nueva Imagen, 1983.

FALLETO, Enzo; CARDOSO, Fernando Henrique. **Subdesarrollo, periferia y dependencia**. In: La Teoria Social Latinoamericana. Tomo II (Textos Escogidos). 1994.

FURTADO, Celso. **Prefácio a Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GLOBAL CARBON PROJECT. **Supplemental data of Global Carbon Budget 2019**. Version 1.0. Data set. Global Carbon Project. Disponível em: <https://doi.org/10.18160/gcp-2019>. Acesso em 31 jan. 2024.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Editora Record, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter. Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração**. Revista espaço acadêmico, v. 5, n. 51, p. 1-7, 2005.

GONÇALVES, Renato. **Estratégicos**. n. 01, p. 107-126, 22 jul. 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEE/article/view/5455>. Acesso em 10 jan. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison Notebooks**. (Ed.). Hoare, Q. London, England: Lawrence and Wishart. 1972.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. **La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa**. Utopía y praxis latinoamericana, v. 16, n. 53, p. 71-83, 2011.

GUDYNAS, Eduardo *et al.* **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo**. Extractivismo, política y sociedad, v. 187, p. 187-225, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. **Ambiente, sustentabilidad y desarrollo: una revisión de los encuentros y desencuentros**. Contornos educativos de la sustentabilidade, p.109-144. 2011. Disponível em: <https://ecopoliticavenezuela.org/wp-content/uploads/2021/02/book.pdf>. Acesso em 31 jan. 2024.

_____. **Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento**. América Latina em Movimento-ALAI, v.462, n.1-20, p.1-18, 2011. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/bem-viver_-germinando-alternativas-ao-desenvolvimento.pdf. Acesso em 10 jan. 2024.

_____. **Transições ao pós-extrativismo: Sentidos, opções e âmbitos**. In: DILGER, Gerhard.; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. Descolonizar o imaginário: debates

sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016, p. 174-212.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. Londres: Verso, 2006.

HARVEY, David. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003

HERRERA, Amilcar O. et al. **Catastrophe or new society? a Latin American world model**. IDRC, Ottawa, ON, CA, 1976.

HIGGINBOTTOM, Andy. **Sobre Dialética da Dependência, o Capital e o Impulso Imperialista do Capitalismo**. Reorient, vol.2, n.2 jul/dez 2022 • DOI: 10.54833/issn2764-104X.v2i2. Acesso em 31 jan. 2024.

INFANTE, Consuelo (Ed.). **Constituyendo los bienes comunes: memoria seminario sobre extractivismo y proceso constituyente**. Santiago. 2016. Disponível em: <https://rosalux.org.br/constituyendo-los-bienescomunes>. Acesso em 31 jan. 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Primary Commodity Price System – Indice of Primary Commodity Prices**. IMF Data, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/res/commod/charts.pdf>. Acesso em 29 dez. 2023.

LANDER, Edgardo. **The green economy: The wolf in sheep's clothing**. Amsterdam: Transnational Institute, v. 6, p. 117-143, 2011.

LANG, Miriam. **Introdução: Alternativas ao Desenvolvimento**. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016. p. 26-43.

LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo, Etapa Superior ao Capitalism**. In: **Por que Voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução**. Campinas, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em 9 jan. 2023.

LOPES et. al. **Políticas Ambientais Brasileiras e o Novo Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento: Oportunidades e Desafios**. Climate Policy Institute. 2023. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/politicas-ambientais-brasileiras-e-o-novo-regulamento-da-uniao-europeia-para-produtos-livres-de-desmatamento-oportunidades-e-desafios/#_ftn2. Acesso em 13 jan. 2023.

LÖWY, Michael. **Eco-socialism and democratic planning**. Socialist Register, v. 43, 2007.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista**. Caderno Crh, v. 26, p. 79-86, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. **Post-neoliberalismo, extractivismo y el colonialismo del siglo XXI: la encrucijada nustramericana desde una perspectiva ecossocialista**. In: JIMÉNEZ, Carolina; TAUSS, Aaron (orgs.). **¿Pensar el fin del capitalismo?: escenarios y estrategias de transformación socio-ecológicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2015. p. 173-215.

MAGLARAS, Vasilis. **Consent and submission: Aspects of Gramsci's theory of the political and civil society**. Sage Open, v. 3, n. 1, p. 2158244012472347, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México D.F: Serie Popular ERA, 1973.

_____. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

_____. **Fundamentos de la dependencia. El ciclo del capital en la economía industrial**. In La Teoria Social Latinoamericana. Tomo II (Textos Escogidos). 1994.

_____. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. Cuadernos Políticos, n. 12, abr./jun. 1977.

_____. **Memória**. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Economia ecológica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, 1996.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo Editorial, 2015.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A Teoria da Dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo**. Cadernos de Recursos Humanos- CRH- UFBA. Vol. 31, nº 84, Salvador, 2018.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. Caderno CRH, v. 31, p. 463-481, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEADOWS, Donella H. et al. **The limits to growth**. In: Green planet blues. Routledge, 2018. p. 25-29.

MISOCZKY, Maria Ceci; BOHM, Steffen. **Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 546-568. 2012.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. **Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil**. 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf. Acesso em 10 jan. 2023.

MONTEIRO STELITANO MEDEIROS, Amanda.; GONÇALVES RIBEIRO, Gabriel. **Imperialismo verde: novas dominações em novos tempos**. Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 134–150, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.45068. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45068>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MUSSI, Carlos e GRAMKOW, Camila. **Introdução**. In: GRAMKOW, Camila. Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: Estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a Sustentabilidade no Brasil. Documentos de Projetos (LC/TS.2020/37; LC/BRS/TS.2020/1), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2020. p. 15-21.

NYE, Joseph S. **Soft power**. Foreign policy, n. 80, p. 153-171, 1990.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental**. ColÓQUIo internaCional MarX E engels, CeMarX, v. 5, n. 1, 2007.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Os "Limites do Crescimento" 40 Anos Depois.**, [S.l.], n. 1, p. 72-96, jul. 2012. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/8>. Acesso em: 01 fev. 2024.

ORTEGA, Miguel C.. **La deuda ecológica española: Impactos ecológicos y sociales de la economía Española en el extranjero**. 2005. Disponível em: <https://editorial.us.es/en/detalle-libro/40073/la-deuda-ecologica-espanola>. Acesso em 7 dez. 2023.

PACKER, Larissa. **Capitalismo Verde: como os novos mecanismos jurídicos e financeiros preparam o mercado para a economia.** In: FUNDAÇÃO BOELL. Um Campeão Visto de Dentro: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: BOELL, 2012.

PEREIRA, Carlo. **Prefácio: Grande impulso para 2030.** In: GRAMKOW, Camila. Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: Estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a sustentabilidade no Brasil. Documentos de Projetos (LC/TS.2020/37; LC/BRS/TS.2020/1), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2020. p. 11-12.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.** Revista brasileira de economia, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

_____. **Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico.** Revista CEPAL. 1986. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/11914>. Acesso em 31 jan. 2024.

_____. **La industrialización de América Latina.** In: Ruy Mauro Marini y Mária Millán (Coords.), La Teoría Social Latinoamericana. Textos Escogidos, v. 1, p. 225-265, 1994.

_____. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.** In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 69-136, 2000.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. **Elementos del desarrollo, la Americanidad como concepto o América en el moderno sistema mundial.** Revista Internacional de Ciencias Sociales, p. 583-610. 1992.

REDCLIFT, Michael R. **Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age.** Horizontes Antropológicos, v. 12, p. 65-84, 2006.

SAWAYA, Rubens. **Dependência estrutural e reprimarização da América Latina: aportes de Ruy Mauro Marini.** Dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de Dialética da Dependência (Parte I), v. 2 n. 2, 2022.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, socialism and democracy.** Ed. Routledge, 2013.

STIFTUNG, Friedrich Ebert. **Enough! The Urgent Need for Social-Ecological Transformation in Latin America.** Friedrich-Ebert-Stiftung: Mexico City, Mexico, 2019; pp. 31, 44–50. ISBN 978-607-8642-39-7.

STRANGE, Susan. **International Economics and International Relations: a case of mutual neglect.** International Affairs, v. 46, n. 2, p. 304-315, 1970.

SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoeextrativismo na América Latina: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 1ª ed., 2019.

SVAMPA, Maristella. **O lítio e o imaginário neocolonial**. Instituto Humanitas Unisinos. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/634954-o-litio-e-o-imaginario-neocolonial-artigo-de-maristella-svampa>. Acesso em 31 jan. 2023.

TANAKA, Luiza Gauglitz. **Mercado de Carbono e a mercantilização do meio ambiente**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/32386>. Acesso em 31 jan. 2024.

TODT, Marcos; BERG, Oscar A.; FROHLICH, Matheus. **Agenda ecológica e o sul global: crescimento, justiça ambiental e dívida ecológica**. Conversas e Controvérsias, v. 6, n. 1. JAN.- JUN. 2019.

TORRES, Ernani Teixeira. **Poder Monetário Estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível**. Economia e Sociedade, v. 28, p. 621-639, 2019.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME – UNEP. **Annual Report 2008**. 2009. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/7742>. Acesso em 31 jan. 2024.

_____. **Global Green New Deal: an update for the G20 Pittsburgh Summit**. Set. 2009. Disponível em: http://www.unep.org/pdf/G20_policy_brief_Final.pdf. Acesso em 31 jan. 2024.

_____. **Towards a Green Economy Report: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication**. 2011. Disponível em: http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/ger_final_dec_2011/Green%20EconomyReport_Final_Dec2011.pdf. Acesso em 31 jan. 2024.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. **United Nations Conference on Sustainable Development**. The future we want (outcome of the Conference). 20-22 jun. 2012. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>. Acesso em 31 jan. 2024.

UNITED NATIONS - FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **Fact sheet: The Kyoto Protocol**. 2011. Disponível em: https://unfccc.int/files/press/backgrounders/application/pdf/fact_sheet_the_kyoto_protocol.pdf. Acesso em 31 jan. 2024.

UNITED NATIONS - FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **The Paris Agreement**. 2016. http://unfccc.int/paris_agreement/items/9485.php. Acesso em 31 jan. 2024.

VEGA, Renán. **Las bases militares en América Latina**. Colombia en la geopolítica imperialista. Herramienta, debate y crítica marxista v. 52. 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Londres: Academic Press, 1974.

WILLIAMSON, John. **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington D.C., Institute for International Economics, 1990.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – WCED. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987. Acesso em 31 jan. 2024.

ZIBECHI, Raúl. **Los trabajos colectivos como bienes comunes material/simbólicos**. El Apantle, n. 1, 2015.

ZOGHBI, Eduarda. **Perspectives for a Green Deal Framework in Latin America**. Environ. Sci. Proc. 2022, 15, 67. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/environsciproc2022015067>. Acesso em 13 jan. 2024.